

IHU ENTINHO

Revista do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 461 | Ano XV
23/03/2015

ISSN 1981-8769
(impresso)
ISSN 1981-8793
(online)

Brasil *Crises e desafios*



Giuseppe Cocco: *As manifestações de Março de 2015 são o avesso de Junho de 2013*

Roberto Romano: *A autocracia palaciana do século XXI e a crise do Estado Democrático*

Ladislau Dowbor: *O cinismo da argumentação econômico-financeirista*

Adriano Pilatti:
Protestos e discurso anticorrupção: ações para além "da direita"

Luiz Gonzaga Belluzzo:
O furto da democracia

Castor Bartolomé Ruiz:
A Filosofia como forma de vida



Brasil. Crises e desafios

A crise política e econômica que eclode com força no início do segundo mandato do governo Dilma Rousseff e as grandes manifestações dos dias 13 e 15 de março de 2015 são debatidas intensamente nesta edição da revista IHU On-Line.

No debate sobre as manifestações de março/2015, participam **Giuseppe Cocco**, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; **Adriano Pilatti**, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio; **Marcelo Castañeda**, doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ; **Moysés Pinto Neto**, professor da Universidade Luterana do Brasil - Ulbra Canoas; **Bruno Cava**, mestre em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro; **Giovanni Alves**, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp.

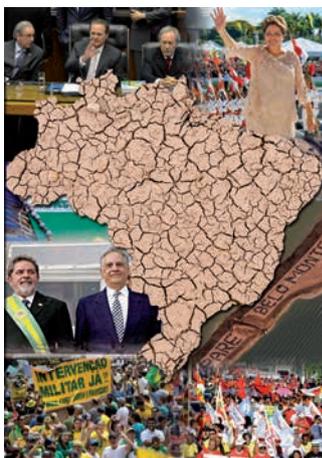
Por sua vez, economistas, filósofos políticos, cientistas

sociais e políticos debatem a crise econômica tais como **Luiz Gonzaga Belluzzo**, economista, professor da Universidade de Campinas - Unicamp; **Ladislau Dowbor**, professor da Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP; **Ivo Lesbaupin**, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; **Roberto Romano**, professor de Filosofia na Unicamp e **Cândido Grzybowski**, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase.

Complementam a edição o artigo de **Castor Bartolomé Ruiz**, professor e pesquisador do PPG de Filosofia da Unisinos, sob o título *A Filosofia como forma de vida*, e duas reportagens: *'A experiência divina mediada por Bruckner no Te Deum in C major'* e *'Teresa de Ávila: peregrina solar que inspira a busca pelo essencial hoje'*.

Com esta edição apresentamos a renovação gráfica da versão impressa e PDF buscando tornar a leitura mais agradável, sem deixar de perder a profundidade nos debates.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Fotos: (no sentido horário)
Roberto Stuckert Filho/PR,
Atossa Soltani/ Amazon Watch / Spectral Q
Emilly Firmino / Levantes Populares
Marcelo Camargo/Agência Brasil
Marcelo Casal Jr./ABr - Agência Brasil
Mídia Ninja
Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

IHU ON-LINE

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da **IHU On-Line** é *copyleft*.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Jornalistas

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Márcia Junges - MTB 9.447/RS
(mjunges@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Fernando Dupont, Cristina Guerini, Fernanda Forner e Nahiene Machado.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling

Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

- 6 Linha do Tempo
- 7 Yara Caznok e Pe. Ney Brasil Pereira: A experiência divina mediada por Bruckner em Te Deum in C major
- 9 Lúcia Pádua: Teresa de Ávila - peregrina solar que inspira a busca pelo essencial hoje
- 11 Castor Bartolomé Ruiz: A Filosofia como forma de vida

Tema de Capa

- 20 Giuseppe Cocco: As manifestações de Março de 2015 são o avesso de Junho de 2013
- 29 Adriano Pilatti: Protestos e discurso anticorrupção: ações para além "da direita"
- 33 Marcelo Castañeda: Crise política brasileira: da ideia de golpe ao fortalecimento do "menos pior"
- 38 Moisés Pinto Neto: Insatisfação, turbulência e a disputa entre a velha e a nova política
- 44 Bruno Cava: O lastro da crise: peemedebismo é a lógica que sustenta o PT
- 51 Giovanni Alves: Manifestações. A crise do neodesenvolvimentismo e a disputa de classes
- 56 Luiz Gonzaga Belluzzo: A oligarquia financeira e midiática e o furto da democracia
- 62 Ladislau Dowbor: O cinismo da argumentação econômico-financeirista
- 69 Ivo Lesbaupin: O endireitamento da esquerda pelos vícios estruturais
- 76 Roberto Romano: A autocracia palaciana do século XXI e a crise do Estado Democrático
- 85 Cândido Grzybowski: Os poderes instituinte e constituinte da sociedade como armas contra crise

IHU em Revista

- 90 Agenda de Eventos
- 91 Sala de cinema - Ida, a contemplação reflexiva das marcas do passado
- 93 Sala de leitura
- 95 Retrovisor

Siga nossas Redes Sociais

Facebook

Pesquise pessoas, locais e coisas

Página inicial 20+ Publicar

Instituto Humanitas Unisinos
14.517 curtiram · 3.350 falando sobre isso

Mídia/Notícias/Publicação
Instituto Humanitas Unisinos - IHU, São Leopoldo/RS
Visite nosso site: <http://www.ihu.unisinos.br/>
Para entrar em contato, envie e-mail para:
Sobre - Sugerir uma edição

Fotos Opções "Curtir" 14.517 Eventos Promoções

Twitter

IHU @ihu 3 h
'Advogado é custo, engenheiro é produtividade', diz Dilma Rousseff em Nova York bit.ly/19GKvX9
Expandir

IHU @ihu 3 h
Sementes Nativas, Garantia de Futuro: Carta de Mandirituba bit.ly/16EwS1h
Expandir

IHU @ihu 3 h
O fascínio discreto de Póncio Pilatos. Artigo de Giorgio Agamben bit.ly/1h7ZFKF
Com a imagem correta. pic.twitter.com/G0cZJc2y8B
Ver foto

IHU @ihu 3 h
Qual código de ética é lecionado na faculdade de administração de Harvard? bit.ly/16EwNdK
Expandir

Blog

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

Ativistas do Greenpeace estão presos na Rússia

Dois ativistas do Greenpeace estão presos no norte da Rússia, em uma operação de busca por petróleo. Os ativistas foram acusados de perturbar a paz pública e de danos à propriedade. O Greenpeace afirma que os ativistas foram presos sem qualquer motivo e que a operação foi realizada sem o devido processo legal. O Greenpeace também afirma que os ativistas foram tratados de forma desumana e que foram privados de liberdade por um longo período.

Instagram

_ihu
Instituto Humanitas Unisinos

29 seguidores · 70 publicações · 33 seguindo

 bit.ly/ihuon
 twitter.com/_ihu

 instagram.com/_ihu
 unisinos.br/blogs/ihu

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Destques da Semana

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta três notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU no período de 16-03-2015 a 20-03-2015 que tiveram repercussão nacional e internacional.

A Nova República acabou, diz filósofo Vladimir Safatle

Centenas de milhares de pessoas são esperadas em protestos contra a corrupção e o governo Dilma por todo o país neste domingo. Dois dias antes, milhares de manifestantes foram às ruas de várias cidades defender o governo democraticamente eleito. Entre defensores da situação e da oposição há uma disputa pelo poder, e o país parece enfrentar um teste de estresse político inédito, como avaliou o cientista político André Singer. Para o filósofo Vladimir Safatle, entretanto, o momento é muito pior do que as pessoas querem admitir, mas não estamos passando por uma simples disputa entre PT e PSDB, pois o problema é mais amplo e atinge todo o sistema político nacional. “Nesse momento da história, é necessário ter claro o fato de que a Nova República acabou, morreu”, disse.

Safatle é professor livre-docente do Departamento de Filosofia da USP (Universidade de São Paulo). Segundo ele, nem mesmo durante a ditadura houve uma depressão sociocultural como a atual, e as manifestações populares são um sinal do esgotamento nunca antes visto do modelo político – um problema que vai além da corrupção e da crise de representatividade. “Trocar o PT por outro partido não muda nada. É como trazer Dunga de volta à seleção brasileira após a derrota na Copa.”

Leia mais em <http://bit.ly/1I2wVbO>

A mais maldita das heranças do PT

O maior risco para o PT, para além do governo e do atual mandato, talvez não seja a multidão que ocupou as ruas do Brasil, mas a que não estava lá. São os que não estavam nem no dia 13 de março, quando movimentos como CUT, UNE e MST organizaram uma manifestação que, apesar de críticas a medidas de ajuste fiscal tomadas pelo governo, defendia a presidente Dilma Rousseff. Nem estavam no já histórico domingo, 15 de março, quando centenas de milhares de pessoas aderiram aos protestos, em várias capitais e cidades do país, em manifestações contra Dilma Rousseff articuladas nas redes sociais da internet, com bandeiras que defendiam o fim da corrupção, o impeachment da presidente e até uma aterradora, ainda que minoritária, defesa da volta da ditadura. São os que já não saíam de casa em dia nenhum empunhando uma bandeira do PT, mas que também não atenderiam ao chamado das forças de 15 de março, os que apontam que o partido perdeu a capacidade de representar um projeto de esquerda – e gente de esquerda. É essa herança do PT que o Brasil, muito mais do que o partido, precisará compreender. E é com ela que teremos de lidar durante muito mais tempo do que o desse mandato.

Leia mais em <http://bit.ly/1MGpTkM>

A limonada que se tira de um domingo azedo: reforma política já

Nos movimentos de rua do domingo (15-03-2015), é fato que os setores oposicionistas neoliberais e conservadores marcaram uma vitória política ao conseguirem organizar uma manifestação significativa em várias cidades e de grandes proporções, especialmente em São Paulo, com cerca de 210 mil participantes ao longo do dia, segundo a métrica do Instituto Datafolha. É bastante gente, sem dúvida, mas minorias barulhentas não se sobrepõem à maioria silenciosa da nação. Essa maioria silenciosa que ficou em casa ou escolheu fazer outras atividades no domingo – são mais de 200 milhões de brasileiros – é composta em grande parte de apoiadores ao governo, ainda que criticamente. Outra parte votou na oposição e votaria de novo, mas, em sua grande maioria, respeita o resultado das urnas e discorda de aventuras que levem a retrocessos, tanto nas liberdades democráticas, duramente conquistadas pela sociedade, como também nos avanços sociais e econômicos dos últimos anos. Foi para esta maioria silenciosa, não radicais, que os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, falaram em entrevista coletiva, no noite do domingo.

Leia mais em <http://bit.ly/1MJ4ouO>

COBERTURA DE EVENTOS

A experiência divina mediada por Bruckner em *Te Deum in C major*

12ª Páscoa IHU - Ética, Mística e Transcendência teve a participação de Yara Caznok e Pe. Ney Brasil Pereira



FOTOS: RICARDO MACHADO/IHU

Por Ricardo Machado

Encontrar Deus é uma experiência mística para uns, religiosa para outros, científica para tantos mais. Porém há um tipo de teologia que transborda crenças e ciências, nos penetra pela audição e faz até os mais insensíveis corpos reagirem: a música. Assim foi a audição do *Te Deum in C major*, de Anton Bruckner, comentada por Yara Caznok, graduada em música e doutora em Psicologia Social, e pelo compositor Pe. Ney Brasil Pereir, mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma. O evento, realizado na manhã do dia 20-03-2015, integra a programação da 12ª Páscoa IHU - Ética, Mística e Transcendência, que ocorre até o dia 26 de março.

Composição

Ao apresentar o *Te Deum in C major*, Yara explicou que a composição é dividida em cinco movimentos musicais, sendo que o primeiro e o quinto são em Dó maior, o segundo e o quarto em Fá menor, sendo que o terceiro movimento, que é o eixo axial da música (e da cruz, na simbologia cristã) é em Ré menor.

No final, quando Bruckner explora todo o preenchimento sonoro do Dó maior, chega-se a uma espécie de epifania sinfônica e de vozes. "Por exemplo, a escala mais alta de Dó no piano é a terceira, no final desta composição chega-se à quinta escala de dó. É intenso, é lindo!", descreve a professora.

Teologia

Ney Pereira, que abriu o evento comentando a composição do ponto de vista teológico e complementou várias explicações durante a fala de Yara, ressaltou que o *Te Deum* é uma espécie da oração do *Creio* em tom laudatório, que era comum no final do século IV e início do século V. Além disso, destacou alguns trechos da composição, explicando os significados. "Quando no texto se refere a 'o branco exército dos Mártires', não estava se referindo ao branco da pureza, mas da conquista como se vê no livro do Apocalipse", esclarece.

Movimentos

A paisagem sonora do primeiro movimento é densa, começa com uma intensidade de sons e vozes típicos de uma escala musical tocada e cantada em altos volumes, que são retomados na última parte. “É interessante perceber como o Bruckner recupera os movimentos espelhados ao final da composição e como a temporalidade nesses movimentos têm a ideia de circularidade. É notável seu conhecimento a respeito da tradição católica”, frisa Yara.

As transições de um movimento a outro também são marcantes. “Musicalmente não tem fim, mas em relação ao texto tem. Bruckner não cede à ideia de um concerto porque ora ocorre um movimento intenso, mas ora parece que o texto acabou”, descreve Yara. A segunda parte segue em tom de súplica, em Fá menor, o que também ocorre no quarto movimento. A terceira etapa, no entanto, é executada e cantada em Ré menor, por uma razão muito específica, de acordo com a comentadora. “Os grandes discursos são feitos em ré menor.”

Yara Caznok

É graduada em Letras Franco-Portuguesas pela Fundação Faculdade Estadual de Filosofia Ciências Letras Cornélio Procópio - FAFI e em Música pela Faculdade Paulista de Arte - FPA. Especialista em Educação pela Universidade de São Paulo - USP, cursou mestrado em Psicologia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e doutorado em Psicologia Social pela USP com a tese Música: entre o audível e o visível (São Paulo: Edunesp, 2004). É autora, entre outros, de Ouvir Wagner – Ecos nietzschianos (São Paulo: Editora Musa, 2000) e O desafio musical (São Paulo: Irmãos Vitale, 2004). Leciona na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, no Departamento de Música.

Ney Brasil Pereira

É mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma, licenciado em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma e especialista em Musicologia pela Duquesne University, Pittsburgh. É compositor de uma enorme obras musicais sacras. É regente do Coral “Santa Cecília”, da Catedral Metropolitana de Florianópolis. Foi membro da Pontifícia Comissão Bíblica e professor no Instituto Teológico/Faculdade Católica de Santa Catarina. É capelão, por mais de 40 anos, das Instituições Penais de Florianópolis.

Ecos

O evento reuniu um público seleto, mas não houve quem saísse da audição sem uma transformação. “A música clássica nos aproxima de uma experiência transcendental com Deus”, relata Fabio da Silva Oliveira, 35 anos, aluno do 10º semestre do curso de Direito da Unisinos, que pelo primeiro ano participa da Páscoa IHU e que havia comparecido na audição do dia anterior.

Já Cornélia Gassen, 60 anos, moradora de Dois Irmãos, no Vale do Sinos, participa pela terceira vez das audições comentadas de Páscoa. “Cada ano que participamos, aprendemos um pouco mais e sem dúvida a música, por sua energia, nos ajuda a perceber Deus”, conta.

Por fim, a composição foi executada novamente, desta vez sem interrupções entre os movimentos, sendo resumida por Yara da seguinte forma. “Te Deum em Dó maior é assim, uma coisa tão iluminada, tão gloriosa”, disse e logo silenciou-se e recolheu-se à contemplação de uma canção musicalmente e teologicamente muito rica.

Anton Bruckner

Anton Bruckner foi um compositor austríaco do século XIX, que morreu aos 72 anos. Foi reconhecido por suas sinfonias e missas que compunha. “Bruckner, na década de 1860, produziu três grandes missas e sofreu críticas fortes porque não ‘eram litúrgicas’. Daí ele parou de compor missas-sinfonias e passou a compor sinfonias-missas”, ponderou o Pe. Ney Pereira, fazendo uma brincadeira às críticas da época.

Além disso, Bruckner foi professor e organista, razão pela qual trabalhou na cidade de Linz até se mudar, em 1868, para Viena. O seu sucesso como compositor não foi constante ao longo da sua vida. Ele continuou a tradição austríaco-germânica de composição em grande escala, sendo a sua técnica de composição influenciada pela sua destreza como organista e consequentemente a improvisação formal. Conforme seu desejo, foi sepultado na cripta da Abadia de Saint-Florian, na Áustria, debaixo do órgão.



COBERTURA DE EVENTOS

Teresa de Ávila: peregrina solar que inspira a busca pelo essencial hoje

Lúcia Pedrosa de Pádua apresenta uma monja andarilha e questionadora em busca de sua essência como forma de inspiração para o ser humano na atualidade



FOTOS: JOÃO VITOR SANTOS/IHU

Por João Vitor Santos

A mística de Teresa de Ávila é um testemunho de como podemos ir atrás do que é essencial, de não nos acomodarmos, e usar a disciplina, a oração e a busca interior como forma de chegar ao que, hoje, chamamos felicidade. Essa leitura, apresentada pela professora da Pontifícia Universidade Católica - PUC do Rio de Janeiro Lúcia Pedrosa de Pádua, traz a história da monja com uma atualização para o momento em que vivemos. A pesquisadora entende que a busca teresiana pode inspirar a humanidade na atualidade, num tempo

de desassossego que parece tomar o mundo sob a ideia de crise humanística. “É uma experiência mística que nos inspira a andar, ser peregrino nos dias de hoje”, diz. Abordagem que vai ao encontro da proposta do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, que, quando se comemora o aniversário de 500 anos de Teresa de Jesus, traz a temática da sua mística para a 12ª edição da programação de Páscoa. O evento foi aberto na quarta-feira, dia 11, e a programação segue até o dia 26.

Com projeções que levaram os espectadores a andar por uma Espanha ainda medieval, Lúcia desvela a história da jovem que fugiu de casa para ser religiosa. Pelas muralhas de Ávila e cenários por onde viveu a santa, a pesquisadora destaca que desde muito cedo Teresa se punha como questionadora e observadora. “Ela observava a condição feminina do seu tempo a partir do próprio lar. Esse espírito a levou por essa busca.” E Teresa foi se revelando essa mulher “solar”, nas palavras de Lúcia, que fundou 17 conventos carmelitas durante

sua vida – somente na Espanha – e foi muito além. Fez nascer de sua experiência mística uma nova forma de se conectar com um Deus que é humano e com humanos que buscam o bem. “E para isso sua principal peregrinação foi a oração, num exercício de olhar interior, revelando todas suas imperfeições, para buscar Deus dentro de si.”

Lúcia ainda lembra que o Papa Francisco, na abertura do Ano Teresiano, destacou que é preciso “aprender a ser peregrino com a santa andarilha”. Muito mais do que reconhecer os movimentos de Teresa de Jesus e enaltecer sua obra, a pesquisadora diz que o Papa faz um resgate. “Ser chamada de andarilha e inquieta, no tempo dela, era pejorativo. Esse espírito desobediente e contumaz que levou um núncio papal – Felipe Sega – a apontar Teresa”, explica. Ou seja, Francisco faz um convite a vermos, no exemplo da santa – agora, no nosso tempo, com outro conceito de peregrino –, uma inspiração para abriremos nossos castelos interiores – enquanto igreja, ser humano ou sociedade – para nele encontrar um Deus.

Mas o que a história de Teresa e esse movimento proposto pelo Papa pode dizer à atualidade? Para Lúcia, muitas coisas que ainda vão além dos limites da igreja. “É olhar ao mundo a partir de si. É primeiro

um movimento centrípeto, numa força interior, para depois chegar a um movimento centrífugo, espalhando esse conhecimento para o mundo”, destaca, ao referir que esse é o movimento que pode inspirar a sociedade em mudanças profundas e definitivas. Talvez, capazes de superar as crises mais densas, como essa que vivemos no Brasil e no mundo. Teresa de Ávila morre em 1582, e em 1588 se publica sua obra. Desde então, nunca mais para. “Significa que o leitor ainda hoje se sente contemplado. Os textos de Teresa são objeto de estudo não só teológicos, mas também literários, psicológicos...”, refere.

E essa leitura ampla da obra da santa impressiona. Lúcia lembra que médicos, historiadores e até psicanalistas buscam em Teresa caminhos para peregrinação em sua área. O resultado disso são leituras teresianas, grupos de pesquisa, que perpassam o cristianismo, servindo de bases para outras crenças e mesmo para agnósticos. Isso sem levar em conta a discussão em torno da condição da mulher, tão questionada e repensada por Teresa em seus momentos de busca e oração. “Ela se revela como uma mulher que não nasce pronta. Está sempre em movimento, em processo, em dinamismo, no limite de seu tempo. Inspiração para a mulher, hoje”, pontua.

Por fim, no próprio colóquio com Lúcia, a plateia faz emergir uma face do espírito teresiano. Isso através de questões que inquietam e provocam uma busca. A primeira questão faz refletir sobre uma Teresa mística, santa, por vezes distante do mundo dos homens e mulheres. “A historicização da vida de Teresa nos fez compreender ela melhor, no seu tempo. As pesquisas históricas contribuíram muito para isso”, responde. Ou seja, é na história que se entende a monja como mulher na condição humana daquela época, com dúvidas, anseios e questionamentos ampliando sua trajetória para além do teológico.

E a faceta feminista de Teresa – aquela que diz que as mulheres devem ler e se libertar – provoca outra dúvida da plateia: como pode uma religiosa estimular essa busca pela liberdade e ao mesmo tempo pregar a ordem em um carmelito? “A resposta eu não tenho. É uma questão carmelita, mas também é preciso pensar nas regras como forma de libertação. Certa vez, uma carmelita me disse ‘temos tudo regradinho, certinho, para garantir nossa liberdade’. Está aí uma bela chave para pensarmos”, diz Lúcia, em meio a uma plateia reflexiva. O importante, segundo ela, é, como disse o Papa, “ser peregrino, caminhar. Mesmo que para isso se suje na lama da estrada”.

Quem é Lúcia Pedrosa de Pádua?

Lúcia Pedrosa tem doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio e pós-doutorado em Teologia da Espiritualidade pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma, na Itália. É professora de Teologia e Cultura Religiosa na PUC-Rio. Ainda, exerce a função de Coordenadora da Cultura Religiosa - CRE. É professora de Cristologia no Centro Loyola de Fé e Cultura, também da PUC-RioAtaendi, Centro de Espiritualidade da Instituição Teresiana no Brasil e é membro da Comissão de Teólogas da América, da Instituição Teresiana. Entre suas obras, destacam-se *Espiritualidad de Encarnación de la Institución Teresiana: una reflexión a partir de la Teología Latinoamericana* (Cochabamba, Bolívia: Editorial Serrano, 2006), *O humano e o fenômeno religioso* (Rio de Janeiro - RJ: PUC-Rio, 2010) e *Santa Teresa. Mística para o nosso tempo* (Rio de Janeiro: PUC-Rio e Reflexão, 2011).



ARTIGO

A Filosofia como forma de vida

Pierre Hadot, a filosofia antiga e os exercícios (askesis) do espírito

Por Castor Bartolomé Ruiz

Castor Bartolomé Ruiz é professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos. É graduado em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003); *Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006).

Eis o artigo.

A filosofia moderna, como o resto das áreas de conhecimento, sofreu o impacto da segmentação dos saberes. A ela foi atribuído um segmento específico do saber (a especulação conceitual) e dela foram retiradas outras formas de fazer filosofia que eram inerentes às culturas clássicas. Entre as dimensões podadas da filosofia moderna interessa-nos analisar a estreita relação da filosofia antiga com a forma-de-vida. Ou seja, a questão que se colocava era como a filosofia deveria ajudar a criar uma forma de vida regida por princípios de conhecimento (*gnose*) apropriados. Esta questão era, na verdade, o objetivo principal da filosofia, ao menos desde Sócrates, século V a.C. até a hegemonia da cultura cristã, século V d.C.

Foram mais de mil anos em que as diversas escolas filosóficas se autocompreendiam como portadoras da missão de construir uma forma de vida própria que se diferenciava dos outros modos de vida ao oferecer a possibilidade de conseguir a *eudaimonia* (felicidade) ou, ao menos, diminuir o sofrimento e dar sentido à existência. Sócrates foi o grande ícone deste modo de entender a filosofia. Sua vida esteve dedicada a fazer da filosofia um estilo de vida e ajudar (*Paideia*) os jovens a construir um modo de vida pautado pelos princípios filosóficos do bem, do verdadeiro e do belo. O objetivo da filosofia, para Sócrates, não era saber muito ou argumentar melhor, senão saber e argumentar para viver. O estilo de vida, e não o saber, tornava

a pessoa um verdadeiro filósofo. O verdadeiro filósofo se distinguia por sua forma de vida.

O modelo socrático da filosofia como forma de vida perdurou, como dizíamos, até o século V d.C. As diversas escolas filosóficas que se sucederam e permaneceram ao longo dos séculos: platônicos, neoplatônicos, aristotélicos, estoicos, epicuristas, cínicos e cétricos, divergiam entre si no conteúdo teórico e no método do conhecimento, mas todas elas coincidiam num ponto: a filosofia tem por objetivo construir uma forma-de-vida. Cada escola tinha um ideal de forma-de-vida a ser perseguido e para o qual se direcionava todo o conhecimento desde a física à ontologia, da retórica à lógica, passando pela ética e a política. Os métodos e o ideal da forma de vida eram diferentes, mas todas as variantes de forma de vida propostas tinham outro ponto em comum: conseguir a *eudaimonia* (felicidade). Para os aristotélicos o ideal de vida era atingir o *bios teoreticos* (vida contemplativa), para os estoicos era conseguir a *ataraxia* (não perturbar-se, permanecer impassível, não sofrer) através do controle do *hegemonikon* (princípio diretor da vontade); para os epicuristas a felicidade se conseguia também atingindo a *ataraxia*, porém o meio proposto era o desfrute inteligente, comedido e harmonioso dos prazeres da vida; os cétricos também propunham a *ataraxia* como meta da forma de vida, para eles se atingia através da suspensão do juízo, pois nada é verdadeiro ou falso, tudo é relativo. Para os cínicos, o ideal da filosofia deve ser



“A filosofia, para conseguir constituir uma forma de vida, necessita criar e utilizar corretamente algumas *techne* e realizar frequentemente e corretamente determinadas *askesis*”

uma forma de vida segundo a natureza, despojando-se de todos os artifícios sociais que escravizam o ser humano. Seu objetivo era conseguir a *autarkeia* (autonomia), ser livres ao máximo dos entraves sociais e depender o mínimo das necessidades naturais praticando a *apatheia* (suspensão dos sentimentos).

Por diversas causas que neste momento não podemos desenvolver, esse estreito vínculo da filosofia com a criação de uma forma de vida foi esquecido ou deixado de lado como algo muito secundário, na filosofia moderna. A bem da verdade, ao longo da história da filosofia, muitos grandes filósofos dedicaram parte de suas reflexões a esta questão, mas quase sempre como um apêndice menor submetido ao objetivo maior que era o aparato conceitual. Para os filósofos clássicos, durante mais de mil anos, a relação era inversa. O ingente aparato conceitual das diversas escolas filosóficas tinha por objetivo implementar uma forma-de-vida. O desenvolvimento argumentativo da ontologia, da física, da cosmologia, da lógica, entre outras, só se entendia como saberes auxiliares da forma de vida. Por isso, todas elas enfatizavam a constituição do *ethos* como objetivo da filosofia e a criação da *polis* como uma forma coletiva de vida.

Na filosofia contemporânea, alguns pensadores, por diversos motivos, voltaram seu olhar para esta questão esquecida ou mutilada da filosofia, qual seja a responsabilidade por criar uma forma de vida. Entre estes pensadores destacamos as obras de Pierre Hadot, Michel Foucault e Giorgio Agamben. Cada um deles voltou-se sobre a problemática da filosofia como forma-de-vida e para a ética do “cuidado de si” (*epimeleia heatou*). Neste texto propomos apresentar alguns elementos da obra de Hadot sobre a filosofia como forma de vida.

I

Pierre Hadot (1922-2010) foi um filósofo que dedicou a maior parte de suas investigações aos estudos da filosofia antiga com ênfase nos estoicismo, epicurismo e no platonismo. A originalidade dos estudos de Hadot

reside em que este autor não se limitou a expor de forma erudita o pensamento das escolas antigas, mas mostrou com insistência e agudeza a inextricável relação que existia na antiguidade entre a filosofia e a vida, ao extremo de sustentar a tese de que o objetivo de toda escola filosófica era criar uma forma de vida. Fora desse objetivo, a filosofia perdia seu sentido e se transformava em outra coisa, num saber especulativo qualquer, mas que não poderia ser denominado de filosofia.

Hadot mostrou que a filosofia era uma forma de vida e que para atingir o ideal proposto era necessário *gnosis* correta, *techne* condizente e uma *askesis* apropriada. As pesquisas de Hadot tiveram uma grande influência no pensamento de Foucault, principalmente na guinada que este autor realizou na década de 1980 para o estudo da ética do *cuidado de si* na filosofia antiga. Atualmente, Agamben vem publicando uma série de obras com o tema central da *forma-de-vida*, embora nelas não faz referência a Hadot. Mesmo assim se percebe que Agamben dá continuidade às pesquisas de Foucault em âmbitos que este autor não explorou tanto, mais concretamente a noção de forma-de-vida no cristianismo primitivo e até medieval. Para Foucault e Agamben as pesquisas sobre “o cuidado de si” e “a forma-de-vida” se vinculam à política, concretamente aos modos de resistência contra os dispositivos biopolíticos de controle social. A prática ética do “cuidado de si”, para Foucault, é uma referência para pensar a constituição histórica da autonomia no seio dos dispositivos biopolíticos de controle. As genealogias de algumas práticas que criaram uma forma-de-vida, em Agamben, sinalizam a possibilidade de uma outra política ou da “política que vem”, aquela que não mais captura a vida como elemento útil, pois a vida consegue criar sua própria forma-de-vida, por isso talvez uma forma *impolítica*.

Nos diversos enfoques destes três filósofos contemporâneos sobre a filosofia e a forma de vida há alguns aspectos comuns, entre eles o estudo de algumas técnicas específicas que os diversos saberes filosóficos e práticas utilizaram para criar uma forma

de vida. A filosofia, para conseguir constituir uma forma de vida, necessita criar e utilizar corretamente algumas *techne* e realizar frequente e corretamente determinadas *askesis*. Técnicas como os *hypomnêmata* (escritos de si, diários), a *melete* (meditação), os retiros, os aconselhamentos com um outro, a direção de consciência, a confissão, os jejuns, viver despojado, austeridade de vida, *enkrateia* (domínio de si) em situações limite, entre outras, eram *technes* utilizadas pelas diversas escolas filosóficas, cada uma de um modo diverso, para conseguir criar uma forma de vida específica. O sentido da *arete* (virtude) estava vinculado à consecução da excelência (*arete*) nas habilidades necessárias para criar em si mesmo uma forma de vida. As *hexis* (habilidades) requeridas pela *arete* só poderiam ser adquiridas através de uma *askesis* persistente e bem direcionada.

Hadot mostrou em seus estudos que a proliferação de *askesis* ensinadas e praticadas pelas várias escolas filosóficas tinha por objetivo atingir a forma de vida desejada. Entre as *askesis* praticadas, Hadot destaca a *melhete* (meditação) e os exercícios espirituais. O ponto nevrálgico da filosofia antiga não era o conhecimento, senão a constituição do “eu”. A ênfase não estava na epistemologia ou na lógica, pois a filosofia era um processo de conversão que afetava a totalidade da existência. Nesse processo é possível passar das trevas da caverna para a luz da consciência de si, ou da paz interior. O conjunto das escolas filosóficas entendiam que o elemento que a filosofia deveria ajudar a superar ou neutralizar para criar uma forma de vida é o sofrimento. Todas elas compartilhavam a convicção de que o sofrimento humano se deriva das paixões, entendidas estas como desejos desordenados e temores exagerados. A paixão desordenada era o vício. Em qualquer caso, toda paixão e qualquer vício operam arrastando a vontade humana consigo sem que esta tenha controle sobre o que sente ou deseja. Uma vontade acorrentada pelo medo e a desordem é uma vontade escrava de si mesma. Sócrates afirmava que não tem maior escravo que aquele que é escravo de si, de suas paixões e vícios. A felicidade deverá ser também uma liberdade, uma libertação dos medos e das desordens que arrastam a própria vontade para a caverna do sofrimento. Como se libertar dessas correntes da natureza? Como dominar aquilo que nos domina interiormente? Como adquirir o poder sobre si mesmo? Como ser livre de tudo que nos atemoriza?

II

Estas questões eram a coluna vertebral de toda a filosofia antiga, por isso a filosofia aparece, primeiramente, como uma “terapia das paixões”. Cada escola tem suas técnicas, seus exercícios e seu conhecimento específico, mas todas sintonizam no objetivo principal da filosofia: transformar de modo profundo a forma de ser do sujeito. Neste contexto, Hadot analisa e destaca a importância que as diversas escolas davam aos exercícios do espírito como técnica filosófica que ajuda o sujeito a obter a *enkrateia*, domínio de si e conseguir libertar-se daquilo que o domina. Tomando como exemplo os estoicos, Hadot mostra como esta forma filosófica entende que a infelicidade deriva do anseio que as pessoas têm por obter ou conservar determinados bens, com isso eles se arriscam a não obter ou a perder o que tanto desejam, teimando com isso em evitar males que são inevitáveis. A filosofia, para os estoicos,

deve ser um estilo de vida que ajude as pessoas a desejar exclusivamente o bem que se pode obter e evitar o mal que é possível evitar. Para os estoicos, o bem e o mal que dependem exclusivamente de nós é o bem e o mal moral. Esse bem e mal moral se cria no momento da decisão da vontade sobre o sentido que esses acontecimentos têm para o sujeito. As demais coisas escapam à nossa vontade e dependem de outros fatores, por isso elas deveriam ser para nós indiferentes, ou seja, não deveríamos ver nelas nenhuma diferença entre ter ou não ter aceitando-os como parte do *anake* (destino). Todas as coisas sobre as que não temos controle pertencem ao domínio da natureza. Aquilo sobre o que nós temos pleno controle é o bem e o mal moral que podemos ou não fazer e como eles podem nos afetar. Desejar aquilo sobre o que temos controle e manter-nos indiferentes (*ataraxia*) sobre o que não depende de nós será, para os estoicos, a chave de uma forma de vida harmoniosa e feliz.

Esta forma de vida proposta pelos estoicos, assim como a das outras escolas, não resulta nada fácil de atingir, para conseguir aproximar-se do ideal da *ataraxia* utilizam-se diversas *techne* e *askesis*, entre elas os exercícios do espírito. Hadot constata que não nos foi conservado nenhum tratado específico a respeito dos exercícios do espírito, porém há inúmeras referências nos tratados à prática desses exercícios nas várias escolas. Filon de Alexandria (20 a.C.-50 d.C.), filósofo neoplatônico judeu, apresenta uma lista de exercícios da terapia filosófica de inspiração estoico-platônica. Entre

“O ingente aparato conceitual das diversas escolas filosóficas tinha por objetivo implementar uma forma-de-vida”

eles menciona, numa obra, a prática do estúdio (*zete-sis*), a atenção (*prosoche*), o domínio de si (*enkrateia*) e a indiferença com as coisas indiferentes. Num outro texto Fílon menciona as leituras, as meditações (*meletai*), a terapia das paixões, a rememoração (*anamnese*) do que faz bem, entre outros.

III

Hadot indica que, numa aferição dos diversos textos que nos foram conservados a respeito dos exercícios do espírito na filosofia antiga, poderiam se destacar algumas técnicas e exercícios específicos comuns. O primeiro a *prosoche* (atenção, vigilância), seria a atitude interior fundamental do estoico. Atenção a si, atenção de si. A pessoa deve estar atenta e vigilante a sua própria consciência e ânimo, numa espécie de permanente tensão (*agon*) interior. Através desta atitude o filósofo se percebe no instante, percebe o instante e se autocompreende como uma obra que se realiza a cada instante. A vigilância de espírito é a regra de vida fundamental que nos permite discernir aquilo que depende ou não de nós. A vigilância de espírito é essencial para que o filósofo consiga vivenciar as situações concretas com intensidade e perceber com correção o que deve fazer. A *prosoche* é uma técnica que ajuda o filósofo a viver intensamente o presente, o instante. A atenção ao instante é uma das regras fundamentais dos exercícios espirituais estoicos. Acolher com *prosoche* o instante presente como único te libera das paixões provocadas por um passado que não mais é e por um futuro que ainda não existe. O passado e o futuro não dependem de nós, o instante presente sim. Ter *prosoche* para o instante permite ao filósofo ter o domínio do exíguo de sua existência, a do instante.

Uma outra atitude que Hadot destaca dos estoicos em relação à *prosoche* é sua abertura para o que os estoicos denominavam de “consciência cósmica”. Há uma relação de cada instante com todo o cosmos. Para os estoicos, nada ocorre por acaso, há um destino (*anake*) que tudo determina. O destino cósmico tem previsto todos os acontecimentos em seus mínimos detalhes, exceto o agir moral de cada sujeito que depende dele. Nada nem ninguém pode modificar o curso do destino, e os acontecimentos ocorrem como têm que ocorrer, por isso, para os estoicos, a vontade humana deve aprender a acolher com resignação o destino que lhe cabe aprendendo a construir uma liberdade interior que lhe permita não ser atingido dolorosamente pelo que acontece inevitavelmente. A consciência cósmica sinalizada pelos estoicos significa aprender a

viver o instante presente como algo dependente de um todo, o cosmos, ao qual pertence, aceitando cada momento como derivação necessária da lei universal do cosmos. A *prosoche* ao instante possibilita o desenvolvimento da consciência cósmica.

Por último, a *prosoche* deve ajudar o filósofo a viver com atenção os princípios (*dogmata*) fundamentais da sua forma de vida. Fala-se de uma “regra vital” (*kanon*) que o filósofo deve ter sempre a mão para dela lembrar e se servir no discernimento do agir. As escolas estoicas e os epicuristas utilizam-se muito da memorização de alguns princípios fundamentais (*dogmata*) que o filósofo deverá repetir para si permanentemente: “Não deves te afastar dos princípios (*dogmata*) quando dormes, nem ao acordar, nem quando comes, bebes ou conversas com outros homens” (Epícteto). É conveniente que cada um formule para si a “regra de vida” do modo mais dinâmico e concreto possível. Para tanto, deve colocar perante seus olhos alguns acontecimentos vitais que deverá contemplar à luz da regra fundamental (*kanon*).

IV

Há um exercício de memorização (*mneme*) e de meditação (*melete*) da regra de vida. O exercício da meditação prepara o filósofo para quando as circunstâncias imprevistas se apresentem. Para enfrentar os sofrimentos que podem acontecer, propunha-se a técnica do *premeditatio malorum*, antecipar a meditação sobre os males possíveis para, interiormente, apreender sua indiferença e não ser atingido por eles. São males que não dependem de nós e, através da memória, poderemos lembrar as máximas que interiorizaremos na meditação para quando o mal chegar recebê-lo com a indiferença do indiferente porque são acontecimentos que dependem da natureza (cosmos). A meditação exigia que cada manhã se examinasse previamente as atividades que iriam se realizar ao longo do dia para assim poder estabelecer os princípios que deveriam “governá-las”. Pela tarde também se meditará analisando, no detalhe, os acontecimentos vividos extraíndo uma espécie de avaliação de resultados das ações do dia. Inclusive os sonhos também deveriam ser objeto da meditação.

A técnica da meditação tinha por objetivo dominar o discurso interior para dele ter controle e torná-lo coerente. O controle e a coerência se conseguiam, para os estoicos, através do princípio simples e universal de “discernir o que depende ou não de nós, entre o que depende de nossa liberdade e o que é da natureza”. A técnica da meditação poderia ser exercitada com vá-

“A filosofia tem por objetivo construir uma forma-de-vida”

rios exercícios (*tecnhe*), o de diálogo interior consigo mesmo, o diálogo com os outros, a escritura, em especial os *hypomnēmata* (escritos de si), a memorização, a imaginação, etc. Todos os exercícios tinham um objetivo: utilizar a filosofia como terapêutica e através dela promover a transformação do sujeito.

V

Outras escolas, como os epicuristas que colocam sua ênfase no desfrute ou prazer inteligente e harmonioso das coisas como meio para atingir a *ataraxia*, também se utilizavam da técnica dos exercícios do espírito para criar sua forma de vida. Dizia Epicuro (341 - 270 a.C.): “Nossa única preocupação deve ser curar-nos”, entendendo por cura a libertação do espírito das preocupações vitais desnecessárias que lhe impedem ser feliz. Epicuro é o filósofo da alegria de viver, que procura na alegria o segredo da felicidade da vida. Contudo, a alegria está permanentemente ofuscada ou ameaçada pelos diversos tipos de sofrimento. Para Epicuro, o sofrimento das pessoas advém do temor das coisas que não se devem temer e do desejo das coisas que não é preciso desejar. Por isso, a existência humana se consome entre o desconcerto produzido pelos temores injustificados e os desejos insatisfeitos. Essa armadilha priva o ser humano do único prazer que tem a seu alcance, o prazer de ser e viver. Ele diferencia entre desejos naturais e necessários (comer, dormir, etc.), desejos naturais e não necessários (boa casa, boa roupa, boa comida...) e desejos nem naturais nem necessários. A meditação sobre a satisfação mínima dos primeiros, a dispensa absoluta dos últimos e a liberdade máxima dos desejos naturais desnecessários propicia uma boa forma de vida. Meditar sobre a simplicidade e a sabedoria é a chave da filosofia epicurista para criar uma forma de vida alegre que nos liberta do que não pode nos fazer sofrer e nos permite desfrutar do que necessitamos. Ao contrário dos estoicos, os epicuristas exercitavam a memória dos momentos bons, prazerosos e alegres, pois há que meditar a memória do que foi bom para nós, gozando dos prazeres do presente.

Os epicuristas também ensinavam a meditar exercitando a *prosoche* (vigilância, atenção), porém à diferença dos estoicos, não propunham viver a tensão do momento presente, que é passageiro, mas viver o presente como um momento único de alegria que podemos desfrutar. Para os epicuristas, a felicidade do instante presente deve traduzir-se em harmonia e tranquilidade interior, e não em tensão (*agon*) vigilante como pro-

punham os estoicos. A conhecida máxima de Horácio *carpe diem* sintetiza a forma de vida proposta pelos epicuristas: “Enquanto nos dedicamos a falar o avaro tempo foge. Recolhe hoje (*carpe diem*) sem confiar em deixá-lo para amanhã!”. Para os epicuristas, contemplar a natureza é um dos prazeres maiores, meditar sua beleza e aprender dela a grandeza da vida que permite desfrutar o prazer de viver. Ainda, para esta

escola, outro elemento importante para a meditação é a amizade. A amizade está estreitamente relacionada com a meditação, através dela é possível praticar na comunidade os exercícios de vida, entre eles a confissão das faltas e a correção fraterna. Estes dois exercícios estavam vinculados, nas escolas epicuristas, à técnica da confissão. Para os epicuristas, a amizade é em si mesma o exercício espiritual por excelência.

Apesar das divergências teórico-metodológicas entre as escolas, todas elas pretendiam fazer da filosofia uma forma de vida cujo ideal era a liberdade. Embora também houvesse divergências sobre o sentido da liberdade entre as escolas (por exemplo, os estoicos defendiam um determinismo natural dos acontecimentos e, mesmo assim, seu escopo era conseguir a única liberdade possível: a moral), todas as formas de vida enfatizavam a importância da austeridade libertando-se de dependências desnecessárias. A austeridade propiciava o máximo de liberdade. Talvez foram os cínicos quem mais radicalmente viveram a liberdade através do desprendimento de tudo que não era estritamente necessário. É conhecida a biografia de Diógenes, o cínico, morando num barril, com uma única roupa, sendo visitado pelo imperador Alexandre o grande (discípulo de Aristóteles) e quando o imperador lhe ofereceu dar qualquer coisa que pedir, Diógenes lhe pede para se afastar da sua frente porque estava ocultando a luz e o calor dos raios do sol, algo que ele não poderia lhe dar.

VI

Esta breve análise a respeito dos exercícios espirituais na filosofia antiga mostra a relevância que tinha para a filosofia criar uma forma de vida. Filósofo era aquele que se diferenciava pelo modo de vida, e não pelas aulas que dava. Um filósofo antes de professor era mestre, por isso quem decidia participar de uma escola filosófica antes de aluno era discípulo. As escolas filosóficas proliferaram durante séculos pelas principais cidades da magna Grécia e do império romano; elas contribuíram decisivamente para a constituição de formas de subjetivação próprias que marcaram o

“*A filosofia aparece, primeiramente, como uma ‘terapia das paixões’*”

modo de ser das sociedades greco-romanas durante mais de um milênio. Sem as formas de vida que as escolas filosóficas desenvolveram, as sociedades greco-romanas não seriam as mesmas.

Se toda filosofia é uma filosofia do presente, a aproximação de cada autor à problemática da filosofia como forma de vida é regida por um interesse específico. No caso de Hadot, seu interesse consiste em devolver à filosofia contemporânea parte das capacidades que tinha na filosofia antiga e foram perdidas ao longo do tempo. Hadot, diferentemente de Foucault, entende que a filosofia perdeu sua capacidade de criar forma de vida quando foi assimilada pela cultura cristã, a partir do século VI, e a teologia se impôs como saber primeiro deixando à filosofia um lugar secundário.

O cristianismo, quando teve que se expandir da cultura judaica para o mundo, assimilou as filosofias greco-romanas como substrato histórico-conceitual. Não é casual que quase todos os Padres da Igreja, desde o século III até o século V, eram filósofos de formação. Muitos deles eram filósofos que se tornaram cristãos ou cristãos que se formaram como filósofos (S. Agostinho é um caso paradigmático, mas também Ambrosio, Orígenes, Tertuliano, Clemente, Ireneu, Gregório de Nissa, Gregório de Nazianzo, Basílio, entre outros). Se a tradição bíblica e os evangelhos cristãos tivessem permanecido na matriz da cultura oriental e semita em que constituíram o cristianismo, provavelmente, não teria assimilado os princípios das escolas filosóficas como parte de sua identidade religiosa. Na assimilação da filosofia pelo cristianismo ocorreram muitas derivações, encontros e desencontros, mas, no que diz respeito ao papel da filosofia como forma de vida, o encontro teve profundas consequências para ambos saberes e práticas.

A teologia foi incisivamente influenciada pelas técnicas filosóficas da forma de vida. Os grupos cristãos que, a partir do século II, começaram a se organizar e criar seu modo de vida como uma forma de vida diferente da que regia no império romano, por exemplo, o monacato, assimilaram as técnicas das escolas filosóficas como apropriadas para a formação daqueles que escolhiam essa forma-de-vida nova. Ao longo dos séculos, com o surgimento e consolidação das congregações religiosas, as técnicas da forma de vida passaram a formar parte da herança cultural do cristianismo. Aqueles que escolhiam essa forma de vida religiosa, segundo o ideal proposto por cada congregação ou ordem, passavam por etapas de formação utilizando para

tanto muitas das técnicas das escolas filosóficas a fim de ajudar na constituição de uma nova forma de vida e de um novo estilo de subjetivação. Até hoje, podemos constatar que talvez seja na vida das congregações religiosas cristãs que perdura o princípio das escolas filosóficas antigas de criar uma forma de vida diferente. A vida das congregações religiosas se apresenta como uma vida diferente da socialmente dominante, para conseguir viver esse estilo de vida, as pessoas que por ela optarem terão que criar em si mesmas uma forma-de-vida própria. Essa opção, como era a opção das escolas filosóficas antigas, exige um processo de mudança e transformação nos sujeitos. Para atingir essa forma de vida é preciso criar um modo de subjetivação próprio utilizando técnicas e exercícios (*askesis*) permanentes, entre eles a meditação, o retiro, os exercícios espirituais, a vida austera, caso contrário a vida religiosa corre o risco de ser mera teoria, como a filosofia moderna, sem uma forma-de-vida coerente.

É conveniente lembrar que um dos discursos e práticas mais acuradas a respeito da meditação no cristianis-

mo são os exercícios espirituais ideados por santo Inácio no século XVI. Não é por acaso que Descartes chamou a sua principal obra de “Meditações metafísicas” assim como a obra anterior de “Regras para direção do espírito”. Aluno como foi do colégio jesuíta de La Fleche, embora muito crítico com o conteúdo da escolástica decadente que recebeu, valorizou muito os métodos de direção do espírito e as práticas da meditação que aprendeu como aluno jesuíta. Ele os utilizou posteriormente como

ferramentas para pensar não uma forma de vida, mas a forma como se produz o conhecimento. Por estes e outros argumentos, Foucault, diferentemente de Hadot, entende que foi no século XVII, no que ele denominou de “momento cartesiano”, que a filosofia cedeu sua dimensão de ser uma prática de vida para se tornar um mero exercício especulativo sem conexão direta com a forma de vida. Para Hadot, o fato de a teologia ter assumido o objetivo de criar uma forma de vida, já no século VI, foi o fator principal que retirou da filosofia essa “missão”. Restou para a filosofia a especulação conceitual sobre a verdade sem se responsabilizar pelo modo como se vive a verdade que se pensa.

Cabe assinalar que esta derivação teológica cristã da forma de vida filosófica foi estudada por cada um dos autores aqui mencionados. Hadot dedicou vários ensaios a este tema. Hadot sublinha, no ensaio “Os exer-

“O exercício da meditação para o filósofo para quando as circunstâncias imprevistas”

cícios espirituais e a filosofia antiga”¹, a similaridade que há entre os exercícios espirituais de Santo Inácio e aqueles desenvolvidos na Grécia antiga. Foucault também dedica várias aulas e vários momentos à relação da ética do cuidado de si com o cristianismo². Sua morte prematura lhe impediu de concluir o projeto de fazer uma genealogia das formas de subjetivação no cristianismo medieval, o que ele chegou a denominar de “pecados da carne”. Para Foucault, as práticas do cristianismo a partir do século V assumem uma parte significativa das práticas filosóficas do cuidado de si, porém essa versão do cristianismo provocou uma inversão radical no sentido das práticas e no modo de subjetivação. Se a prática do cuidado de si nas escolas filosóficas visava a constituição da autonomia do sujeito e a promoção de sua vida livre, no cristianismo medieval prevalece o objetivo da obediência e o modelo de subjetivação do súdito. Com isso, as práticas do cuidado de si se voltarão sobre a suspeita da alma para decifrar as tentações do sujeito; nessa matriz, o melhor modo de garantir a reta conduta será a estrita obediência ao superior. Agamben também pesquisou a forma-de-vida no cristianismo primitivo destacando o inédito da problemática que nas novas formas religiosas se estabeleceu entre a regra e a vida³. Inicialmente, os grupos cristãos que problematizaram a regra em relação com a vida tinham o princípio de que cada forma-de-vida tinha que criar sua regra própria. Era a regra que tinha que se submeter à vida e não o contrário, como posteriormente ocorre na atualidade na normatização biopolítica da vida cotidiana⁴.

As sociedades do século XXI não mais vivem uma hegemonia religiosa qualquer, elas se caracterizam por serem sociedades pós-metafísicas, contudo nelas a procura pelo sentido da vida não pode ser abolida. A filosofia dificilmente voltará a ser uma escola que requer discípulos, mas também não tem por que ficar

reduzida a mera especulação teórica. No vácuo entre o saber e o viver, a filosofia contemporânea tem muito a oferecer para refletir sobre diversas possibilidades de pensar formas de vida, *ethos* diferentes daqueles que, por exemplo, a sociedade massificada impõe como normais. Com este objetivo, pensadores como Foucault e Agamben decidiram ampliar as pesquisas sobre as formas de subjetivação e as forma-de-vida a fim de explorar nestas práticas possibilidades outras de os sujeitos serem diferentes.

A forma-de-vida refere-se ao *ethos* do sujeito. O ponto comum destas perspectivas filosóficas é que a subjetividade humana se constrói como resultado do *ethos* vivido pelos sujeitos. O *ethos* não é um elemento externo à vontade ou uma dimensão periférica do sujeito, a vontade e o sujeito são resultados do *ethos* vivido. As formas de subjetivação, formas-de-vida, são produzidas pelos modelos de *ethos* que os sujeitos vivem. Pensar a filosofia como forma-de-vida significa conferir à ética a dimensão de prática de vida (*ethos*), sem reduzi-la a normatividades, leis, ou princípios metafísicos ou naturalistas. Estes aspectos teóricos são muito relevantes para iluminar a prática ética, mas a ética não deve confundir-se com eles, pois ela é uma forma-de-vida. Este, talvez, seja um dos principais desafios da filosofia do século XXI: como possibilitar que a ética se torne uma forma-de-vida através da qual os sujeitos possam decidir seus modos de constituir-se com liberdade? Esta é a tarefa da ética entendida como *ethos*, a se constituir numa forma-de-vida.

Se a filosofia se recusar a assumir esta “missão”, esse vácuo estará sendo ocupado, entre outros, pela mídia de massas, os folhetins de autoajuda, etc., discursos em que predomina o doutrinamento massificador e a normalização adestradora.

A lógica biopolítica utiliza-se das técnicas de massificação e normalização dos sujeitos como meios para produzir formas de subjetivação fáceis de conduzir. A filosofia como forma-de-vida tem a responsabilidade de pensar e viver formas-de-vida críticas, dentro do pluralismo inerente aos modos de viver. O olhar para a filosofia antiga como forma de vida não deveria ser mera erudição, mas uma visita preocupada com alterar nosso presente.

1 HADOT, Pierre. *Ejercicios espirituales antiguos y la 'filosofia cristiana'*. Madri: Siruela, 2006, p. 59- 76. (Nota do autor)

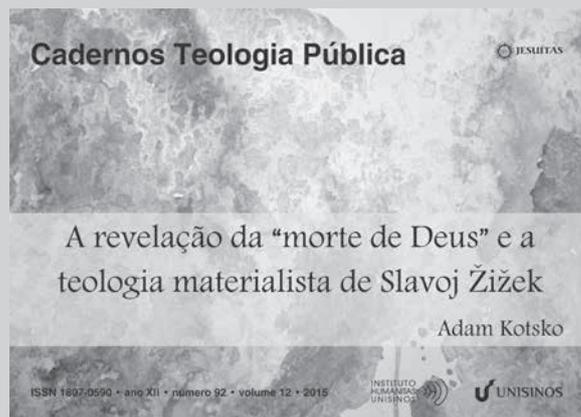
2 FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martin Fontes, 2004. (Nota do autor)

3 AGAMBEN, Giorgio. *Altíssima pobreza. Regras monásticas e forma de vida*. Homo Sacer, IV, 1. São Paulo: Boitempo, 2014. (Nota do autor)

4 AGAMBEN, Giorgio. *Opus Dei. Arqueologia do ofício*. Homo Sacer, II, 5. São Paulo: Boitempo, 2013. (Nota do autor)

LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

IHU ON-LINE



INSTITUT
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Tema de Capa

#MARÇO2015 - Dossiê Manifestações

As manifestações de Março de 2015 são o avesso de Junho de 2013

Giuseppe Cocco debate a conjuntura atual sob as lentes da Multidão e aponta os indícios para a oportunidade de uma ampla abertura democrática

Por Ricardo Machado

“ (Junho de 2013)... ecoa nas manifestações dos dias 13 e 15 de março: apesar dessas manifestações serem o junho de 2013 pelo avesso, elas confirmam sua potência e atualidade”, sinaliza Giuseppe Cocco, em entrevista por e-mail à IHU On-Line. “No dia 13, como já apontamos, vimos exatamente o contrário da multidão: um rebanho uniformizado e manipulado e até pago por uma operação instrumental. No dia 15, a mobilização de uma verdadeira indignação, espontânea e horizontal, mas atravessada por um viés conservador. Paradoxalmente, é o 15 de março que é mais parecido com junho e ao mesmo tempo os setores mais jovens e criativos não se mobilizaram ainda”, complementa.

Na opinião do entrevistado, os efeitos do posicionamento muito duro do PT com relação a Marina, no primeiro turno das eleições de 2014, ainda são sentidos na política atual, conforme podemos evidenciar na falsa dicotomização que movimentou o espectro político à direita. “O preço imediato (e de longo prazo) dessa falsa polarização organizada em torno do suposto ‘menos pior’ foi o deslocamento de todo o eixo eleitoral para a direita. Alguém pode se perguntar qual seria o interesse do governismo de deslocar o eixo político para a direita. A resposta é contudo muito simples: se trata de uma estratégia cínica e irresponsável de tentar

desesperadamente manter sua imagem retórica de esquerda. Parece boçal, mas funciona!”, provoca Cocco.

Frente ao cenário nacional, Cocco admite que o “binarismo do poder pode ter derrotado a multidão de junho, mas nunca vai conseguir cooptá-la”. No entanto, ressalta: “O discurso do ódio, a negação do outro, a procura da homogeneidade são o terreno da identidade, do uno, da exclusão. O contrário da multidão, ou seja, das diferentes singularidades que interagem entre elas se mantendo tais. Junho de 2013 nos mostrou que isso não é uma figura utópica, mas uma realidade potente. Ainda não sabemos como essa potência se realiza em instituições adequadas”.

Giuseppe Cocco é graduado em Ciência Política pela Université de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova. É mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). É doutor em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e editor das revistas *Global Brasil*, *Lugar Comum* e *Multitudes*. O último livro publicado é *KorpoBraz*: por uma Política dos Corpos (Mauad, 2014).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Após as manifestações de 2013, o senhor dizia temer que militantes de esquerda caíssem na armadilha das “bandeiras”, o que entregaria o movimento para a direita. Foi isso que aconteceu? Existem ecos das manifestações na política de hoje?

Giuseppe Cocco - Vamos começar pela parte final da pergunta: o movimento de junho de 2013 ecoa hoje no Brasil e continuará ecoando, como ainda discorreremos sobre a revolução parisiense de junho de 1848 e aquela mundial de 1968. Ju-

nho ecoa nas ruas do Paraná,¹ nas manifestações do Movimento Passe

¹ Nas Notícias do Dia, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU foram publicadas uma série de matérias sobre a greve dos professores no Paraná, taia como O Paraná se afunda em uma crise política, disponível em <http://bit.ly/19Kywb8>. (Nota da IHU On-Line)



“Trata-se de expressões da vitalidade das lutas e os limites dessas expressões estão e estarão na capacidade que terão ou não de ser um momento de abertura dessa vitalidade”

Livre - MPL² e também dos caminhoneiros, nas greves e no movimento dos garis do Rio de Janeiro, na ocupação do Parque Augusta em São Paulo,³ nas iniciativas do Bloco de Lutas em Porto Alegre. E também ecoa nas manifestações dos dias 13 e 15 de março: apesar dessas manifestações serem o junho de 2013 pelo avesso, elas confirmam sua potência e atualidade. No dia 13, como já apontamos, vimos exatamente o contrário da multidão: um rebanho uniformizado e manipulado e até pago por uma operação instrumental. No dia 15, a mobilização de uma verdadeira indignação, espontânea e horizontal, mas atravessada por um viés conservador, ou seja por um viés (que não acho que seja tão majoritário como o governismo tenta dizer) que se preocupa mais com a corrupção como desvio da regra do que como funcionamento mesmo de um sistema desigual. Mas que seja dito de maneira clara: a responsabilidade dessa situação é mesmo do governo e do PT e quanto menos termos determinação de dizer isso, mais as consequências nefastas desse desmando se generalizam a toda a esquerda. Será que podemos chamar isso de uma multidão? Eliane Brum encontrou uma

reposta dizendo que a “multidão (que poderia ter defendido o PT) ficou em casa”, não foram as ruas nem no dia 13, nem do dia 15⁴. Mas, paradoxalmente, é o 15 de março que é mais parecido com junho e ao mesmo tempo os setores mais jovens e criativos não se mobilizaram ainda. Mas isso não significa que não o façam. Por exemplo, num belo artigo de Alexandre Mendes, podemos ler que os moradores da favela do Morro dos Cabritos em Copacabana participaram massivamente ao painel que houve durante a coletiva dos ministros (em 15-03-2015)⁵. Com efeito, a multidão não é uma manifestação em si, mas o fazer-se de uma subjetividade que se mantém múltipla. Como disse o Bruno Cava, hoje é muito mais difícil que em junho de 2013 de “fazer multidão”. Mas é isso que é preciso fazer.

Apesar dos esforços realizados pela esquerda de poder (o PT e seus aliados) para que isso acontecesse, o movimento de junho não foi à direita. Nesse sentido, acho particularmente acertada a pergunta que lembra as polêmicas ligadas a esse episódio “das bandeiras”. Trata-se do que ocorreu nas grandes manifestações do 20 de junho, em particular no Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, quando os portadores de bandeiras partidárias (vermelhas) foram impedidos de participar (no caso do governismo

eram da Central Única dos Trabalhadores - CUT e do PT) ou violentamente expulsos (no caso dos pequenos partidos de oposição que tinham formado um “bloco” dentro da manifestação oceânica: PSTU, PSOL e PCB). Naquele momento escrevi exatamente isso (aliás, publicado em uma revista bastante “governista”): <<Depois das agressões às bandeiras de partidos, no último dia 20 de junho, toda a esquerda entrou em uma postura reativa: “se as manifestações não gostam de nossas bandeiras, elas são de direita ou são massa manipulada pela direita”. A extrema esquerda se junta aos oportunistas encastelados nos governos. Aqueles que tinham esquecido as bandeiras e as usavam apenas para limpar as mãos sujas nas coalizões espúrias, passaram a fazer do uso delas uma questão de “honra”. Já os que faziam oposição pela esquerda não conseguem ver que o problema das bandeiras é exatamente o... problema das bandeiras: a luta não é por ideais (as tais bandeiras)>>⁶ e sequer por simbologias abstratas produzidas pelo marketing milionário. A luta é material: por 20 centavos, pelo passe livre, contra as remoções, pelo Amarildo.⁷ O problema não é do movimento, mas das bandeiras que não correspondem mais à materialidade das lutas ou, pelo contrário, se tornaram os determinantes da dominação e da exploração. No caso do PT e da CUT elas coincidem com as políticas de megaeventos e remoções de pobres, com as megaobras que devastam as reservas indígenas, com o agronegócio que devasta a floresta e, pois, com o Poder. Pior, a CUT mostrou uma cegueira corporativa incrível diante da loucura dos subsídios bilionários que o governo repassou à indústria multinacional do setor automotivo: foi uma

2 **Movimento Passe Livre** (MPL): movimento social brasileiro que defende a adoção da tarifa zero para transportes coletivos. Fundado em 2005 durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, o MPL ganhou repercussão nacional a partir da organização de vários protestos em junho de 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Nas Notícias do Dia, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU foi publicada a entrevista “O que está em debate em São Paulo é a estupidez do automóvel”, disponível em <http://bit.ly/1vBOB6n>. (Nota da **IHU On-Line**)

4 “A mais malditas das heranças”, *El País*, 16 de março de 2015, http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/opinion/1426515080_777708.html

5 “O Painel no Morro dos Cabritos”, *Universidade Nômada*, 19 de março de 2015 <http://uninomade.net/tenda/o-panelaco-no-morro-dos-cabritos/>

6 Giuseppe Cocco, “Ser de esquerda é ter a coragem de mergulhar no levante da multidão”, *Revista Brasileiros*, <http://brasil.elpais.com.br/2013/06/ser-de-esquerda-e-ter-a-coragem-de-mergulhar-no-levante-da-multidao>. (Nota do Entrevistado)

7 **Amarildo**: ajudante de pedreiro negro, morador da favela da Rocinha, localizada no Rio de Janeiro/RJ, pai de seis filhos. Foi preso em casa em 14-07-2013 por policiais militares, torturado, assassinado e teve seu corpo desaparecido. (Nota da **IHU On-Line**)

verdadeira “bolsa empresário”! No caso da esquerda de “oposição”, as bandeiras apenas apareceram como tentativas de colocar um “chapéu” em cima de um levante que suas micro-organizações sequer tinham previsto em termos de composição social (de classe) e que devia sua potência à sua radical espontaneidade e horizontalidade. Claro, a mobilização do dia 20 de junho, depois da reviravolta da grande mídia que passou da condenação das manifestações ao apoio, estava cheia de ambiguidades e talvez a agressão foi planejada por algum grupo manipulado. O fato é que, quando aconteceu, o sentimento geral da multidão era de hostilidade a toda tentativa de “representar” um movimento que “valia a pena” exatamente por ser irrepresentável.

Agora, é particularmente interessante lembrar o debate daquele momento porque havia ali algo que ia bem além da questão das bandeiras, uma verdadeira estratégia de mistificação que o “governismo” estava apenas começando a tocar. Peço desculpa de recorrer a mais uma autocitação, mas me parece ainda produtiva. Naquele mesmo artigo eu escrevi também: <<A mobilização deve ser, agora, multitudinária, sua polifonia, espontânea e auto-organizada, bem como a ausência de linha, organicidade e liderança; estas são as maiores bandeiras que um militante pode carregar! Insistir em impor a “Luta das Bandeiras” a um movimento que tem a luta como bandeira foi um erro político até aquele recente 20 de junho. Hoje, pode ser uma grave irresponsabilidade: deixar esse espaço aberto justamente àquela direta, que avança usando apenas o verde e o amarelo>>. Tudo isso também continua atual, urgente e até dramático: o que até o 20 de junho de 2013 podia parecer um “erro” político era na realidade uma escolha que o PT e o Governo (daqui para frente falarei apenas de “governismo” em geral) tinham feito e iriam aprimorando, aprofundando e potencializando: a determinação firme do “governismo” de desqualificar o movimento de junho e a polêmica das bandeiras foi apenas um pretexto

para criar um embate que pudesse funcionar – pela construção de alguma forma de identidade abstrata – como um mecanismo de mistificação política contra o movimento e contra a própria democracia. O episódio das bandeiras foi apenas um primeiro ensaio. O segundo foi o do patriotismo – uma “ideia” fora de época e fora do lugar – da “Copa das Copas” e nos mostrou mais um grau de cinismo governista: ao passo que o “verde e amarelo” era suspeito nas manifestações de junho (e naquelas de março de 2015!), ele se tornava obrigatório para a pátria da chuteira (antecipação vergonhosa da não menos vergonhosa “pátria educadora”): a histórica goleada da seleção pela Alemanha impediu que a operação fosse bem-sucedida, apesar de o movimento contra a copa ter sido bem fraco e submetido a um forte esquema repressivo planejado desde o Planalto (com a colaboração do *know how* de tudo que existe no mundo em termos de segurança e vigilância). Mas foi nas eleições de outubro de 2014 que a mistificação das “bandeiras” voltou “com tudo” e, depois do “susto” pelo acidente que matou Eduardo Campos⁸, quando Marina⁹ parecia arrasadora, foi totalmente – e tristemente – bem-sucedido. O marketing eleitoral do governismo foi implacá-

vel, destruindo a própria figura da Marina e não a candidatura, usando as manipulações mais cínicas e as mentiras mais deslavadas (sem que movimento feminista nenhum se comovesse) para impedir uma triangulação que impediria o funcionamento desembestado da demagogia bipolarizadora. É conversando com amigos no exterior que se tem uma dimensão do que foi feito: para quem sequer conhece o Brasil e o fato de que Marina foi companheira do Chico Mendes¹⁰, militante do Partido Comunista Revolucionário - PCR, fundadora do PT, duas vezes ministra de Lula, ela era uma candidata não apenas de “direita”, mas até de “extrema” direita. Vejam bem, o governismo petista se permite fazer esse tipo de desinformação que deixaria a Pravda¹¹ stalinista vermelha de vergonha pelo nível de boçalidade e o PT tem hoje um governador (da Bahia) que não apenas manda sua PM matar a esmo, mas também comemora a matança e ainda debocha do governador (tucano!) de São Paulo por não ter a mesma determinação assassina.

Com Marina eliminada, a máquina da mistificação pôde enfim fazer funcionar a pleno regime a “binarização” do debate e chegou ao seu maior sucesso no segundo turno, criando uma verdadeira mobilização social em torno do... nada: uma simbologia de “esquerda” totalmente vazia e logo preenchida por um governo de direita. O preço imediato (e de longo prazo) dessa falsa polarização organizada em torno do suposto “menos pior” foi o deslocamento de todo o eixo eleitoral para a direita. Alguém pode se perguntar qual seria o in-

8 Eduardo Henrique Accioly Campos (1965-2014): foi economista e político brasileiro, governador de Pernambuco por dois mandatos, presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e candidato à Presidência da República nas eleições presidenciais de 2014. Neto de Miguel Arraes de Alencar, era graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Sua morte ocorreu em 13 de agosto de 2014, quando o jato em que viajava do Rio de Janeiro a Guarujá caiu em um bairro residencial da cidade de Santos, em plena campanha presidencial. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Marina Silva (1958): política brasileira, ambientalista e pedagoga. Foi senadora pelo estado do Acre durante 16 anos. Foi Ministra do Meio Ambiente no Governo Lula do seu início (1/1/2003) até 13 de maio de 2008. Também foi candidata à Presidência da República em 2010 pelo Partido Verde (PV), obtendo a terceira colocação entre nove candidatos. Em relação ao novo partido, Marina Silva está num processo de concretização da fundação da nova sigla que, se o Tribunal Superior Eleitoral conceder o registro, o qual depende da coleta de 500 mil assinaturas, receberá a denominação de Rede Sustentabilidade. (Nota da **IHU On-Line**)

10 Chico Mendes (1944-1988): seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro. Lutou contra a extração madeireira e a expansão dos pastos na Amazônia. Acabou assassinado por isso. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Pravda: foi o principal jornal da União Soviética e um órgão oficial do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética entre 1918 e 1991. O jornal ainda existe e está em circulação na Rússia, mas ficou mais conhecido nos países ocidentais por seus pronunciamentos durante o período da Guerra Fria. Existe ainda um certo número de outros jornais menos famosos em outros países que também se chamam Pravda. (Nota da **IHU On-Line**)

teresse do governismo de deslocar o eixo político para a direita. A resposta é, contudo, muito simples: trata-se de uma estratégia cínica e irresponsável de tentar desesperadamente manter sua imagem retórica de esquerda. Parece boçal, mas funciona! Ninguém hoje se pergunta mais onde está o tal “legado da Copa”! E no Rio de Janeiro, no meio de cortes e recortes de orçamento, está se preparando mais uma obra no Maracanã (a terceira em menos de 10 anos).

Como sabíamos, tratava-se de uma grosseira mistificação e sequer precisamos esperar muito tempo para saber que Dilma e o PT iriam fazer exatamente aquilo que acusavam o Aécio¹² de querer fazer. O menos pior apareceu imediatamente como sendo o mesmo pior. Apesar da forte presença de setores de classe média (como em junho), a manifestação do 15 – sobretudo em São Paulo – vai muito além disso. E o governismo, acuado e chantageado pelos compromissos que agora desabam na cabeça dele, insiste em transformar a indignação em um desenho golpista e direitista, ajudando a cavar seu túmulo, mas querendo colocar toda a esquerda dentro dele. O vídeo que o Viomundo¹³ publicou mostra que não é bem assim. Dessa vez, o governismo conseguiu fazer valer a chantagem. No 20 de junho de 2013, estávamos todos lá, fazendo multidão! No dia 15, quando valia a pena, deixamos a indignação popular generalizada (que apenas está começando) a um viés liberal.

IHU On-Line - As manifestações daquele período ocorreram em ressonância com outras em nível mundial (Espanha, Grécia, Turquia, Egito, etc.) que tiveram resultados bastante diversos.

12 **Aécio Neves da Cunha** (1960): é um economista e político brasileiro, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Foi o décimo sétimo governador de Minas Gerais entre 1º de janeiro de 2003 a 31 de março de 2010, sendo senador da República pelo mesmo estado desde então. (Nota da **IHU On-Line**)

13 Para assistir o vídeo acesse <http://www.viomundo.com.br/politica/caio-castor-protesto-contra-dilma-na-paulista-foi-muito-alem-da-classe-media.html>. (Nota do Entrevistado)

Como as manifestações do Brasil dialogam com estas experiências internacionais?

Giuseppe Cocco - O Brasil e as manifestações no Brasil dialogaram e continuam dialogando, de várias maneiras, com as primaveras árabes e seus desdobramentos: os po-

“

“Eu acho que não se deve falar em ‘resultados’, mas em processos”

sitivos e os negativos se inspiraram do levante de Istambul e receberam as balas de chumbo (no dia 24 de junho de 2013) na Maré da repressão egípcia.

Por um lado, cabe lembrar como “junho de 2013” foi um momento de um ciclo global. Pelo outro, as lutas e o movimento no Brasil são atravessados pela diversidade contrastada dos “resultados” dos diferentes levantes.

Contudo, eu acho que não se deve falar em “resultados”, mas em processos e apreender os diferentes levantes do ponto de vista dos níveis de abertura ou fechamento dos processos constituinte e de transformação que eles determinaram (e os determinaram). O “processo” foi totalmente fechado no Egito e parece totalmente aberto na Espanha. No Brasil, estamos numa fase onde a brecha democrática parece ter sido fechada definitivamente. Mas ainda é cedo para tirar uma conclusão definitiva, pois ela foi fechada pela irresponsabilidade do governismo e até pelas incríveis posições governistas da esquerda de oposição.

Lembremos, o levante brasileiro de junho de 2013 ecoou sobretudo o levante de Istambul, da mesma maneira que ele reverberou, quando ainda estava vivo com ocupações de Assembleias e Câmaras (no

Rio de Janeiro com manifestações diárias), em Kiev na Ucrânia, com a revolução da praça Maidan¹⁴. Hoje temos os tanques na Maré e a guerra que a Rússia trava nas regiões fronteiriças da Ucrânia. Aliás, é muito curioso (e emblemático) ver como a revolução de Kiev acaba sendo objeto de uma censura: uma censura ativa por parte de setores da esquerda (muitos deles “governistas”) e algo ainda pior, uma autocensura, todo o mundo ficando constrangido, sem saber direito se é bom falar da Ucrânia e preferindo não mencionar esse belíssimo momento democrático que foi a multidão de Maidan. Se você nasce na Ucrânia, não pode lutar por liberdade, pois assim você seria instrumento do imperialismo.

A cultura e a identidade de “esquerda” continuam mantendo um viés stalinista, que, aliás, nos mostra muito bem o que escondia o episódio das bandeiras: se você critica o PT e o governismo, você é com certeza um instrumento do “inimigo”, dos banqueiros, do “imperialismo”... pouco importa que o PT e o governismo estejam faz 13 anos governando com a direita e pela direita, ou seja, com os banqueiros, a demagogia funciona. É exatamente o stalinismo assim como nos contou o grande escritor Vasily Grossman¹⁵, o maior correspondente de guerra do jornal Estrela Vermelha: ao mesmo tempo que Molotov¹⁶ (pela União das Re-

14 **Praça da Independência ou Praça Maidan**: é a praça central da cidade de Kiev, capital da Ucrânia. É o principal lugar de reunião da cidade, localizada na rua Khreshchatyk no raion de Shevchenko. O local já teve diferentes nomes, mas é comumente conhecida apenas como Maidan (“praça” ou “esplanada”). (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Vasily Semyonovich Grossman**, pseudônimo de **Iosif Solomonovich Grossman** (1905–1964): foi um proeminente escritor e jornalista soviético. Sua principal obra é Vida e Destino, recém publicada no Brasil e já publicada em Portugal pela Dom Quixote. No Brasil, pode ser encontrada a tradução de muitos de seus artigos publicados no Estrela Vermelha, órgão do Exército soviético, durante a II Guerra, sob o título “Um Escritor na Guerra” Editora objetiva. (Nota da **IHU On-Line**)

16 Viatcheslav Mikhailovitch Molotov, nascido Viatcheslav Mikhailovitch Scriabin (1890-1986) foi um diplomata e político da União Soviética de destaque entre os anos 20 e 50 do século XX. Sua mais relevante participação na história mundial foi a assina-

públicas Socialistas Soviéticas URSS de Stalin) negociava um acordo com Ribbentrop¹⁷ (pela Alemanha de Hitler), milhares de comunistas eram assassinados nos expurgos, tendo que confessar serem agentes do inimigo, “quintas colunas”. Por isso, o governismo chegou à exaltação na desqualificação de Maidan, os ucranianos não tem o direito de lutar, por definição eles são de direita e, sendo supostamente antirrusos, são instrumento do “imperialismo” norte-americano. Boaventura Santos¹⁸, num artigo de comemoração da vitória de Dilma nas eleições, chegou a escrever algo inquietante: defendeu que “o Brasil é hoje o exemplo internacionalmente mais importante e consolidado da possibilidade de regular o capitalismo para garantir um mínimo de justiça social” e isso na medida que, juntamente com China, Índia, e Rússia (!), ele promoveria não apenas um “capitalismo social” mas também “uma nova guerra fria”¹⁹.

Em seguida, podemos dizer que encontramos no Brasil de hoje vários dos desdobramentos (contraditórios) dos diferentes levantes. Em primeiro lugar, encontramos o fechamento da brecha democrática e a guerra como terreno de restauração do poder: isso que acontece en-

tre a Síria e a Líbia, com o golpe no Egito e a intervenção russa na Ucrânia, mas também com a militarização das favelas do Haiti e do Brasil e a banalização pela esquerda (vide a atuação do PT no governo da Bahia) dos genocídios dos jovens negros e pobres. Estamos diante de um novo tipo de guerra, que se parece com uma guerra civil generalizada dentro da crise das bases biopolíticas da democracia. O que torna esses levantes ainda mais fundamentais para construir a democracia. Em segundo lugar, encontramos a crise em níveis gregos ou venezuelanos, aliás, uma tentação irresponsável do governismo de levar o enfrentamento nesse patamar apenas para poder negociar sua “salvação”. Em terceiro lugar, os movimentos no Brasil estão num grande impasse e olhando com muita atenção para como na Grécia e na Espanha estão nascendo novas experiências no terreno institucional e de novas formas de representação.

IHU On-Line - Como os modelos de Esquerda emergente — Syriza²⁰ (Grécia) ou Podemos²¹ (Espanha) — podem contribuir para a construção de modelos políticos alternativos para o Brasil frente a atual conjuntura?

Giuseppe Cocco - Syriza e Podemos estão mostrando que os levantes não são efêmeros e que a crítica da representação oriunda do período industrial e moderno não significa renúncia à representação *tout court*. Pelo contrário, na esteira dessas lutas multiplicam-se as experimentações de todos os tipos, inclusive no terreno institucional e

com o surgimento de novas propostas e/ou de novos partidos.

Na Grécia, o Syriza mostra que é possível, sim, um programa reformista de esquerda ganhar as eleições e tentar aplicá-lo. Seu sucesso eleitoral, que ~~tornou~~ reduziu o histórico PASOK²² uma legenda secundária, é uma pedrada para os partidos de esquerda que se escondem atrás dos constrangimentos macroeconômicos e globais. O PT já é o PASOK, mas ganhou as eleições e o impasse atual é mesmo a consequência disso.

Na Espanha, o Podemos ainda não ganhou, mas já é um terreno político e eleitoral e mostra que o 15M é base de uma inovação duradoura e radical. Trata-se de mais um desmentido sensacional do discurso que atribuía aos movimentos a volta da direita ao poder (discurso que o governismo fez sistematicamente no momento da campanha eleitoral de 2014).

Então, Syriza e Podemos já são para o Brasil um balão de oxigênio para pensar e fazer política numa perspectiva democrática, para além dos impasses do movimento e do desmoronamento vergonhoso do sistema dos partidos. Acredito que não se trata de modelos, ainda menos de expressões linearmente positivas e puras de uma nova horizontalidade. Por isso, precisamos mapear com cuidado essas experiências, apreender a potência e os limites para fazer *outra coisa!* Talvez, a força deles é mesmo de não serem modelos. Com certeza, *Syriza* e *Podemos* contribuem para acelerar a urgente renovação das forças políticas no Brasil e isso por uma série de razões: por serem uma resposta à política de austeridade imposta pelo Banco Central Europeu (o Syriza), por ter conseguido afirmar a possibilidade de ganhar (Podemos) passando por fora das formas atuais de organização partidária. Isso já tem um impacto no Brasil e mundo afora.

tura do Tratado Molotov-Ribbentrop, o pacto de não-agressão firmado entre a União Soviética e a Alemanha Nazista em 1939. (Nota do Entrevistado)

17 Ulrich Friedrich Wilhelm Joachim von Ribbentrop (1893–1946): foi um político alemão, ministro de Relações Exteriores da Alemanha Nazista entre 1938 e 1945 e uma das principais e influentes figuras do Terceiro Reich de Adolf Hitler. (Nota da IHU On-Line)

18 **Boaventura de Sousa Santos** (1940-): doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, Estados Unidos, e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal. É um dos principais intelectuais da área de ciências sociais, com mérito internacionalmente reconhecido, tendo ganho especial popularidade no Brasil, principalmente depois de ter participado nas três edições do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Confira a entrevista *O Fórum Social Mundial desafiado por novas perspectivas*, concedida por Boaventura ao sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 30-01-2010, disponível em <http://bit.ly/BoaventuraIHU>. (Nota da IHU On-Line)

19 Boaventura de Souza Santos, “A grande divisão”, in *Carta Maior*, 5 de novembro de 2014. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Brasil-A-Grande-Divisao/32167>. (Nota do Entrevistado)

20 **Syriza**: partido político grego, fundado em 2004 como uma aliança eleitoral de 13 partidos e organizações de esquerda. Surge num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Vitorioso na eleição de janeiro de 2015, o líder do Syriza, Alexis Tsipras, foi empossado como primeiro-ministro para dirigir o novo governo da Grécia, viabilizando um governo de coalizão com o partido nacionalista conservador, Gregos Independentes. (Nota da IHU On-Line)

21 **Podemos**: partido político espanhol que foi fundado em 2014, fortemente influenciado pelas ideias do movimento 15M. Um de seus principais representantes é Pablo Iglesias Turrión. Surge num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Atualmente, é o favorito para eleição presidencial na Espanha. (Nota da IHU On-Line)

22 **Pasok** ou **Movimento Socialista Pan-Helênico**: é um partido socialista/social-democrata da Grécia. Foi fundado em 3 de setembro de 1974 por Andréas Papandréu. É o principal partido de situação daquele país e tem representação no Parlamento Helênico e no Parlamento Europeu. (Nota da IHU On-Line)

Então, mais do que modelos, trata-se de expressões da vitalidade das lutas, e os limites dessas expressões estão e estarão na capacidade que terão ou não de ser um momento de abertura dessa vitalidade e não de seu fechamento.

Desde já temos condições de indicar pelo menos alguns dos desafios pelos quais tais experiências passam e passarão:

Syriza depende do nível de apoio que encontrará nos movimentos europeus (no dia 18 de março houve uma mobilização europeia para protestar contra o BCE, em Frankfurt) e do próprio sucesso do Podemos na Espanha; sem isso, dificilmente vai conseguir manter a prova de força com a Troika²³. Se o movimento europeu não conseguir reforçar a brecha aberta pela vitória do Syriza, podemos prever o pior em dois cenários bastante inquietantes: a homologação do Syriza dentro de acordos impostos que fariam de sua experiência mais um caso da incapacidade da esquerda partidária de lutar por uma saída do neoliberalismo (isto é, o Syriza viraria mais um PASOK); uma virada antieuropeísta na tentativa de balancear as imposições da UE por meio de alianças com Rússia e China. Nos dois casos, a Grécia se tornaria o teatro da ascensão do fascismo neo-soberanista, aquele que gosta do fascismo de Putin²⁴, que cultiva o ódio pelos imigrantes na França (Marine Le Pen) e na Itália (Matteo Salvini²⁵).

Um segundo desafio, que diz respeito sobretudo ao Podemos que se constituiu como uma nova força, é de conseguir articular de maneira virtuosa duas dimensões de sua constituição que são potencialmente contraditórias: por um lado, trata-se da dimensão midiática da

figura do Pablo Iglesias²⁶, que desempenhou e desempenha um papel fundamental na proposta do Podemos (e que faltou à proposta do Partido X articulada no âmbito do DRY²⁷); pelo outro, a potência social das redes e das ruas oriundas do 15M ao longo desses anos.

“*Estamos diante de um novo tipo de guerra, que se parece com uma guerra civil generalizada*”

Juntando-se a Iñigo Errejón²⁸ e Monedero²⁹ para fundar o Podemos, Pablo Iglesias conseguiu uma proeza: propor ao 15M uma perspectiva majoritária ocupando ao mesmo tempo a “terra de ninguém” liberada pela crise vertical do sistema representativo oriundo do período industrial. O Podemos ocupou o vazio que em outros países é ocupado por experiências bem mais ambíguas: na Itália foi a Lega Nord³⁰ e

26 Pablo Manuel Iglesias Turrión (1978) conhecido como Pablo Iglesias, professor universitário, é o atual secretário general e euro-deputado de Podemos.

27 DRY: Democracia Real Ya

28 Iñigo Errejón Galván é um politólogo e político espanhol. É doutorado e investigador em Ciência Política na Universidade Complutense de Madrid, vogal da Fundação CEPS e membro do conselho editorial da revista de análise política Viento Sur.

29 Juan Carlos Monedero Fernández-Gala (Madrid, 12 de enero de 1963)⁴ es un politólogo, ensayista y político español, secretario de Proceso Constituyente y Programa de Podemos³ y profesor de Ciencia Política en la Universidad Complutense de Madrid.

30 Liga Norte ou, em italiano, Lega Nord (1996), ou ainda, Lega Nord per l'Indipendenza della Padania: trata-se de um partido político italiano formado por uma confederação de movimentos políticos autonomistas de centro-direita que atua sobretudo no norte da Itália, embora esteja presente em outras regiões. (Nota da IHU On-Line). A Lega Nord foi o resultado da junção de várias formações como Lega Lombarda (1982), Liga Veneta etc., defendia a autonomia da Padania. O dirigente histórico foi Umberto Bossi.

23 Troika é o termo usado para fala das tres instituições com quem tem que lidar a Grécia: a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE).

24 Presidente da Federação Russa.

25 Atual Presidente nacional da Lega Nord: colocou em segundo lugar os temas separatistas para assumir um discurso nacionalista e xenofobo, em aliança com organizações fascistas.

hoje é o 5 Stelle³¹; na França é o inquietante Front National³² de Marine Le Pen (filha do Jean Marie Le Pen³³). O grande fato do Podemos é que por uma vez são ativistas oriundo da esquerda horizontal, crítica da forma partido (conheço Pablo Iglesias que era da Universidad Nómada espanhola, o conheci em particular numa Universidad del Verano que organizamos com o saudoso professor Joaquin Herrera Flores, da UPO de Sevilla, em Carmona, em 2007) apreenderam o *kayros*, ou seja, souberam propor uma linguagem adequada no momento oportuno: oferecer uma resposta política radical, mas ao mesmo tempo com a ambição de poder ganhar e, para isso, se libertando das amarras ideológicas do discurso de “esquerda” em todas suas variantes.

O terceiro desafio é a existência de certo nível de autonomia do político bem representado pelo papel central e vertical de Pablo Iglesias e das duas outras figuras da direção, Inigo Errejón e Juan Carlos Monedero. O sucesso eleitoral do Podemos contém essa ambiguidade. Por um lado, a “autonomia” do político dessa “cúpula” foi um acelerador na definição discursiva e no processo decisório que está na base da própria proposta. Pelo outro se apresenta como um perigo de que o Podemos não consiga realmente inovar na forma de organi-

31 **Movimento 5 Estrelas** ou, em italiano, **Movimento 5 Stelle**: é um movimento e partido político italiano surgido em 2009 pelo comediante Beppe Grillo com a finalidade de deslocar os partidos tradicionais para colocar cidadãos comuns no poder e estabelecer uma democracia direta através do uso da Internet. (Nota da IHU On-Line)

32 **Frente Nacional** ou, em francês, **Front National**: é um partido político francês de extrema-direita e de caráter protecionista, conservador e nacionalista. Foi fundado em 1972 com o intuito de unificar as várias correntes nacionalistas da época. Jean-Marie Le Pen foi o primeiro líder do partido e sua figura central até sua renúncia em 2011. A atual líder da FN é Marine Le Pen, sua filha. (Nota da IHU On-Line)

33 **Jean-Marie Le Pen** (1928): é um político francês. Presidiu, até janeiro de 2011, a Frente Nacional, partido nacionalista francês e o mais à direita no espectro político da França. Foi substituído na liderança do partido por sua filha, Marine Le Pen, candidata do partido à Presidência do país em 2012. (Nota da IHU On-Line)

zação e acabe sendo apenas mais um “novo” partido velho.

O quarto desafio é talvez o mais paradoxal e diz respeito ao referencial que inspirou Podemos, a saber, a experiência dos “novos” governos sul-americanos. Bruno Cava já escreveu um artigo magistral sobre as alternativas teóricas e políticas entre a abordagem que o Podemos privilegia (aquela populista inspirada em Ernesto Laclau³⁴) e a abordagem que — até hoje pelo menos — me pareceu mais produtiva, aquela de Antonio Negri³⁵ e Michael Hardt³⁶ em termos de *Multidão* (Rio de Janeiro: Record, 2014). As trajetórias do chavismo na Venezuela, aquela neoperonista do Kirchnerismo na Argentina, bem como aquela boliviana de Evo e aquela “lulista” do Brasil são fontes preciosas de inspiração do Podemos e de seus lí-

34 Ernesto Laclau (1935- 2014): foi um teórico político argentino, frequentemente considerado pós-marxista. Pesquisador e professor da Universidade de Essex, recebeu o título de Doctor Honoris Causa de várias universidades: Universidade de Buenos Aires, Universidade Nacional de Rosário, Universidade Católica de Córdoba, Universidade Nacional de San Juan e Universidade Nacional de Córdoba. **Em 10-03-2008 concedeu a entrevista 1968 e a construção de um novo discurso político à edição 250 da IHU On-Line, disponível em** <http://bit.ly/1gvx-8Fu>. (Nota da IHU On-Line)

35 Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt — sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da **IHU On-Line**, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais de todo o mundo. (Nota da **IHU On-Line**)

36 Michael Hardt (1960): teórico literário americano e filósofo político radicado na Universidade de Duke. Com Antonio Negri escreveu os livros internacionalmente famosos *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003) e *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005). (Nota da **IHU On-Line**)

deres que trabalharam diretamente com Chavez³⁷ e Evo Morales³⁸. Creio que aqui entenderam como se faz para ganhar as eleições e como isso implica em mudanças radicais do regime discursivo oriundo da tradição ideológica da esquerda. Aqui também aprenderam a centralidade do “Estado” do ponto de vista de qualquer proposta de transformação social. Pois bem, aqui também vão ter que urgentemente entender, em primeiro lugar, que tudo isso (o ciclo dos governos progressistas) acabou e, em segundo lugar, que essas experiências que chamávamos de “progressistas” na Venezuela, na Argentina

“**O Brasil tem o ‘conservadorismo que merece!’**”

e agora também no Brasil fracassaram. Trata-se de um duplo fracasso: por um lado, da tentativa neodesenvolvimentista que se resolveu num total fiasco econômico e social; pelo outro, da relação com o Estado: ao invés dos governos progressistas se manterem como brechas para que os movimentos estejam dentro e contra o Estado numa dinâmica de radicalização democrática, eles rumaram — em graus diferentes — para um tipo de governabilidade autoritária que faz do controle do Estado seu horizonte fundamental e total. Que Maduro³⁹ — graças ao apoio das forças

37 Hugo Chávez Frías (1954–2013): foi um político e militar venezuelano, tendo sido o 56.º presidente da Venezuela. Chávez foi também um crítico do neoliberalismo e da política externa dos Estados Unidos. (Nota da IHU On-Line)

38 Juan Evo Morales Ayma (1959): é o atual presidente da Bolívia e líder do movimento esquerdista boliviano cocalero. Morales é também líder do partido Movimento para o Socialismo. (Nota da **IHU On-Line**)

39 Nicolás Maduro Moros (1962): é um político venezuelano, atual presidente da República Bolivariana da Venezuela. Depois de, como vice-presidente constitucional, assu-

armadas — por enquanto controle o Estado (e reprima a sociedade) e o governo petista seja engolido pelo Estado (entre o Lava Jato e a guerra em que se transformou a coalizão com o PMDB) não muda muita coisa do ponto de vista da democracia.

IHU On-Line - Em 2013, a população saiu às ruas contra um modelo político. Em 2014 foi eleito o Congresso mais conservador desde 1964. Como entender esta contraditória relação?

Giuseppe Cocco - Acho que já respondi acima. Esse resultado é fruto da crise do lulismo, da qual junho foi um sintoma e um determinante. A derrota de junho (pelo governo) abriu o caminho para que o mal-estar fosse procurar outras formas de representação. Há mais duas reflexões que cabe fazer: para derrotar junho, o governo lançou mão de uma violenta campanha destinada a dizer que a sociedade é conservadora, que as redes sociais espalham o ódio e que esse ódio é “um ódio pelo PT”. Foi um sem fim de pesquisas, artigos e colunas lamentando “oh quanto o Brasil é conservador” (aliás é um fluxo que continua). Oras, essa campanha tem algo estupefacente. Num plano geral, é evidente que o Brasil tem o “conservadorismo que merece”! Como poderia ser diferente diante da violência da desigualdade e da guerra civil endêmica que o caracteriza? O que interessa não é a choradeira sobre o óbvio, mas o que está sendo feito e o que estamos fazendo para mudar isso. Mais uma vez, o governoismo consegue se fazer passar de vítima como se os 13 anos de governo do PT não tivessem nenhum papel nesse impasse! Como se a retórica da nova classe média tivesse sido imposta desde fora do governo, como se a total ausência de uma política de segurança pública (ou seja, a continuidade do extermínio dos jovens negros e pobres nas favelas) e de qualquer projeto de desconstrução da guerra às drogas (pela legaliza-

ção) não tivesse sido imposta desde fora do governo, como se a total ausência de uma política de segurança pública (ou seja, a continuidade do extermínio dos jovens negros e pobres nas favelas) e de qualquer projeto de desconstrução da guerra às drogas (pela legaliza-

ção e regulamentação) não fosse de responsabilidade do lulismo; como se a política de megaobras e megaeventos sem reforma agrária e de desrespeito dos direitos indígenas não fosse o resultado do colonialismo interno, para não falar enfim do escândalo dos escândalos: a total ausência de um debate institucional sobre a legalização do aborto, cuja ilegalidade tolhe a liberdade e a vida das mulheres, sobretudo das mais pobres.

Há uma segunda dimensão, mais histórica: podemos pensar o período seguinte à revolução de junho de 1848 ou aquele que veio depois do maio de 1968 na França. As vitórias eleitorais da restauração ou dos conservadores são mais um sinal de esgotamento do sistema do que de sua saúde.

IHU On-Line - Alguns pensadores vislumbram nas lutas autônomas, que têm eclodido desde 2013, uma alternativa à polarização política. O que pode emergir destes movimentos?

Giuseppe Cocco - Desses movimentos podem surgir outros movimentos, como está acontecendo com os Garis no Rio de Janeiro, com as diferentes assembleias que estão discutindo Brasil afora os aumentos das tarifas dos transportes, os megaeventos, as reservas indígenas, etc. Não sei quando, mas no Brasil também estão postas as condições para uma nova institucionalidade e até para uma nova forma-partido, como aquela que o Podemos está experimentando na Espanha.

IHU On-Line - Os movimentos sociais do século XXI tendem a recusar lideranças, justamente porque são organizações políticas da Multidão na metrópole. Diante deste cenário, como fazer com que tais movimentos integrem a política nacional? Qual a importância da escolha de um líder nesse modelo?

Giuseppe Cocco - Do ponto de vista do fazer-se da multidão metropolitana, me parece que o terreno de experimentação é mesmo aquele de uma democracia produtiva. Do mesmo jeito que as metrô-

poles precisam do trabalho de uma multidão de singularidades entre as redes e as ruas, a multidão metropolitana é capaz de autonomia. Suas formas de organização são e deverão ser cada vez mais territoriais e categoriais, organizando círculos de cidadania e até bolsas

“

“O binarismo do poder pode ter derrotado a multidão de junho, mas nunca vai conseguir cooptá-la”

do trabalho metropolitano. As metrópoles hoje são gigantescas jazidas de produção de valor: de um outro tipo de valor. Por exemplo, uma metrópole sem carros, cheia de trens, *bikes* e também cheia de árvores de frutos e hortas! Auto-organização e autoprodução são hoje um terreno possível e imediato.

Mas isso vai precisar também de formas de representação e com relação a isso acho que respondi um pouco quando discuti o caso do Podemos, acima. Só insistiria: hoje, a forma de organização da produção e da vida é cada vez mais colaborativa e horizontal. *Toda forma de verticalização tende a ser improdutiva e os atalhos neodesenvolvimentistas da América do Sul foram um fiasco exatamente por serem menos colaborativos, apesar das tentativas de distribuição de renda que podem ter acontecido.* Hoje é possível uma tecnopolítica que evite a verticalização sem ao mesmo tempo ficar paralisadas num horizontalismo das assembleias, incapaz de decisão. O líder é sempre uma tentação, porque acelera o processo, mas ele sempre carrega uma enorme carga de autonomia do político e, pois, de uma verticalização antidemocrática e impro-

ductiva. Chega um dia que ele apresenta a conta, e é sempre salgada (estamos vendo aquela do lulismo, sendo que o Maduro está apresentando aquela do Chávez).

IHU On-Line - Dentro da ideia da Multidão como superar um comportamento de ódio mútuo gerado a partir da polarização política, típica da sociedade de massa? Quais os riscos do projeto político da Multidão deixar emergir racionalidades/ideologias que possam representar riscos ao avanço democrático e do bem-estar comum das sociedades?

Giuseppe Cocco - O conceito de “multidão” não é aquele de um projeto político, mas a definição ontológica da nova condição do trabalho e da luta (da política) no capitalismo contemporâneo. Política e economia nunca se separam no fazer-se da multidão como nova realidade ontológica do social.

A luta hoje não passa mais por nenhuma ambiguidade em termos de construção do “uno”, de uma identidade exclusiva, seja aquela de povo ou de classe. Dentro e contra a nova condição, a proposta é de apostar numa política da diferença, de um “uno” (uma colaboração) que não passa por nenhuma redução e – continuando a ser múltiplo – não se deixa capturar pelo Estado e sequer pelo Capital. O binarismo do poder pode ter derrotado a multidão de junho, mas nunca vai conseguir cooptá-la. O discurso do ódio, a negação do outro, a procura da homogeneidade são o terreno da identidade, do uno, da exclusão. O contrário da multidão, ou seja, das diferentes singularidades que interação entre elas se mantendo tais. Junho de 2013 nos mostrou que isso não é uma figura utópica, mas uma realidade potente. Ainda não sabemos como essa potência se realiza em instituições adequadas.

IHU On-Line - De que maneira as políticas públicas atuais estão relacionadas a uma espécie de capitalismo cognitivo de onde a construção da cidadania está diretamente relacionada à ideia de consumo? Até que ponto a finan-

ceirização das políticas públicas não acaba convertendo a sociedade a uma economia da exclusão?

Giuseppe Cocco - O capitalismo nunca organizou a exclusão a não ser para melhor incluir, ou seja, explorar. Só que o faz segundo modalidades diferentes ao longo da história, em função da resistência que ele encontra, por um lado, por parte das populações que ainda não foram incorporadas (incluídas) e, pelo outro, do próprio trabalho assalariado. É também preciso ver que o capitalismo se caracteriza pelas crises e é preciso fazer a distinção entre os mecanismos de inclusão e exclusão estruturais de um determinado regime de acumulação com relação ao que determina o ciclo de uma crise. Hoje em dia estamos num capitalismo que se organiza pela inclusão dos excluídos como tais e ao mesmo tempo esse capitalismo está em crise. O que isso significa? Que o capitalismo cognitivo se caracteriza por mobilizar o trabalho por fora da re-

lação salarial, diretamente nas redes de reprodução e que os transportes não são mais apenas esteiras de circulação, mas linhas de produção. Da mesma maneira o consumo se torna produtivo. Assim o trabalhador empregado se torna cada vez mais um empregável que trabalha: com um estatuto precário, numa crescente fragmentação: os pobres passam a ser explorados como pobres e a relação de crédito e débito substitui e qualifica aquela de assalariamento, fazendo das finanças o modo de governança do capitalismo cognitivo. Junho nos mostrou que ao mesmo tempo as lutas passam a acontecer nas metrópoles: nos transportes ou nos rolezinhos, com os professores e os garis. Estamos em uma sociedade de inclusão, mas de uma inclusão por modulação da precariedade. Ao mesmo tempo, esse capitalismo está numa crise estrutural desde 2007 e 2008 no nível global com relação à qual não se vislumbram formas de regulação. As tentativas no eixo Syri-

za-Podemos poderão ser inovadoras desse ponto de vista.

Enfim, queria dizer que o desafio que temos é romper a chantagem governista e voltar a fazer multidão dentro da justa indignação, reabrindo a brecha democrática. Não há outras escolhas e não sei quando e como o evento dessa retomada vai acontecer. Embora seja muito difícil, há vários sinais que precisamos lembrar: o pannelo no Morro dos Cabritos em Copacabana, no dia 15; no mesmo dia, a manifestação em memória de Claudia, a mulher negra assassinada e arrastada faz um ano pela PM do Rio, a greve autônoma dos garis que se articulam também com os "círculos de cidadania".

Assim, concluiria lembrando o que escrevi em junho de 2013 e que continua atual: <<A questão é inventar uma nova antropofagia política, um novo "pau-Brasil", como Oswald de Andrade soube fazer nos anos 1920>>. Precisamos, pois, ir para a terceira margem do rio.

LEIA MAIS...

- A crise múltipla do PT-PMDB. Esquemática análise de conjuntura. Artigo de publicado nas Notícias do Dia, de 17-03-2011, disponível em <http://bit.ly/1MGZj64>;
- *Estado de Polícia, o Brasil sem a máscara da "liberdade"*. Entrevista com Giuseppe Cocco, publicada na edição 434 da IHU On-Line, 09-12-2013, disponível em <http://bit.ly/1bOi1qw>.
- *"O momento político é da multidão"*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada no sítio do IHU em 15-06-2011, disponível em <http://bit.ly/1Hc7uHq>.
- *Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nos Cadernos IHU Ideias nº 19 sob o título #VEMpraRUA Outono brasileiro? Leituras, disponível em <http://bit.ly/ihuid002>.
- *Commonwealth e o horizonte de uma alternativa pós-capitalista*. Entrevista com Giuseppe Cocco, publicada na edição 344 da IHU On-Line, 21-09-2010, disponível em <http://bit.ly/Cocco210910>.
- *O devir-Brasil do mundo e o biopoder*. Entrevista com Giuseppe Cocco, publicada na edição 343 da IHU On-Line, 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/Cocco130910>.
- *Horizontes da crise: nova globalização e trabalho sem emprego*. Artigo de Giuseppe Cocco, publicado na edição 301 da IHU On-Line, 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/Cocco200709>.
- *Uma crise sistêmica do capitalismo flexível, globalizado e financeirizado*. Artigo de Giuseppe Cocco, publicado na edição 291 da IHU On-Line, 04-05-2009, disponível em <http://bit.ly/Cocco040509>.
- *O Império e a Multidão no contexto da crise atual*. Entrevista com Giuseppe Cocco, publicada na edição 293 da IHU On-Line, 18-05-2009, disponível em <http://bit.ly/Cocco180509>.
- *"Já saímos da sociedade salarial"*. Entrevista com Giuseppe Cocco. publicada na edição 216 da IHU On-Line, 23-04-2007, disponível em <http://bit.ly/Cocco230407>.

#MARÇO2015 - Dossiê Manifestações

Protestos e discurso anticorrupção: ações para além “da direita”

Ao analisar as manifestações de 15 de março, Adriano Pilatti destaca que não se pode reduzir como ação apenas de uma elite branca ou uma “direita golpista”

Por Patricia Fachin e João Vitor Santos

A crise que deu origem às manifestações assistidas em todo o Brasil no domingo (15 de março) é legítima e sistêmica. É a visão de Adriano Pilatti manifestada à **IHU On-Line** em entrevista concedida por e-mail. Para ele, a tensão que se materializou nas ruas através de discursos difusos “revela uma incapacidade do próprio sistema de representação política, atualmente constituído, em dar as diferentes respostas que os diferentes setores da sociedade demandam”.

Na avaliação do pesquisador, esse cenário “já havia se evidenciado à esquerda nas manifestações de 2013, sem que nenhum partido constituído se beneficiasse delas. Agora em 2015, isto se evidencia também à direita, e os partidos desse campo só se beneficiam ao preço de fingirem que não estão lá, que as manifestações não são deles”. Entre as razões para explicar as reações de domingo, Pilatti destaca que elas estão “fundamentalmente” relacionadas com o fato de que “a presidente e o partido pelo qual se elegeu se descredenciaram perante amplos setores que já os apoiaram reiteradamente em outros momentos. Porque os desmandos administrativos e econômicos e, sobretudo, a mentira eleitoral, foram reais, sofreram amplificação midiática e calaram fundo”.

Para o pesquisador, os pedidos de impeachment são totalmente sem propósito, mas lembra que ao menos durante uma década “o PT ajudou a produzir uma cul-

tura em que pedir o impedimento do oponente era algo naturalizado”. E alfineta: “E as pessoas da faixa etária que pareceu majoritária nas manifestações de domingo se lembram disso”.

Pós-manifestações, “não é fácil acreditar” que o governo levará adiante o projeto da reforma política, conforme anunciado pelos ministros Miguel Rossetto (Secretaria Geral da Presidência) e José Eduardo Cardoso (da Justiça). Pilatti lembra que “já disseram isso há um ano, ensaiaram fazê-lo de cima para baixo, toparam com a resistência de um Congresso então mais submisso, e depois deixaram para lá”.

Adriano Pilatti é graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestre em Ciências Jurídicas pela PUC-Rio e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, com Pós-Doutorado em Direito Público Romano pela Universidade de Roma I - La Sapienza. É professor assistente do Departamento de Direito da PUC-Rio, de que foi diretor (2004-2010), e coordenador-geral do Instituto de Direito da PUC-Rio. É assessor jurídico da Reitoria da PUC-Rio. Foi assessor parlamentar da Câmara dos Deputados junto à Assembleia Nacional Constituinte de 1988. A entrevista também foi publicada no site do IHU, em 18-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1beTorr>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que as manifestações que ocorreram sexta (13 de março) e domingo (15 de março) demonstram sobre a situação do Brasil hoje?

Adriano Pilatti - Entre sexta e domingo, ficou escancarado que a presidenta e o partido que, ao menos nominalmente, ela integra vivem uma profunda e dramática crise de legitimidade.

Parafraseando Darcy Ribeiro¹, isso

¹ **Darcy Ribeiro** (1922-1977): etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta, romancista e político mineiro. Completou o curso superior na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no ano de 1946. Trabalhou

“

“Votei nela no segundo turno e ela me fez de palhaço, perante mim mesmo e, mais grave, perante aqueles que confiaram em minha avaliação”

decorre de suas virtudes e também de seus vícios. Algumas notáveis realizações igualitárias dos últimos anos, agora ameaçadas, continuam a despertar ódios e ressentimentos, não há dúvidas, e mobilizam setores obscurantistas, reacionários, golpistas e discriminadores. Mas não é pequeno o acervo de erros, de práticas escusas, de mentiras eleitorais e de incapacidade de interpretar os movimentos dos diversos setores da sociedade desde 2013, cuja responsabilidade o governo não pode “terceirizar”, que lhe pertence com exclusividade. Não dá para ficar culpando sempre os outros pelos próprios fracassos. Não existe uma luta do bem contra o mal em que as forças governistas sejam “o bem” e o chamado “outro lado”, como se houvesse apenas um, seja “o mal”. Se assim fosse, poderíamos dizer que, com todos os seus “malfeitos”, o bem está irreconhecível.

Mas a crise de legitimidade é também sistêmica, revela uma incapacidade do próprio sistema de representação política, atualmente constituído, em dar as diferentes respostas que os diferentes setores da sociedade demandam. Isto já havia se evidenciado à esquerda nas manifestações de 2013, sem que nenhum partido constituído se

beneficiasse delas. Agora em 2015, isto se evidencia também à direita, e os partidos desse campo só se beneficiam ao preço de fingirem que não estão lá, que as manifestações não são deles. E, num sentido profundo, não o são mesmo: penso que não foi só o governismo que não dormiu no domingo, o oposicionismo rapidamente entendeu que despertou algo que talvez não consiga controlar, o que também não é necessariamente algo tranquilizador.

IHU On-Line - Qual sua avaliação sobre o público das manifestações de sexta e de domingo?

Adriano Pilatti - Os atos de sexta parecem ter reunido majoritariamente os setores governistas mais disciplinados, do PT e dos movimentos sociais a eles alinhados, para defender o governo e supostamente a Petrobras, além da minoria que compareceu com a intenção de defender apenas a empresa que é um patrimônio dilapidado de todos nós.

Já os atos de domingo parecem ter reunido majoritariamente os que, à direita, são contra o governo federal e o partido que ao menos nominalmente o lidera, uma mescla de reacionários pró-autoritarismo, oposicionistas partidários golpistas e não golpistas, e uma massa difusa de gente que teve sua indignação contra a corrupção em geral, e seus ressentimentos das mais diversas ordens, oportunisticamente capturados pelas forças anteriormente mencionadas, e canalizados exclusivamente contra a presidenta e o partido pelo qual se elegeu. Seria um erro considerar

que lá só estava a “direita golpista”: se ela fosse, já, ativamente em tal número, estaríamos todos perdidos, mas não é assim. Se os governistas insistirem em satanizar todos os manifestantes de domingo, impingindo-lhes o rótulo de direita golpista, correm o risco de atirá-los a todos nos braços dela. Muitos dos que lá estavam repelem alternativas autoritárias e até mesmo o impedimento presidencial, é a estes que é preciso ouvir.

IHU On-Line - Por que as manifestações do dia 15 tiveram mais adeptos do que as do 13? Que relações estabelece entre esses protestos?

Adriano Pilatti - Fundamentalmente porque a presidenta e o partido pelo qual se elegeu se descredenciaram perante amplos setores que já os apoiaram reiteradamente em outros momentos, muitos inclusive no segundo turno de 2014. Porque os desmandos administrativos e econômicos e, sobretudo, a mentira eleitoral, foram reais, sofreram amplificação midiática e calaram fundo, gerando decepção, frustração e revolta. Uma revolta ainda passiva: esses setores também não foram às ruas no domingo, assim como setores democráticos centristas e uma direita democrática, que é minoritária, mas existe, também não foram. É o “terceiro lado”, ignorado estupidamente pelos governistas e oportunisticamente pelos oposicionistas de direita, os 37 milhões de eleitores que não votaram nem em Aécio Neves nem em Dilma Rousseff, além de muitos que votaram num deles, mas como “mal menor”.

Além disso, não dá para desconhecer que os protestos de domingo vêm sendo convocados há meses, com amplo apoio da imprensa comercial, ao passo que o governismo resolveu blefar no improviso, talvez por acreditar que ainda merece a confiança ativa dos amplos setores que decepcionou. De resto, o partido e as centrais que pretendem monopolizar a representação trabalhista convocaram um ato

como etnólogo no Serviço de Proteção ao Índio, e, em 1953, fundou o Museu do Índio. Foi professor de etnologia e linguística tupi na Faculdade Nacional de Filosofia e dirigiu setores de pesquisas sociais do Centro de Pesquisas Educacionais e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, além de ocupar, no biênio 1959/1961, o cargo de presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Foi eleito em 8 de outubro de 1992 para a Cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras. (Nota da **IHU On-Line**)

para um dia útil de trabalho, e aí reuniram basicamente militantes profissionalizados e estudantes. Talvez muita gente modesta comparasse caso isso não implicasse em falta ao trabalho, fica aí a especulação.

IHU On-Line - Quais foram as pautas presentes nas manifestações? Que discursos vislumbrou entre os manifestantes?

Adriano Pilatti - Evidentemente que a questão da corrupção, nas suas mais variadas percepções, catalisou as coisas, além da vontade de oposição, golpista ou democrática, ao governo federal. Mas aí temos outro cipoal: existem, é certo, os que combatem farisaicamente a corrupção dos outros, e só a dos outros, os que pensam só na corrupção dos corruptos e não na dos corruptores, etc. Mas há muita gente que é sinceramente contra a corrupção em geral, e que talvez gostasse de se manifestar contra toda a corrupção, a do PT, a do PMDB, a do PSDB, a dos civis e a dos militares, a dos políticos, a dos empresários e a dos togados.

E aí existe também uma cultura política que o próprio PT, o de hoje e o que hoje está em outras siglas, ajudou a produzir. Será que o discurso anticorrupção é exclusivamente "de direita"? Se é verdade que ele foi usado injustamente contra o grande presidente João Goulart, também é verdade que ele alimentou a luta contra a ditadura militar-empresarial, há quem se lembre das popularíssimas canções de protesto da época: "e se gritar pega ladrão, não fica um, meu irmão", "vivia a pátria-mãe tão distraída sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações"... Eu me lembro de uma canção-hino, do PT que eu admirava apesar de seu moralismo arrogante, que dizia: "Será que a gente é tão diferente, será que os outros é que são tão iguais, honestidade é a marca da gente, ser diferente é bom até demais..." O que restou disso? Quem vai indenizar as pessoas mais crédulas pelo naufrágio dos seus sonhos e das esperanças

depositadas nos "diferentes" que se tornaram "tão iguais"?

Do mesmo modo, a questão do impedimento presidencial, que ao menos por enquanto me parece algo totalmente sem propósito: do "Fora Collor" ao "Fora FHC", o PT ajudou a produzir uma cultura em

“

“Muitos dos seus militantes mais antigos e sérios já perceberam isso, e vivem em “silêncio obsequioso”, um momento de sofrimento, sob o tacão das cúpulas endinheiradas”

que pedir o impedimento do oponente era algo naturalizado, isso durou pelo menos uma década. E as pessoas da faixa etária que pareceu majoritária nas manifestações de domingo se lembram disso, e podem ter se perguntado: "mas se o PT podia pedir o impeachment de seus adversários e não era golpe, por que nós não podemos?" O que se planta, mais cedo ou mais tarde se colhe. A destruição de Marina Silva, pelo "crime" de ter antecipado que faria o "ajuste" conservador que Dilma fez depois de prometer que não o faria, é outro exemplo, e só foi esquecida pelos amnésicos em causa própria. Tudo isso retorna, e de forma às vezes violenta. O problema é que os governistas acabaram acreditando nas versões fantasiosas que inventam para tentar defender o indefensável, e a polarização excludente é uma dessas fantasias.

IHU On-Line - Que semelhanças e diferenças percebe entre junho de 2013 e as manifestações de 15 de março?

Adriano Pilatti - A semelhança está na escolha da rua como espaço de expressão e na dimensão. As diferenças até aqui são muitas: de composição ideológica, como disse em resposta anterior, e de demandas para além do combate à corrupção: em 2013 se pedia o fim da farra dos megaeventos e das remoções de famílias pobres, a desmilitarização da segurança, o fim do massacre da juventude pobre e negra, o amplo e efetivo acesso a serviços de transporte, educação e saúde de qualidade, a democratização dos meios de comunicação, e o alvo não era sequer preferencialmente a presidente. Nada disso parece estar em pauta agora.

Em 2013, o governo federal cometeu o erro criminoso e trágico de se acumpliciar com a repressão aos meninos e meninas desobedientes, entrando na briga por iniciativa própria e do lado errado, ignorando tantos alertas de que, expulsas das ruas a contestação à esquerda, elas poderiam ser ocupadas pela contestação à direita. Deu no que deu. Com a oposição à esquerda, o governo federal não dialogou em nenhum momento, agora diz que vai fazê-lo com a oposição à direita; num triste sentido não deixa de ser coerente.

IHU On-Line - No ano passado, após as eleições, o senhor chamou atenção para o que denominou de "tripartição"², dizendo que o país não estava dividido. Essa "tripartição" apareceu nos protestos dos últimos dias?

2 O termo é empregado pelo entrevistado ao analisar o resultado das eleições de 2014. Para ele, o resultado não demonstra um país dividido, mas uma "tripartição no âmbito da competição eleitoral, não certamente no âmbito do país real, muito mais complexo e diversificado". O que o processo eleitoral "efetivamente demonstrou foi o tamanho da crise da representação entre nós. 'Vermelhos e azuis' envelheceram, não expressam a multiplicidade do Brasil real, padecem ambos de uma espécie de 'fadiga dos materiais'", pontuou, ainda em 2014. (Nota da **IHU On-Line**)

Adriano Pilatti - Penso que continua no mínimo tripartido. Como já disse, o "terceiro polo" ainda está ausente das ruas, em grande parte por causa da repressão a que foram submetidos alguns de seus setores pela coalizão de todos os governos e mídias. Mas não desapareceu e será, no mínimo, o "fiel da balança", enquanto a balança durar... Minha intuição me diz que é daí que virá o que costumamos chamar de "novo" em sentido promissor, à esquerda e também à direita, pois sem uma direita democrática a democracia não sobrevive numa sociedade de classes. Uma página está sendo virada, e essa polarização entre supostos vermelhos e supostos azuis, falsa e esterilizante nas suas pretensões excludentes, será finalmente ultrapassada.

Sei que para esquerda, isso é para muitos doloroso, mas o fato é que o PT está perdendo progressiva e aceleradamente a capacidade de se opor à direita, até porque se homologou a ela em muitas práticas efetivas. E já perdeu a capacidade de liderar as forças de esquerda num projeto efetivamente de esquerda. Muitos dos seus militantes mais antigos e sérios já perceberam isso, e vivem em "silêncio obsequioso", um momento de sofrimento, sob o tacão das cúpulas endinheiradas. Parece que para eles a hora do desapego está chegando.

IHU On-Line - Qual deve ser o impacto político das manifestações? Como fica o governo Dilma a partir de agora?

Adriano Pilatti - Numa posição absolutamente frágil, cada vez

mais dependente de forças que não controla, cada vez mais refém de seus próprios erros de compreensão e ação. Este é, para eles, o momento mais difícil dos últimos doze anos, que desafia toda a capacidade de reflexão e atuação das suas melhores forças hoje marginalizadas. Não me rejubilo com isso, ao contrário.

IHU On-Line - Os ministros José Eduardo Cardozo (da Justiça) e Miguel Rossetto (da Secretaria Geral da Presidência) declararam pós-manifestações que o governo irá levar adiante o projeto da reforma política. Como o senhor vê esse projeto e tal declaração? Qual é o significado dessa declaração no atual contexto? O que podemos esperar após essas manifestações? Vislumbra novos protestos para este ano?

Adriano Pilatti - Não é fácil acreditar, nem que queira fazê-lo, nem que possa fazê-lo, nem que as atuais propostas sejam as melhores ou as suficientes. Já disseram isso há um ano, ensaiaram fazê-lo de cima para baixo, toparam com a resistência de um Congresso então mais submisso, e depois deixaram para lá, desconversaram. E o que fizeram de bom não aplicaram: por acaso pensou-se em utilizar os bons instrumentos do Decreto 8.243/2014, da participação popular, quando se tratou de definir qual o quinhão de sacrifícios que a classe trabalhadora teria de suportar, se é que teria, no tal "ajuste"? Nada, zero. O mesmo se pode dizer do tal "pacote anticorrupção": em 1º de agosto de 2013, a presiden-

te promulgou a Lei 12.846, sobre envolvimento de empresas em corrupção, mas até agora não a regulamentou no plano federal. Gostaria muito de precisar perguntar por quê.

Não sou dado a exercícios de futurismo. Sei o que precisamos fazer: refletir escrupulosamente sobre a complexidade deste momento, e a partir daí tentar construir alternativas que nos ajudem a perseverar no rumo de uma democratização radical do poder.

IHU On-Line - À época da eleição do ano passado o senhor disse que ainda era cedo para avaliar o "voto crítico" que reelegeu a presidente. Agora já é possível fazer essa avaliação?

Adriano Pilatti - Nunca gostei desta expressão "voto crítico" nem a usei, todo voto deveria sê-lo. Quanto a mim, votei nela porque não acreditava que a vitória de Aécio Neves pudesse ser melhor em nenhum aspecto. E, ao contrário do que fazem alguns setores à esquerda do PT, talvez para fortalecer os próprios partidos ou frentes, talvez para viabilizar os partidos que querem criar, não quero nem tento fingir que acredito que a vitória de Aécio teria sido melhor. Votei nela no segundo turno e ela me fez de palhaço, perante mim mesmo e, mais grave, perante aqueles que confiaram em minha avaliação. Mas não tenho de fazer profissão de arrependimento: quem tem de fazê-lo é quem traiu, e ela seguramente traiu meu voto. Penso que há muitos na mesma situação em que me encontro.

LEIA MAIS...

- *Reeleição de Dilma não é um cheque em branco. Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada no sítio do IHU em 11-11-2014, disponível em <http://bit.ly/1tXraGi>.*
- *"O dever-multidão dos excluídos e de todos os que são incluídos somente na extensão necessária para serem explorados". Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada no sítio do IHU em 14-01-2014, disponível em <http://bit.ly/KgvRIA>.*
- *"A Constituição de 1988 ainda não esgotou seu potencial de liberação da vida e de promoção da igualdade". Entrevista com Adriano Pilatti publicada na edição 428 da IHU On-Line, 30-09-2013, disponível em <http://bit.ly/196rRa3>.*

#MARÇO2015 - Dossiê Manifestações

Crise política brasileira: da ideia de golpe ao fortalecimento do “menos pior”

Marcelo Castañeda vê os discursos antigolpe, anti-impeachment e de defesa da Petrobras como bruma que encobre “dimensões sórdidas do ajuste econômico”

Por Patricia Fachin e João Vitor Santos

“**N**ão acredito que os principais partidos, que são responsáveis em grande parte por essas crises, consigam vencer seus interesses para compor um projeto que faça frente às diversas crises em pauta. Do jeito que se configura, isso é mais do mesmo”, diz Marcelo Castañeda em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Na avaliação do sociólogo, a atual situação econômica e política, incluindo ajustes econômicos, cortes orçamentários e ameaças aos direitos trabalhistas, já era prevista durante a campanha eleitoral do ano passado, mas a escolha pelo candidato “menos pior” “fez com que muitas pessoas se assustassem com a natureza do ajuste agora em curso na medida em que esperavam uma continuidade”, pontua. Para ele, essa natureza foi “rompida, em especial pela presença de (Joaquim) Levy no Ministério da Fazenda, dando uma guinada em relação ao desenvolvimentismo”.

Entre as razões para a atual crise política e econômica que tomou o país logo após o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, Castañeda enfatiza a “polarização da representação política entre PT e PSDB sempre mediados pelo oportunismo do PMDB e partidos fisiológicos menores que circundam o poder constituído”. Segundo ele, essa dinâmica “já dura mais de 20 anos no

âmbito do governo federal, complementando dinâmicas estaduais e municipais onde o peemedebismo reina de forma hegemônica”.

Na interpretação dele, essa polarização permanece nas discussões sobre a possibilidade de impeachment ou golpe e sustenta um discurso sobre o “menos pior”. “Não acredito em golpe no contexto atual. Há uma histeria governista cada vez que as coisas saem do controle deles. O discurso sobre golpe interessa ao governo, pois reforça a polarização vitoriosa nas eleições presidenciais. Parece que o governismo precisa manter o inimigo comum aceso e derrotado para que ele se mantenha como ‘menos pior’”. E pergunta: “Como golpear um governo que cedeu a todos os caprichos do mercado, no qual os bancos continuam lucrando como nunca, em que o PMDB é cada vez mais forte?”

Marcelo Castañeda é doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ e graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

A entrevista foi publicada no sítio do IHU, em 09-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1H4pekk>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que avaliação você faz da atual conjuntura a partir das medidas de ajustes anunciadas pela presidente?

Marcelo Castañeda - Durante a campanha eleitoral estava claro que haveria ajustes econômicos,

ganhasse quem ganhasse, tais como os robustos cortes orçamentários, ameaça a direitos trabalhistas, abertura de capital da Caixa Econômica Federal, entre outros que não vou detalhar aqui. Parece que o fato de a campanha feita pela presidente ter se colocado como

“menos pior” ou diferente dos que com ela concorriam (no primeiro turno, Marina Silva foi o alvo preferencial; no segundo, Aécio Neves) fez com que muitas pessoas se assustassem com a natureza do ajuste agora em curso na medida em que esperavam uma continuidade



“A mobilização das manifestações de domingo se caracterizou pela combinação de redes sociotécnicas que são novas, mas também foram alimentadas pela direita institucional”

que me parece ter sido rompida, em especial pela presença de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, dando uma guinada em relação ao desenvolvimentismo.

Enfim, os ajustes estão sendo feitos e torço para que não entremos em um período de recessão com inflação que paira no horizonte e, caso se concretize, certamente vai atingir os mais pobres com força. Vale destacar que existe uma espécie de efeito cascata que atinge as diferentes escalas de governo que também estão efetuando diferentes tipos de ajustes baseados em cortes orçamentários e ameaça a direitos de trabalhadores. O mais grave é que os que mais sofrem são os mais pobres. Então, a conjuntura, vista a partir dos ajustes, não me parece favorável. A situação é delicada após dois meses de anúncios nada positivos e não há nada que sinalize que possa haver uma reversão deste processo, podendo acontecer, ao contrário, um aprofundamento.

IHU On-Line - Diante da atual conjuntura, você propõe como alternativa para sair do “deserto em que estamos”¹ a criação de novas instituições e movimentos. Quais possibilidades vislumbra acerca disso, ainda mais quando tais manifestações não sinalizam uma nova liderança política?

Marcelo Castañeda - Você se refere ao que chamei de deserto da

polarização da representação política entre PT e PSDB sempre mediados pelo oportunismo do PMDB e partidos fisiológicos menores que circundam o poder constituído. Isso já dura mais de 20 anos no âmbito do governo federal, complementando dinâmicas estaduais e municipais onde o peemedebismo reina de forma hegemônica no sentido de se fazer como padrão de governo para poucos. Tanto a criação de novas instituições e movimentos quanto novas lideranças políticas não surgem do nada, mas de processos e práticas de lutas concretas que atuam em um terreno de oportunidades que surgem e são criadas.

Temos um longo caminho pela frente para constituir democracia e uma história de lutas, organizações e movimentos que compõem um campo de lutas que não há como desprezar. Precisamos cada vez mais trabalhar com a possibilidade de ir além do campo de luta, dos ativistas, e contaminar a sociedade de forma que o cotidiano seja um terreno politizado e aberto a quem quiser participar politicamente fazendo erodir aos poucos a cultura política autoritária que se mostra ainda forte no Brasil. Essas “novidades” não surgem do vazio ou espontaneamente de uma hora para outra, só que essa contaminação política democrática da sociedade não vem sendo operada pelas instituições e movimentos atuais. Ou seja, estas instituições e estes movimentos podem ser renovados também, ao mesmo tempo que outros podem ser criados.

Daí que cabe pensar em novas possibilidades.

IHU On-Line - Como avançar politicamente sem uma liderança política?

Marcelo Castañeda - Na minha perspectiva, através da cooperação de singularidades que se reconhecem como parte da luta por um objetivo comum que as unem. E aqui falo de diferentes escalas, desde o engajamento individual até a representação, passando pelos coletivos e movimentos, entre outros. Não vejo que a questão da liderança política seja necessariamente um problema atual. A meu ver, o aprofundamento das trocas e diálogos de forma democrática é a questão que mais me chama atenção atualmente, pois é através da articulação de diferenças que se propõem agir e se organizar que podemos avançar politicamente de uma forma diferente, construindo algo que vá além do que já temos, e não através de um líder redentor que guie as massas.

Isso não quer dizer que não surjam lideranças, algumas delas de movimentos sociais que inclusive já dialogam com governos ou mesmo parlamentares de esquerda que por vezes fazem o contraponto ao governismo hegemônico. As lideranças não morreram e algumas delas se modificaram enquanto outras ainda permanecem no antigo padrão, basta ver movimentos como Movimento Sem Terra - MST e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST ou mesmo parlamentares como Marcelo Freixo (PSOL-RJ), por exemplo, para ver que ainda existem lideranças políticas no campo definido como “esquerda”. No entanto, não creio que seja com esse modelo de liderança que estaremos avançando politicamente, ainda que possa haver composições em determinados momentos.

IHU On-Line - Uma das críticas às manifestações é de que as demandas acabam se contaminando e virando bandeiras partidárias. O senhor concorda? Como fugir dessa armadilha?

¹ Ideia desenvolvida pelo autor em artigo publicado no sítio IHU, em 27-02-2015, disponível em <http://bit.ly/1DypNCy>. (Nota da IHU On-Line)

Marcelo Castañeda - Acho que isso não procede. Parece um tipo de purismo e não corresponde ao que acontece. Quem dera que os partidos e governos fossem contaminados por todas as pautas de lutas que acontecem no Brasil. Quem dera que eles se comprometessem, mas o que eles fazem é querer cessar as demandas. O que parece muito claro é que, por mais que possa haver lutas que reagem a desmandos de governos e empresas, as lutas estão à frente dos governos e empresas. São as lutas que ditam as ações de governos e empresas. Temos que inverter essa perspectiva de que as lutas são uma reação ao poder constituído. É o inverso, por isso alguns falam em captura das lutas. Essa captura acontece, mas é sempre incompleta, deixa resíduos e esses seguem dando sinais de que a multidão pode se recompor mais à frente. Aliás, a multidão não existe *a priori*, ela se faz, assim como a classe, em determinados momentos e situações concretas de lutas. Não existe uma multidão imanente. Acho que para sair da armadilha precisamos fortalecer os resíduos do que é capturado. Esse momento é bem propício para essa articulação dos resíduos depois da restauração proporcionada pela repressão, pela Copa das Copas e pelas eleições.

IHU On-Line - Como interpreta os discursos acerca de um possível golpe na atual conjuntura? Há risco de golpe ou de algo como foi o udenismo² na ditadura?

Marcelo Castañeda - Não acredito em golpe no contexto atual. Há uma histeria governista cada vez que as coisas saem do controle deles. O discurso sobre golpe interessa ao governo, pois reforça a polarização vitoriosa nas eleições presidenciais. Parece que o governismo precisa manter o inimigo comum aceso e derrotado para

que ele se mantenha como “menos pior”. Como golpear um governo que cedeu a todos os caprichos do mercado, nos qual os bancos continuam lucrando como nunca, em que o PMDB é cada vez mais forte? O discurso antigolpe e anti-impeachment, junto com a defesa gover-

“**Não tem como ficar vislumbrando junho de 2013 como um eterno retorno, pois pode ser que nunca mais volte**”

nista da Petrobras, serve para criar uma mobilização que acaba por escamotear as dimensões sórdidas do ajuste econômico em curso e na própria crise da empresa de petróleo.

IHU On-Line - O senhor aponta para a ruína do neodesenvolvimentismo. Quais são as evidências e as causas dessa ruína? Por que esse projeto não deu certo e desde quando ele vem dando sinais de falência?

Marcelo Castañeda - Essa ruína é lenta e tendo a pensar numa composição e neodesenvolvimentismo e neoliberalismo a partir da chegada de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. Mas os sinais de decadência do Brasil Maior projetado por Lula e que Dilma tentou levar em frente são muitos: (1) a falência de Eike Batista³, que era um dos símbolos desse Brasil Maior;

(2) o cancelamento de seis dos sete projetos de megabarragens na Amazônia (mostrando que o governo acerta quando falha); (3) a intensificação da crise na Petrobras (aprofundando a herança tucana); (4) as seguidas mortes e tiroteios na política de pacificação apoiada pelo governo federal no Rio de Janeiro, cidade que seria o modelo de gestão deste Brasil Maior, em que ganham as máfias e perde o povo, perdendo inclusive a vida. Enfim, esse projeto não deu certo pela sua forma de operar, de cima para baixo, representando os interesses corporativos e econômicos, mas contraditoriamente é por onde ainda opera o poder.

IHU On-Line - Alguns intelectuais estão defendendo uma união dos principais partidos no sentido de pensarem um projeto de país para sair da atual crise. Como vê essa possibilidade a partir de um grande pacto entre desenvolvimentistas, trabalhadores, a burguesia industrial e a burocracia pública?

Marcelo Castañeda - Não acredito que os principais partidos, que são responsáveis em grande parte por essas crises, consigam vencer seus interesses para compor um projeto que faça frente às diversas crises em pauta. Do jeito que se configura, esse acordo continuará sendo feito por cima e, para mim, isso é mais do mesmo. Enquanto a sociedade não for mobilizada para decidir o que deve ser feito, e não apenas ser chamada a participar ou ser representada em mesas de negociação, vamos aprofundar as crises.

IHU On-Line - Quais são as agendas que poderão fazer emergir novas manifestações neste ano? Vislumbra um cenário como o de 2013?

Marcelo Castañeda - Não tem como ficar vislumbrando junho de 2013 como um eterno retorno, pois pode ser que nunca mais volte. O

biliários e duas ações penais na Justiça do Rio de Janeiro. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Udenismo**: ideologia derivada da União Democrática Nacional - UDN. Foi um partido político fundado no dia 7 de abril de 1945, reunindo diversas correntes que, nos anos anteriores, haviam-se colocado em oposição à ditadura do Estado Novo. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Eike Batista**: empresário brasileiro que atua nas áreas de mineração, petróleo, gás, logística, energia, indústria naval e carvão mineral. Fez fortuna e figurou entre as dez pessoas mais ricas do mundo, segunda a revista *Forbes*. Atualmente, perdeu grande parte de seu patrimônio e é alvo de 15 inquéritos administrativos na Comissão de Valores Mo-

importante é mostrar que, com junho de 2013, o medo mudou de lado, mesmo que por pouco tempo, bem como mostrou ser possível mobilizar em prol de um objetivo comum, contra o aumento das passagens de ônibus em várias cidades. Por isso, junho de 2013 continua importante e a repressão vigente tem esse medo da possibilidade de um retorno. Agora, claro que temos contexto para emergência de novas manifestações e tendo a acreditar que elas têm relação intrínseca com as crises e tensões que perpassam a sociedade atual, sendo que acho importante destacar (1) a crise econômica, que afeta o emprego e as condições de vida dos mais pobres; (2) a crise de representatividade, com a corrupção sistêmica que corrói a democracia e é operada por todos os partidos em conluio com grandes empresas e bancos privados em diferentes escalas e esferas (Executivo, Legislativo e Judiciário); (3) a crise hídrica, causada pela falta de planejamento de governantes e pelos ataques às florestas, ao cerrado e aos leitos dos rios, em consequência do neodesenvolvimentismo; (4) a crise urbana, com cidades cada vez mais congestionadas, serviços de transporte, saúde e educação cada vez mais precários, e especulação imobiliária; (5) a crise cívica, que atinge em cheio a população pobre e favelada mantida sob permanente intervenção armada do Estado, do tráfico ou das milícias, com a juventude negra sendo vítima de um verdadeiro genocídio; e (6) a crise que atinge os povos indígenas, comunidades tradicionais e populações ribeirinhas, que são brutalmente atacados e dizimados pelo projeto neodesenvolvimentista e pelo agronegócio.

Todos esses são focos de luta que podem emergir em 2015, ainda que esteja certo de estar desconsiderando algum aqui.

IHU On-Line - O senhor defende a cidadania como "ideia chave" para pensar uma saída para esse momento. Em que consiste essa ideia? Como operacionalizar isso?

Marcelo Castañeda - Nós temos uma Constituição que é tida como cidadã, que está sendo desmantelada com parcos 27 anos de vida. Se você perguntar a qualquer pessoa se já leu a Constituição, a resposta tende a ser negativa. Trabalhar a ideia de cidadania e de luta por direitos frente às diferentes crises que vivemos e transformar esses contextos de crise em formas de aprendizado e de construção de novas instituições me parece um desafio a partir de uma ideia pouco explorada atualmente por partidos e movimentos sociais.

Uma iniciativa incipiente da qual faço parte no Rio de Janeiro são os Círculos de Cidadania, onde estamos pensando ações concretas no amplo terreno da cidadania. É uma experimentação ainda, estamos

“

“Há uma histeria governista cada vez que as coisas saem do controle”

testando, criando metodologias de ação nas práticas cotidianas. O fundamental é que os círculos reúnam pessoas dispostas a agir, seja em um território, seja em uma temática, por exemplo. A ideia é multiplicar círculos e ver como criar espaços de articulação, troca e diálogo entre eles, expandindo as ações e partindo de baixo, sem qualquer comando centralizado. É um desafio e tanto, mas o que vale neste ponto é a tentativa e experiência. Como é muito recente, ainda temos pouco a falar, espero que em breve a gente faça uma entrevista só sobre essa prática.

IHU On-Line - Levando em conta essa ideia de que "precisamos de novas experiências de organizações e instituições" e que para isso não há fórmula pronta, sendo

quase que inevitável erros e acertos, como avalia as manifestações de junho de 2013 e a mobilização dos caminhoneiros neste ano?

Marcelo Castañeda - Primeiro, devemos destacar que são de tipo diferente. Avalio que junho de 2013 foi um caso bem-sucedido, em especial por conseguir a redução no aumento das passagens. As pessoas parecem esquecer que foi isso que levou as pessoas para as ruas. E isso foi conseguido no dia 19/06 em São Paulo e no Rio de Janeiro, sem falar nas diversas cidades Brasil afora. A expectativa que a mobilização gerou de que poderíamos mudar o Brasil a partir do dia 20, junto com a brutal repressão, deixou um gosto de que lutamos à toa. Não foi à toa! Essa luta prossegue, ao menos no Rio de Janeiro, em outubro de 2013, a multidão indignada voltou às ruas com os professores, depois no carnaval de 2014 os garis derrotaram autonomamente o sindicato e a prefeitura. O espírito de junho se faz presente por mais que o poder constituído trabalhe para apagá-lo quando não consegue capturá-lo. Quanto à greve dos caminhoneiros, trata-se de uma mobilização legítima e não podemos ter medo de dizer isso por conta de eventuais apoios patronais que recebam. Não existe protesto sem incomodar os poderosos. Independente da possível captura, que sempre vem rápido, a manifestação é legítima.

IHU On-Line - Qual é a diferença entre os círculos de cidadania realizados no Rio de Janeiro em relação às atividades realizadas pelas Comunidades Eclesiais de Base⁴ - CEBs, por exemplo, na década de 1980?

⁴ **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs):** trata-se de comunidades inclusivas ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação após o Concílio Vaticano II (1962-1965), espalharam-se principalmente nos anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina. O objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem e com as misérias cotidianas com que se deparam na matriz ordinária de suas vidas comunitárias. (Nota da **IHU On-Line**)

Marcelo Castañeda - A diferença principal é que não está vinculado à Igreja Católica, a segunda é que o contexto atual é bem diferente (redemocratização, novas tecnologias da comunicação em rede). Não sou um especialista em CEBs, mas vejo a possível comparação de forma positiva no sentido de serem construções que vêm “de baixo”. Vamos ver como os Círculos se desenvolvem, que metodologias se constroem, como se articulam, a fim de termos um parâmetro de comparação com as CEBs, que foram um movimento importante, por exemplo, na formação do próprio PT.

IHU On-Line - Que avaliação faz das manifestações de 13 e 15 de março? O que elas significam e demonstram sobre a conjuntura atual?

Marcelo Castañeda - As de domingo (15/03) foram muito maiores do que as de sexta (13/03). Isso é consenso. Ambas me surpreenderam e mostraram a força da polarização que nos governa que parece ser mais forte em São Paulo, onde se contou com o maior número de manifestantes, ainda que tenham se espalhado por todo país. Quando falo de polarização não estou dizendo que haja uma intencionalidade ou uma racionalidade de PT e PSDB em relação a isso, mas que ambos se alimentam dialeticamente dos eventos em curso. Essa polarização mostrou toda sua força, sendo que o pêndulo claramente está à direita. No entanto, pelo menos nas manifestações de domingo, também parece ter sido forte a rejeição aos políticos e partidos de um modo geral, o que pode explicar vaias a Bolsonaro (deputado Jair Bolsonaro, PP-RJ), no Rio, e Paulinho da

Força Sindical (deputado federal pelo Solidariedade de São Paulo), em São Paulo.

A mobilização das manifestações de sexta se caracterizou por ser configurada a partir das redes dos aparelhos governistas e contou com razoável cobertura midiática, inclusive da Globo e suas associadas. Houve críticas, em especial ao Ministro da Fazenda (Levy), mas, no geral, eram atos em apoio ao governo e à Petrobras. Vale destacar que não aglutinou toda a esquerda institucional.

A mobilização das manifestações de domingo se caracterizou pela combinação de redes socio-técnicas que, para mim, são novas (MBL, Revoltados On Line, Vem pra Rua, principalmente), mas também foram alimentadas pela direita institucional (PSDB e PPS) e, não poderia deixar de destacar, pela Rede Globo em especial, que dedicou 8 horas de programação e mais 30 minutos no Fantástico para as manifestações. É óbvio que existe uma parcialidade da mídia corporativa, mas descortinar o papel desempenhado pelas articulações sociotécnicas é um desafio para entender como, em São Paulo, principal polo, mais de 200 mil pessoas foram às ruas. Com toda pinta de direita, com ênfase no “Fora Dilma” e “anti-PT”, entre pedidos de impeachment e até intervenção militar, gostaria de ressaltar que as coisas podem não ser tão simples quanto parecem: acho que tinha um sentimento de indignação no domingo que pode não estar limitado ao campo da direita e do conservadorismo, tão enfatizado em algumas análises. Talvez, digo bem, talvez, exista espaço para disputar sentidos com estas manifestações no que diz respeito à legítima indignação contra o governo.

Importante acompanhar a permanência destas manifestações, ou seja, quando elas acontecerão novamente. A próxima manifestação deste campo à direita já está marcada: 12/04. O prazo de quase um mês mostra que a ideia de golpe não está articulada, mas que o impeachment pode estar no horizonte deste grupo, criando um clima considerando que um fato qualquer possa ser produzido neste sentido, gerando essa possibilidade, que não existe agora, por exemplo. A ideia, no entanto, é que me parece ser realizar outra megamanifestação e procurar desestabilizar o governo de Dilma, pressionando por uma renúncia. Por enquanto são possibilidades. Como o campo governista vai se comportar neste período em termos de mobilização será crucial. Resta saber também como a esquerda institucional e as redes que não se encaixam nem na esfera governista e nem na direita vão se articular e se posicionar neste momento.

O governo federal, principal alvo, está, literalmente, em uma “sinuca de bico”: (1) sem qualquer boa nova para anunciar, pois não creio que as tais medidas anticorrupção que serão anunciadas sejam isso; (2) extremamente dependente do PMDB, que neste momento deve estar com a faca no pescoço de Dilma para ampliar seus espaços de poder, sob a chantagem de passar para o lado oposto; (3) sem o apoio da esquerda institucional. A saída seria se abrir ao desejo de participação que está latente, mas se isso não foi possível em junho de 2013, com toda ambiguidade, imagino que será mais difícil agora com a preponderância da oposição de direita. Mais que isso, Dilma é uma presidente apagada em termos de comunicação e interação, o que torna a tarefa mais difícil.

LEIA MAIS...

– *O mal-estar nas metrópoles continua.* Entrevista especial com Marcelo Castañeda, publicada no sítio do IHU em 31-06-2014, disponível em <http://bit.ly/1zyGfjO>.

#MARÇO2015 - Dossiê Manifestações

Insatisfação, turbulência e a disputa entre a velha e a nova política

Para Moysés Pinto Neto, falta credibilidade do governo na condução da economia. Os protestos da população são consequência da negação da crise pelo Planalto

Por Patricia Fachin

As manifestações que ocorreram no domingo, dia 15 de março, que estão sendo chamadas de “o 15M brasileiro”, fazendo referência aos protestos que ocorreram na Puerta del Sol, em Madrid, em 2010, não teriam existido sem junho de 2013. A tese é de Moysés Pinto Neto. “Pode-se ler o 15M como uma resposta à permanente denegação de junho pelo governo”, destaca à **IHU On-Line** em entrevista por e-mail. Ele lembra que “o PT e sua nuvem de apoiadores recusam até hoje a potência das ruas de 2013. Para eles, não houve qualquer abalo significativo naquele momento”.

Na avaliação de Pinto Neto, os protestos de junho de 2013 e a retomada das manifestações por conta da atual conjuntura política e econômica indicam “uma mudança estrutural mais ampla no modo de fazer política”, embora “muitos ainda não perceberam”. A questão, entretanto, é se “essa estrutura vai ser usada na direção conservadora ou transformadora”. E acrescenta: “É algo que está em disputa na conjuntura, mas a estrutura existe e negá-la hoje é uma tolice”.

Para ele, o fato de as manifestações do dia 15-03-2015 terem tido mais adeptos do que as do dia 13-03-2015, demonstra uma “vitória simbólica da

nova política sobre a velha. O que está em jogo ali não é apenas a questão ‘ideológica’, mas a questão do modo de organização das massas hoje em dia. Enquanto o modelo governista se baseou na articulação de organizações tradicionais, dos sindicatos ao MST, o novo modelo pode aglutinar uma massa mais heterogênea”.

Moysés Pinto Neto ainda enfatiza que as manifestações já estão tendo uma repercussão na política, mas “é cedo para avaliar” e tudo vai depender de como a presidente irá se comportar nos próximos meses. “No primeiro momento, o comportamento arrogante dos ministros favoreceu o clima de insatisfação, confirmando o discurso de que o governo não é confiável, continua negando a realidade. No dia seguinte, começaram discursos de humildade”, critica.

Moysés Pinto Neto é graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e doutor em Filosofia nessa mesma instituição. Leciona no curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil - Ulbra Canoas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que as manifestações demonstram sobre o atual momento político brasileiro? Houve razões para tais manifestações, como em junho de 2013?

Moysés Pinto Neto - As manifestações demonstram que o momento atual é turbulento. A eleição se resolveu por uma diferença

pequena de votos que agudizou a polarização entre governistas e antipetistas. Ao traçar o jogo nesse tabuleiro, o PT acabou criando uma armadilha para si próprio, fortalecendo um lado que acreditava enfraquecido (duas vitórias eleitorais consecutivas e razoáveis índices de aprovação no fim do primeiro mandato de Dilma faziam

crer que o PSDB era um inimigo que sempre seria batido), mas que, na verdade, tem aversão total ao PT e à esquerda em geral e quando crescesse não economizaria esforços para derrubá-lo. Nada pode vencer esse público. Mimetizando a direita, o PT apenas atinge sua própria base com falta de credibilidade, já que a direita não aceita o

“

“Com a maquiagem das contas públicas e seguindo uma tendência conhecida, a burguesia industrial não reinvestiu e a economia acabou se retraindo”

PT simplesmente por ser PT, independente das políticas que aplica. Por isso, todos os esforços atuais conciliatórios de Dilma – como o pacote contra a corrupção – serão incapazes de apaziguar esse campo. De tanto dizer que as ruas eram da direita, o PT acabou chamando-a para rua. Antes, o cenário estava dividido. O momento político brasileiro, portanto, é de instabilidade, com um governo enfraquecido por manobras suicidas e a oposição de direita no seu momento mais forte.

Sem dúvida há razões para as manifestações.

À esquerda, o pacote de austeridade (que não apenas repete o que vem sendo contestado na Europa, como também explicita as mentiras na campanha recente) e todas as demais pautas do primeiro mandato que continuam com o mesmo rumo (genocídio indígena, invasão militar das favelas, a Olimpíada que vem aí, etc.).

À direita, fora a corrupção (que sempre gera protestos mais ou menos seletivos, ainda que os valores do Petrolão¹ de fato sejam altíssimos e escandalosos e que o protesto contra corrupção seja uma pauta legítima), a crise econômica cujos efeitos são visíveis

¹ **Petrolão:** apelido dado à Operação Lava Jato. Realizada pela Polícia Federal do Brasil, cuja deflagração da fase ostensiva foi iniciada em 17 de março de 2014, com o cumprimento de mais de uma centena de mandados de busca e apreensão, prisões temporárias, preventivas e conduções coercitivas, o objetivo é apurar um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar mais de 10 bilhões de reais na Petrobras. É considerado pela Polícia Federal como a maior investigação de corrupção da história do País. (Nota da **IHU On-Line**)

(destacando o aumento dos preços de serviços básicos) é o motivo mais forte. Ela ceifa o horizonte de crescimento que era fundamental para os negócios e a manutenção do nível de vida da classe média e elite. O problema, nesse caso, não são as medidas de austeridade, já que a direita votou em Aécio, que iria aplicar o mesmo receituário. O problema é a falta de credibilidade do governo na condução da economia. Ao negar veementemente a existência da crise, ridicularizar os que falavam em inflação e fazer o papelão das eleições (não podemos esquecer o famoso programa do Banco Central e o prato de comida), o governo não passa a confiança necessária para esse setor, sendo por isso alvo de protesto por incompetência.

Críticas à esquerda e à direita

Ademais, tanto a oposição de esquerda quanto a de direita reprovam o neodesenvolvimentismo de Dilma. A esquerda, porque vê nele um perfil tecnocrático, centralizador, gentrificador nas cidades, causador de destruição ambiental e em prejuízo das populações indígenas e ribeirinhas nas florestas. Quanto à direita, reprovam a demagogia de atos como a diminuição de energia elétrica, a falta de gestão eficiente em empresas-chave como a Petrobras, a demora em reconhecer o problema e a perda de confiança do mercado e dos investidores na condução do Planalto.

No meio ao primeiro mandato, Dilma tentou – como segunda fase

do lulismo² – um programa que correspondia em alguma escala a medidas sugeridas por economistas desenvolvimentistas como o estímulo à indústria, mas nada funcionou. Com a maquiagem das contas públicas e seguindo uma tendência conhecida, a burguesia industrial não reinvestiu e a economia acabou se retraindo. Além disso, a política dos “campeões do BNDES”, corretamente atacada por Marina Silva na campanha (tendo a candidata pagado um preço alto por isso), mostrou-se um foco de gigantesca corrupção, situando-se como emblema dos negócios opacos entre Estado e grandes empreiteiras. A política econômica do primeiro mandato, portanto, foi um grande fracasso. Para a esquerda da oposição, representou uma visão anacrônica do progresso que ignorou as transformações culturais, ecológicas e do próprio capitalismo no final do século XX e início do XXI. Para a direita, uma série de paliativos inúteis que drenaram recursos públicos sem resultados palpáveis, minando a confiança do mercado. Como a economia era o principal trunfo do PT, os alicerces da governabilidade foram abalados.

IHU On-Line - Qual é o recado das ruas neste momento?

Moysés Pinto Neto - O recado é que o país está mal e ninguém mais quer ouvir falar de bonança. As pessoas querem enfrentar seus problemas com realismo para seguir em frente.

Um segundo recado mais específico é ao PT: a elite e a classe média

² **Lulismo:** o termo cunhado pelo cientista político André Singer, que também foi portavoza do ex-presidente Lula, de 2002 a 2007. Nascido durante a campanha de 2002, o lulismo representou o afastamento em relação a componentes importantes do programa de esquerda adotado pelo PT e o abandono das ideias de organização e mobilização. Busca um caminho de conciliação com amplos setores conservadores brasileiros. Sob o signo da contradição, o lulismo se constituiu como um grande pacto social conservador, que combina a manutenção da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com fortes políticas distributivistas sob o governo Lula (2002-2010). (Nota da **IHU On-Line**)

estão mobilizadas e querem aproveitar politicamente o descontentamento popular com a desaceleração da economia, que impacta a todos, e os vultosos escândalos de corrupção.

IHU On-Line - Que relações estabelece entre as manifestações do dia 15 de março e junho de 2013?

Moysés Pinto Neto - São várias. A começar pelo fato de que Junho de 2013 não foi isento de manifestações de direita. Naquele caso, porém, havia uma polifonia de vozes, um descontentamento geral que estava em disputa. A mensagem, mesmo na direita, era menos antipetista que contra todos os partidos, menos contra Dilma que contra todos os políticos. Agora o foco se estabeleceu no antipetismo, o grande denominador comum do 15M brasileiro. Há, portanto, uma diferença fundamental entre os acontecimentos: Junho carregava na sua ambivalência um potencial subversivo imenso, a abertura de virtualidades inéditas que poderiam reconfigurar o tabuleiro da política brasileira. A forma como o Congresso Nacional foi acuado naquele momento não se repetiu. O 15M, por outro lado, é banhado de conservadorismo. Não propõe uma mudança de tabuleiro, apenas a substituição das peças e da direção do jogo. As manifestações são conservadoras não apenas porque são antipetistas, já que o petismo hoje em dia está longe de representar uma efetiva "esquerda" (estamos lidando mais com fantasmas que com a realidade), mas fundamentalmente porque procuram apenas conservar a máquina fazendo-a funcionar melhor, sem qualquer visão de transformação social e às vezes, muitas vezes, hostil a qualquer mudança.

Nova forma de fazer política?

Mas existe algo mais profundo, estrutural, que ultrapassa a própria noção de semelhança. O 15M precisou de Junho porque inaugurou uma outra política no Brasil. Copiando o que escrevi no blog, quando se falava de "nova política",

muitos deram gargalhadas e reafirmaram (de modo bastante cínico e bem pouco cético, diga-se) que a única política possível era

“O recado é que o país está mal e ninguém mais quer ouvir falar de bonança. As pessoas querem enfrentar seus problemas com realismo para seguir em frente”

a que está aí. Recolheram a fala de Beto Albuquerque³ para dizer que era impossível governar sem o PMDB. Mas o que se afirmava - independentemente da figura de Marina Silva - é que existe uma nova forma de fazer política e esse processo não só é inevitável, cruzando os dois hemisférios e se manifestando nos mais diversos países, como já começou. Esse processo envolve uma nova constituição da relação entre o presencial e o virtual, uma ampla integração entre as redes digitais e a política de rua, o surgimento de novos mediadores e a participação ativa dos agentes na construção do imaginário coletivo. Junho mostrou e o 15M confirmou que a organização não depende mais das instituições do século XX, mas atua com "flashmobs"⁴,

³ **Beto Albuquerque** [Luiz Roberto de Albuquerque] (1963): advogado e político brasileiro. Exerce mandato de deputado federal pelo PSB do Rio Grande do Sul e é um dos líderes do partido no RS. Em 2014, foi escolhido pelo PSB para ser o candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Marina Silva. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Flash Mobs**: são aglomerações instantâneas de pessoas em certo lugar para realizar determinada ação inusitada previamente combinada, estas se dispersando

usando a lógica da ocupação como mecanismo de pressão sobre o sistema político institucionalizado.

O Estado é visto como uma burocracia distanciada da realidade social pulsante que tenta incessantemente a capturar, mas cada vez mais se aprofunda o abismo entre ambos. O 15M mobilizou essas redes à direita, canalizando os afetos na direção moralista, integrando parcelas descontentes do eleitorado que perdeu a eleição. Independentemente disso, do ponto de vista formal essa mobilização marca a entrada definitiva da nova política no sistema fechado dos partidos políticos. Portanto, o 15M não poderia ter existido sem Junho, ele se faz parte de uma mudança estrutural mais ampla no modo de fazer política que o Brasil passou nos últimos anos e muitos ainda não perceberam. Se essa estrutura vai ser usada na direção conservadora ou transformadora, é algo que está em disputa na conjuntura, mas a estrutura existe e negá-la hoje é uma tolice.

15M como resposta a junho de 2013

Finalmente, pode-se ler o 15M como uma resposta à permanente denegação de Junho pelo governo. O PT e sua nuvem de apoiadores recusam até hoje a potência das ruas de 2013. Para eles, não houve qualquer abalo significativo naquele momento, a "correlação de forças" permanece a mesma de sempre. Arriscando uma psicanálise selvagem do nosso cenário, podemos ler o 15M como uma repetição desse trauma recalcado pelo PT, que não ousou dar respostas às ruas - preferindo ficar agarrado ao sistema podre que sempre criticou quando na oposição -, fazendo dessa repetição uma neurose. Isso também explica a paralisia de ideias, a sensação de impotência generalizada, o "deserto" que os negrianos destacam, já que temos um "sujeito" que está neuroticamente trancafiado na repetição da falsa polaridade fantasmática en-

tão rapidamente quanto se reuniram. (Nota **IHU On-Line**)

tre governistas (a suposta esquerda) e antipetistas (os detratores da esquerda que não existe).

IHU On-Line - Na sua avaliação, qual foi o objetivo das manifestações de sexta e domingo?

Moysés Pinto Neto - A goleada do 15M sobre o 13M foi a vitória simbólica da nova política sobre a velha, ou seja, foi uma vitória de organização, uma goleada formal. O que está em jogo ali não é apenas a questão "ideológica", que existe e já analisarei, mas a questão do modo de organização das massas hoje em dia. Enquanto o modelo governista se baseou na articulação de organizações tradicionais, dos sindicatos ao Movimento dos Sem Terra - MST, o novo modelo pode aglutinar uma massa mais heterogênea, reunida a partir de um ponto de sintonia afetivo, com o verde-e-amarelo como sinal de alegria compartilhada. Talvez haja escalas entre os modelos: o nível de articulação e capacidade de formular demandas do 13M pode ser mais efetivo, mas a capacidade de mobilização e o efeito simbólico do 15M é muito superior. Mais um ponto que deveria colocar a pensar os eternos negadores petistas do que está acontecendo no mundo (e que atinge o Brasil como consequência).

Pautas

Mas não se pode deixar também de levar em consideração o elemento ideológico. Como vários destacaram nos últimos dias, a pauta da direita é mais simples que a da esquerda. Afinal, o que a direita quer é que tudo fique mais ou menos como está. Além disso, não se pode subestimar a influência da grande mídia sobre o movimento, tanto no sentido de apoiar quanto de reforçar, ou até construir, a pauta. Não que também devamos superestimar isso. A mídia não conduz um punhado de robôs teleguiados simplesmente. É preciso que haja algum elemento real, palpável, para mobilizar essa multidão. A crise econômica, o futuro nublado, certamente tem esse poder catalisador. Mas isso não significa

que o trabalho em sintonia entre a multidão e a mídia não exista.

Além disso, o componente ra-

“

“De tanto dizer que as ruas eram da direita, o PT acabou chamando-a para rua”

cial e de classe, com reflexos na atuação policial, não pode ser subestimado. Imagine se uma manifestação igual tivesse no lugar de Lobão, Luciano Huck e Ronaldo indivíduos como Mano Brown, Davi Kopenawa e Tati Quebra-Barraco. Se a periferia tivesse descido do morro no mesmo número em todas as cidades do Brasil haveria fortíssima repressão policial, independentemente de qualquer situação de violência. Quando a polícia se deparou com o perfil social dos manifestantes do 15M, percebeu que ali não haveria problema, não era a sua tarefa conter ou desestimular qualquer comportamento vindo daqueles a quem ela efetivamente está aí para proteger. É uma realidade traumática para os legalistas, mas materialmente a polícia funciona dessa forma, ainda que sua programação jurídica seja outra.

IHU On-Line - O “voto crítico” que reelegeru Dilma esteve presente nas manifestações?

Moysés Pinto Neto - A crítica do voto crítico não foi simplesmente ouvida, como os demais que o rejeitaram já sabiam que não seria. Houve a tentativa de construir uma fagulha de última esperança, dar mais uma chance à Dilma, mas nada foi feito para mudar.

Por que o voto crítico não esteve presente nem em 13 nem em 15? No 13M, só os governistas mais exalta-

dos participaram. Como as pessoas do voto crítico não eram exatamente os exaltados, mas aqueles que gastaram sua última aposta, não era o caso. E não foram no dia 15 porque era uma manifestação da direita, pouca gente destoou desse quadro. Mas a principal razão de o voto crítico estar em silêncio, ou tagarelado em círculos, é que não apenas ele não foi escutado, como o governo inclusive piorou em tudo que ele tinha como certo.

O voto crítico está sem argumento

Em síntese, Dilma desmoralizou o voto crítico. Tudo aquilo que era visto como uma imagem do mal vem sendo realizado pelo atual governo, com destaque para o ministério ridículo e o ajuste fiscal. Como alguém que apoiou Marina Silva, por óbvio não estou neutro. Mas pergunto: o que Marina teria de pior que o governo atual? Ela apenas disse a dura verdade sobre a economia, sobre as transações do BNDES, sobre a roubalheira da Petrobras (que alguns amigos petistas me diziam ter sido uma “deselegância” e com isso legitimado a operação de destruição do PT), etc. e isso foi usado contra ela. Hoje, é difícil para o voto crítico sustentar suas pautas porque aquilo que era apontado como referencial desapareceu. Ficaram sem argumentos e sabem o desgaste que foram as eleições, ainda bastante recentes na memória de todo mundo. Resta a simbólica que orientou essa posição durante as eleições: o vermelho, a esquerda, os trabalhadores. O governo hoje está reduzido praticamente a isso.

IHU On-Line - Como avalia as críticas tanto daqueles que querem defender as manifestações de domingo, quanto daqueles que querem deslegitimá-la?

Moysés Pinto Neto - Acredito que a resposta comporta vários níveis. O direito de protestar e a liberdade de expressão são reconhecidos pelo Estado de direito e a democracia, de modo que afirmar que a elite e a

classe média não podem pura e simplesmente protestar, ir às ruas, é um comportamento autoritário. Por outro lado, ir à rua significa colocar pautas na esfera pública, e nesse caso quem coloca está expondo um ponto de vista a ser deliberado pelos demais. O fato de o direito ao protesto existir não significa que o conteúdo desses protestos deva passar indene ao questionamento. Nesse sentido, pode-se distinguir o comportamento dos que deslegitimaram as manifestações apenas pelos sujeitos que as promoveram daqueles que procuraram entender o significado das demandas e encontraram muitos problemas.

A exigência de que quem protesta contra corrupção seja favorável ou tenha ideias sobre reforma política é casuística e irreal. O protesto contra a corrupção é legítimo de qualquer ponto de vista, ainda que por vezes possa adquirir tom seletivo ou moralista. A estagnação econômica e a má gestão pública decorrente do fisiologismo e aparelhamento também são pautas legítimas, mesmo que venham de setores que não são os mais prejudicados. Aliás, a corrupção atua em primeiro lugar para os vulneráveis: são eles a sentir com mais intensidade os efeitos do coronelismo, do desvio de verbas públicas, da falta de investimento para bancar oligarquias políticas ou engordar os cofres dos já muito ricos. Fala-se que toda sociedade brasileira é corrupta com base na antropologia do "jeitinho", mas só a partir de um formalismo ético é possível nivelar o desvio do miserável, geralmente uma estratégia de sobrevivência, com o roubo do rico e poderoso, esse sim decisivo na configuração hierárquica da sociedade brasileira.

Pedido de intervenção militar e o analfabetismo moral

Por outro lado, não é possível deixar de ler com preocupação os pedidos e a simpatia de boa-fé dos manifestantes pelo golpe militar. Pode parecer clichê, mas atribuo isso a um gigantesco dé-

ficit educacional. Com a extinção da disciplina de Educação, Moral e Cívica, que só propagava ideologia militar, ficou um buraco nos ensinamentos médio e fundamental que deveria ter sido ocupado com o ensino da cidadania, dos direitos básicos, do Estado de direito, da democracia e do respeito à alteridade. Os indivíduos que pedem intervenção militar não são apenas golpistas, não estão apenas fora da legitimidade e da legalidade: são analfabetos morais. Uma pessoa que não consiga entender que está errado um regime que impõe suas decisões pela força, que tortura, mata e desaparece com pessoas, que censura a liberdade de expressão, as artes, entre outras tantas coisas, não merece outra qualificação que não a de um estúpido. Seria importante um discurso bem claro do restante da sociedade contra esses grupos, começando pela mídia e pelos próprios parceiros de manifestação. O fato de Bolsonaro⁵ não ter podido discursar no RJ é um bom sinal, mas ainda é preocupante a infiltração da mentalidade militarista na sociedade brasileira, especialmente porque atinge mais jovens que deveriam a considerar no mínimo bizarra. Falta a eles uma formação como a que as crianças hoje começam a ter em matéria de meio ambiente, ficando horrorizadas quando veem pessoas mais velhas não separar o lixo e passando a ensinar aos pais e avós a importância de fazê-lo. Precisariamos construir essas noções também para a esfera política no mínimo em relação à importância da liberdade, da democracia e do respeito aos direitos.

IHU On-Line - O que a atual crise política demonstra sobre o lulismo?

Moyisés Pinto Neto - O lulismo morreu de falta de imaginação

5 Jair Bolsonaro [Jair Messias Bolsonaro] (1955): militar da reserva e deputado federal brasileiro. De orientação política de direita, cumpre sua sexta legislatura na Câmara, eleito pelo Partido Progressista. Foi o deputado mais votado do estado do Rio de Janeiro nas eleições gerais de 2014. Ficou conhecido pela luta contra os direitos LGBT. (Nota da **IHU On-Line**)

política. Não há um intérprete do lulismo que não apontasse, já em 2010, que o ciclo estava em vias de esgotamento, especialmente em face da crise de 2008. Era quase unânime que o momento positivo que proporcionou o enriquecimento de todos estava esgotado e que não só era necessário distribuir de outra forma, como também que do ponto de vista político o foco no consumo puro e simples, sem uma qualificação da cidadania, mostraria seus limites. O próprio governo Lula tinha programas que poderiam ser aprofundados nessa direção, sem falar dos que poderiam ser inventados. A aposta do PT foi iniciar um ciclo desenvolvimentista de crescimento econômico que não funcionou. Mas havia muitas outras propostas na mesa que foram desprezadas (os "projetos ideológicos irrealistas" da ex-ministra Gleisi Hoffmann).

Déficit teórico dos quadros políticos

Hoje sentimos na prática o déficit teórico evidente dos quadros políticos governistas. Não pensaram as transformações tecnológicas, a repercussão ambiental, os problemas da sociedade do consumo, o aprofundamento da democracia, a configuração das cidades, os novos movimentos sociais e nem mesmo a qualificação dos serviços públicos. O pensamento do governo ficou preso nos índices econômicos, no PIB, no aspecto quantitativo do crescimento acreditando que poderia finalmente "modernizar" o Brasil. A forma como lida com os direitos indígenas é emblemática dessa visão "progressista", hoje (paradoxalmente) "atrasada" pelas urgências do mundo atual como a de pensar a era do Antropoceno, interromper o ciclo infernal do consumismo e reinventar formas de vida que possam conviver de outro modo na cidade e no campo, inclusive traduzindo e usando exemplos ameríndios. Aquele poderia ter sido o momento de "reformas de base" reinventadas, o ponto de virada. A crise de 2008, além disso, poderia ser uma oportunidade para que o Brasil apresentasse uma al-

ternativa econômica, usando toda sua riqueza vital e diversidade cultural, para um mundo em forte crise. O papel internacional do Brasil autorizava isso. Aliás, mesmo os discursos europeus dos ótimos novos partidos ainda passam por um certo imaginário do século XX “ajustado” em alguns pontos.

Recuperar o Estado de bem-estar (no caso europeu) ou finalmente implementá-lo (no caso brasileiro) ainda não é o bastante, seja porque é uma mera repetição, seja porque hoje precisamos mais, especialmente na inclusão de novos sujeitos na política. Quando explodiram as manifestações de 2013, Dilma tinha aprovação no teto, mais ou menos a mesma que Lula tinha no final do mandato em 2006, e era a chance de ter arriscado algo. O que houve foi o contrário: conservadorismo, afirmação do sistema político podre, arrogância de dono da razão. Hoje, o governo paga a conta por ter desprezado tudo isso. São poucos os intelectuais que ainda não romperam parcial ou totalmente com o PT e os novos movimentos, como o Movimento Passe Livre - MPL e o Movimento dos Trabalhadores Sem teto - MTST, tampouco entraram no velho discurso “contra o avanço da direita”. A base de apoio discursivo ficou bastante reduzida.

Atualmente o lulismo está reduzido à dimensão populista (em sentido lato), ao carisma de Lula. Quando disse que havia risco de Lula pretender voltar em 2018, muitos ficaram chocados com a ruindade da ideia. Hoje todo mundo vê que essa é a tendência. Se o Brasil continuar em crise, a volta de Lula como líder populista será péssima notícia para a democracia brasileira.

IHU On-Line - Em entrevista que nos concedeu⁶ no ano passado, pós-eleições, você disse que a “a energia crítica que o PT mobiliza ainda é muito grande e não desapareceu totalmente”. Como fica a “energia crítica do PT” após as manifestações de domingo?

Moysés Pinto Neto - Há muitas pessoas que ainda canalizavam suas energias para o PT entendendo-o como um significante da transformação no Brasil, da esquerda e assim por diante. Hoje o número dessas pessoas é cada vez menor. O último golpe nesses apoiadores quem deu foi a própria Dilma com a composição frágil do governo atual. Nada foi feito para a esperada “virada à esquerda”, ao contrário. Assim, fica-se na sinuca de bico que Eliane Brum⁷ recentemente descreveu como a “pior maldição do PT”,⁸ a esquerda em desamparo, sem referencial, enfrentando uma direita cada vez mais organizada e massiva. Fazer que Junho se infiltre na política é nossa única saída.

IHU On-Line - O que vislumbra a partir de agora? As manifestações podem ter algum impacto na política? Como?

Moysés Pinto Neto - Já estão tendo, mas é cedo para avaliar. É

necessário ver como Dilma vai se comportar nos próximos meses. No primeiro momento, o comportamento arrogante dos ministros favoreceu o clima de insatisfação, confirmando o discurso que o governo não é confiável, continua negando a realidade. No dia seguinte, começaram discursos de humildade (não por acaso se tornou a palavra-chave) e a tentativa de recomposição da base, inclusive com reforma ministerial. A pergunta é qual o grau de coesão que pode alcançar um governo tão desgastado e quanto tempo o PT consegue aguentar suportando a pressão das ruas e ao mesmo tempo golpeando seus próprios apoiadores. Hoje, sequer há clima para que Dilma tome um rumo diverso (por exemplo, nomear um ministério qualificadíssimo e apresentar medidas de ruptura) dessa estratégia arriscada. Parece que a resposta depende da recuperação econômica ou há forte risco de uma instabilidade política muito grande com riscos imprevisíveis.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Moysés Pinto Neto - Como já disse, a saída é retomar Junho, narrar o que aconteceu, manter-se fiel ao acontecimento e construir alternativas que disputem espaço com a direita. O vazio deixado pelo PT tem vários candidatos, mas ninguém ainda se apresentou definitivamente. Sem que haja ocupação desse lugar, a direita vai se alastrar e soterrar as esperanças que tornaram o Brasil um pouco mais justo, mas ainda totalmente aquém do potencial desse país imensamente rico que continua sem aproveitar sua manancial étnico-cultural e sua plasticidade incessante.

LEIA MAIS...

- *O “voto crítico” reelegeru Dilma. Pós-eleições, as contradições voltam à cena.* Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, publicada no sítio do IHU em 07-11-2014, disponível em <http://bit.ly/1EanPGA>.
- *“A redução da alteridade do outro em mera representação do inimigo é pura violência”.* Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, publicada no sítio do IHU em 20-09-2012, disponível em <http://bit.ly/1LAEdJs>.

#MARÇO2015 - Dossiê Manifestações

O lastro da crise: peemedebismo é a lógica que sustenta o PT

Aliança com PMDB, busca pela governabilidade e a política desenvolvimentista do governo são vistos por Bruno Cava como elementos que compõem o cenário de crise

Por Patricia Fachin

“O governo só é vítima de seus próprios erros e decisões erradas, visto que ele tinha os meios.” A crítica certeira de Bruno Cava, em entrevista concedida por e-mail a **IHU On-Line**, vai direto ao ponto na tentativa de explicar o que está acontecendo com o segundo governo Dilma, que quatro meses depois de reeleito “anunciou um ajuste que cobra da população, especialmente dos mais pobres, a conta pelos problemas da economia”, ou seja, “com menos de um mês, Dilma fez o que prometeu que não faria de jeito nenhum. Que não mexeria em direitos sociais ‘nem que a vaca tussa’”.

Apesar dos ajustes anunciados, Cava assinala que “ainda é cedo para antecipar a dimensão deste ‘encontro de tormentas’: se vai ser uma recessão econômica reversível nos próximos anos ou uma crise do tipo argentino de 2001; se o raciocínio poderá contornar a falta d’água causando transtornos superáveis, ou se seremos forçados a uma mudança duradoura no dia a dia de metrópoles como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro; se os danos à imagem do governo vão apenas desgastá-lo temporariamente, ou se caminharemos para uma crise destituída de impeachment, como a oposição vem agourando”. De todo modo, “os cenários são muito negativos para um governo recém-eleito”.

Na avaliação do pesquisador ligado à Universidade Nômade, a crise do atual governo é consequência de uma opção política feita ainda no governo Lula: a aliança com o PMDB. “O peemedebismo não é um problema que aparece apenas na composição dos ministérios ou do Congresso, é a lógica profunda de sustentação do governo Dilma em sua aliança estrutural com agronegócio, montadoras, mineradoras, grandes ‘players’ de setores estratégicos do empresariado. Então, não existe essa dicotomia entre Dilma/PT e o peemedebismo. O que existe é uma lógica peemedebista com a qual funciona Dilma e PT, que agora está cobrando o seu preço. Não houve ‘guinada à direita’, mas sim a consequência de uma estratégia de governabilidade que Dilma e o PT integram”, reitera.

Bruno Cava é bacharel e mestre em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ e engenheiro de infraestrutura aeronáutica pelo *Instituto Tecnológico de Aeronáutica* - ITA. É autor de *A vida dos direitos* (2008) e *A multidão foi ao deserto* (2013), e editor das revistas *Lugar Comum* e *Global*. Atualmente é pesquisador ligado à Universidade Nômade (uninomade.net) e publicada no *Quadrado dos Loucos* (quadradosloucos.com.br).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que avaliação faz das manifestações que tomaram as ruas do país na sexta, dia 13 de março, e no domingo, dia 15 de março? Qual era a mensagem das ruas?

Bruno Cava - As manifestações do domingo são o resultado de uma

mobilização social de larga escala, baseada na indignação, que vem se alastrando pela sociedade brasileira em todas as regiões, camadas de renda, cidades grandes, médias ou pequenas. Ficou claro que estamos em um ciclo de indignados que veio pra ficar, ocupar ruas, protestar, num cenário de crise

econômica, política, ambiental e da vida nas cidades. Essa mobilização ganhou as ruas principalmente graças ao Whatsapp e smartphones, além da cobertura positiva dos grandes meios, coagulando ao redor de três movimentos: VemPraRua, Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados Online. São grupos

“

“Dilma se alia com as forças mais oligárquicas e conservadoras, enquanto Lula assume o papel de “campeão da esquerda”, articulando frentes para fazer oposição”

que dominam as redes sociais e se construíram ao redor da pauta da corrupção, embora a maioria dos manifestantes não esteja associada a nenhum deles. A estética dos protestos é o verde e amarelo, em tom cívico, se verifica um rechaço difuso à tática black bloc¹ presente no ciclo de 2013, e uma sensação de empoderamento em estar junto protestando diretamente contra o governo, sentindo-se à vontade na rua, sem medo.

Também se verificaram grupos bem menores, que aliás também apareceram em junho de 2013, com pautas militaristas e fascistoides, que embora sejam pequenos e até caricatos, estão determinados a disputar a pauta. A causa imediata é o Petrolão², todos os dias no noticiário com uma dimensão inédita, que tem intensificado a percepção de que o governo é corrupto, arrogante e ainda por cima fez uma

campanha de mentiras para ganhar a eleição. Mas existe, também, uma crescente insatisfação com a deterioração da situação econômica, que deve atingir principalmente os mais pobres, os bairros periféricos, os precários, os mais jovens buscando renda e os idosos. A causa mais profunda é a perda de credibilidade na dita “classe política”, um movimento quase telúrico de falência do regime de transição democrática institucionalizado entre 1985 e 1988, noutras palavras, a bipolarização PT-PSDB com fundo peemedebista.

O “Fora Dilma” e a demanda pelo impeachment respondem por apenas uma tendência da mobilização, em meio a um misto de razões de indignação, tendências antipartidárias e cívicas, de resgate da cidadania. É um grande desafio conseguir trabalhar com essa composição política, contornando o olhar de Medusa das chantagens da “volta da direita” com o que quem está na situação tenta obsessivamente imobilizar os grupos descontentes à esquerda.

Mobilização governista

Já as manifestações do dia 13 foram mobilizações essencialmente governistas, no formato de velho tipo, disciplinar, com pouca e em algumas cidades nenhuma capacidade de propagação pelo tecido social. No cômputo global, foram cerca de dez vezes menores e qualitativamente mais homogêneas. Apostaram numa polarização que, claramente, está muito mais forte no polo oposto. Apesar de apresentarem-se como “apoio crítico” ao governo, na verdade compõem a

linha de frente de defesa da situação, a linha de rua, que faz o embate.

Dessa maneira se tem o constrangimento histórico de o Movimento Sem Terra - MST fazer a defesa de um governo que tem a ruralista Kátia Abreu³, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, uma política econômica de cortes contra o trabalhador, e a União Nacional dos Estudantes - UNE, um governo que priorizou cortes na educação, de quase um bilhão de reais. Isto não só evacua os sentidos simbólicos da esquerda, levando a população indignada a buscar outros referentes, como arrasta para o fundo do poço outros grupos e movimentos que se mostram incapazes de se descolar do governo e do PT. Marcelo Freixo⁴ e Jean Wyllys⁵, do PSOL, por exemplo, ao desqualificar o dia 15 e adotarem narrativas binárias infantis, cometem o erro talvez irreversível de cair no jogo da polarização, que os afasta da indignação massiva e da capacidade de construí-la positivamente daqui pra frente. É como se as esquerdas não governistas que foram tragadas pela polarização eleitoral fossem o Brasil na Copa do Mundo: perderam de lavada de 7 a 1 mas, em vez de cair na real e mudar afirmativamente a estratégia, submergem num complexo de negação, mistura de paralisia e desespero, e perdem novamente de 3 a 0.

1 **Black bloc**: expressão do inglês black, negro e bloc, agrupamento de pessoas para uma ação conjunta ou propósito comum. É também o nome dado a uma tática de ação direta, de perfil anarquista, caracterizada pela ação de grupos de afinidade mascarados e vestidos de preto, que se reúnem para protestar em manifestações de rua, utilizando-se da propaganda pela ação para desafiar, em linhas gerais, o Estado e as elites financeiras. Do que se pode apurar, esses grupos são estruturas efêmeras, informais, não hierárquicas e descentralizadas. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Petrolão**: apelido dado a Operação Lava Jato. Realizada pela Polícia Federal do Brasil, cuja deflagração da fase ostensiva foi iniciada em 17 de março de 2014, com o cumprimento de mais de uma centena de mandados de busca e apreensão, prisões temporária, preventivas e conduções coercitivas, o objetivo é apurar um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar mais de 10 bilhões de reais na Petrobras. É considerado pela Polícia Federal como a maior investigação de corrupção da história do País. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Kátia Abreu [Kátia Regina de Abreu]** (1962): empresária, pecuarista e política brasileira. Desde 1º de janeiro de 2015 é a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Está licenciada do mandato de senadora do PMDB pelo estado do Tocantins. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Marcelo Freixo** (1967): professor e político brasileiro. Está no terceiro mandato como deputado estadual fluminense pelo Partido Socialismo e Liberdade. Tem atuação nas áreas de cidadania e Direitos Humanos. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Jean Wyllys de Matos Santos** (1974): jornalista e político brasileiro, eleito em 2010 para mandato de deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do Rio de Janeiro desde fevereiro de 2011. É também conhecido por ter participado e ganhado a quinta edição do programa Big Brother Brasil, da Rede Globo. Em sua vida parlamentar atua na defesa dos Diretos LGBT, cidadania e Direitos Humanos. (Nota da **IHU On-Line**)

Mas ainda dá tempo de sair da imobilidade e trabalhar no cenário que se descortina, a fim de ajudar a construir a indignação geral com pauta propositiva e alguma antropofagia estética, para lutar por mais direitos e por um discurso anticorrupção que não se resolva em banalidades moralistas e antipolíticas.

IHU On-Line - O que os primeiros 50 dias do segundo mandato Dilma revelam sobre a conjuntura política do país, considerando que a presidente acabou de ser eleita?

Bruno Cava - O governo anunciou um ajuste que cobra da população, especialmente dos mais pobres, a conta pelos problemas da economia. São ajustes na política fiscal, com aumento de tributos, cortes de gastos, redução de subsídios, além de restrições a direitos trabalhistas e ajuste monetário, com aumento dos juros, tudo isso num cenário internacional de queda dos preços do petróleo. Além disso, a falta de planejamento associada a fatores ambientais mais profundos está levando ao racionamento de água e energia, com impactos econômicos e políticos. Com relação ao Petrolão, só apareceu a ponta do iceberg, ao longo do ano os desdobramentos devem implicar vários mandatários e políticos da base do governo, prejudicando a imagem de Dilma.

Ainda é cedo para antecipar a dimensão desse “encontro de tormentas”: se vai ser uma recessão econômica reversível nos próximos anos ou uma crise do tipo argentino de 2001; se o racionamento poderá contornar a falta d’água causando transtornos superáveis, ou se seremos forçados a uma mudança duradoura no dia a dia de metrópoles como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro; se os danos à imagem do governo vão apenas desgastá-lo temporariamente, ou se caminharemos para uma crise destituída de impeachment, como a oposição vem agourando. Em todos os casos, os cenários são muito negativos para um governo recém-

-eleito, porém o grau de intensidade pode variar e dependerá, sobretudo, das mobilizações sociais e do sentido político comum que pegar nelas.

IHU On-Line - Como você avalia os discursos de que agora, depois de eleito, o governo deu uma guinada à direita?

Bruno Cava - Com menos de um mês, Dilma fez o que prometeu que não faria de jeito nenhum. Que não mexeria em direitos sociais “nem que a vaca tussa”. Quem não se lembra daquela inserção na TV em que os banqueiros comandavam a economia enquanto a comida sumia dos pratos do povo? No segundo turno, a campanha foi construída se contrapondo ao projeto econômico do PSDB. As imagens foram fortes. Uma vez Dilma reeleita, vemos como só havia apenas um projeto único: o ministro da economia vem do Bradesco, é formado na escola neoliberal de Chicago e aplicou, na primeira oportunidade, com carta branca, um programa de austeridade.

Numa eleição acirrada, João Santana⁶ fez a diferença em alguns pontos percentuais decisivos, mas não tem marqueteiro que dê jeito por quatro anos seguidos. As pessoas vão sentir na pele o aumento das tarifas, inflação, cortes sociais, racionamentos, e nomes da base do governo aparecerão na TV nos episódios do Petrolão. Embora o bloco do apoio crítico, que votou no “menos pior” para “barrar a direita”, no final das contas, acaba votando por vínculo simbólico, escolhendo aquele candidato que agita mais bandeiras vermelhas e “tem um passado”, a maior parte da população costuma ser mais realista: no ano passado havia otimismo com o futuro da economia e avaliou que,

⁶**João Santana** (1953): músico, jornalista, escritor e publicitário brasileiro, com atuação na área de campanhas políticas. *Coordenou seis campanhas vitoriosas de presidentes da república*: Lula (reeleição, 2006), Mauricio Funes (El Salvador, 2009), Dilma Rousseff (2010), Danilo Medina (República Dominicana, 2012), José Eduardo dos Santos (Angola, 2012) e Hugo Chavez/Nicolás Maduro (Venezuela, 2012). (Nota da **IHU On-Line**)

conservando o governo, arriscava menos. Com o choque de realidade, esse otimismo se converte imediatamente em pessimismo e, mais do que isso, sentimento de enganação.

IHU On-Line - Quais são as principais contradições do atual governo Dilma?

Bruno Cava - Numa entrevista recente, o professor e filósofo Marcos Nobre⁷ disse que Dilma falhou em dirigir o peemedebismo, não teria dado certo a estratégia de enfraquecer o PMDB, aliando-se com partidos médios como o PSD (de Gilberto Kassab) e o Pros (de Cid Gomes). Por isso, para o filósofo da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, a eleição do Eduardo Cunha⁸ à presidência do Congresso seria uma ofensiva do peemedebismo. Essa interpretação vai no sentido do bloco do apoio crítico: a presidente estaria cercada, ilhada, precisando mais do que nunca de apoio das bases. O que também foi um dos pontos-chave na argumentação eleitoral: com Mantega⁹ na Fazenda no primeiro mandato, Dilma teria enfrentado os mercados para reduzir a taxa de juros, mas não teve força. Da mesma forma, em 2015, segundo Nobre, Dilma não teve força, o “peemedebismo está na ofensiva”. Existe um pressuposto nessas análises

⁷**Marcos Nobre**: professor da Universidade de Campinas - Unicamp, cientista social e filósofo. É celebrado autor da tese do “peemedebismo”, como ele batizou a ideia da existência de um bloco de forças políticas que, ao se associar ao governo, lhe dá estabilidade e o blinda contra ameaças como o impeachment que o ex-presidente Fernando Collor sofreu em 1992. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸**Eduardo Cosentino da Cunha** (1958): economista, radialista e político brasileiro. Evangélico, é fiel da igreja neopentecostal Sara Nossa Terra e seguidor do bispo Robson Rodovalho. Atualmente, é deputado federal, pelo PMDB do Rio de Janeiro, e presidente da Câmara dos Deputados desde 1º de fevereiro de 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹**Guido Mantega** (1949): economista brasileiro e atual ministro da Fazenda do Governo Lula. Mantega é doutor em Sociologia e professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Desde 1993 trabalhava como assessor pessoal de Lula, para assuntos econômicos. Foi ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. (Nota da **IHU On-Line**)

ses, contudo, que às vezes aparece quando o problema é colocado em termos de correlação de força, que é: de onde vem essa “força”?

Corrupto ou corruptor

Como o próprio Nobre explica em “Imobilismo em movimento” (2013), o peemedebismo não é um sujeito que poderia ir à ofensiva ou fica na defensiva, no que é de estranhar a recente entrevista dele. O peemedebismo é uma lógica, o atravessamento de uma cultura política de caciques e oligarcas que se perpetuam na governabilidade mediante vetos sistemáticos, a neutralização de mudanças e a desqualificação de manobras por fora do condomínio de sócios. O governo Dilma se construiu inteiramente dentro dessa lógica, desde 2011. Pode-se constatar isso, por exemplo, com o Petrolão. O escândalo não foi causado simplesmente porque pessoas corruptas resolveram desviar verba pública para interesses privados. Seria reduzir o caso à moralidade, que é apenas uma face. O esquema de desvios não foi um acidente, uma mera contaminação do funcionamento que bastaria punir os corruptos e remediar. O Petrolão está mais entranhado, ele é estruturante da própria governabilidade, de maneira que fica até difícil dizer quem é corrupto e quem é o corruptor: se as empreiteiras corromperam o partido e o governo, ou se o partido e governo corromperam as empreiteiras. Nas redes reais de poder e seus fluxos de influência, estatal e privado aparecem como dois polos do mesmo agenciamento de interesses.

Como no filme *Inside job* (2010), que mostra como os operadores que levam Wall Street à crise dos *subprimes* transitam indistintamente entre as esferas estatal e empresarial. O Petrolão tem tudo pra ser um novo “inside job” brasileiro, em que a corrupção é tão indistinguível da estrutura que punir rigorosamente os principais operadores pode conduzir a estrutura ao colapso. Motivo, aliás, por que nos EUA os responsáveis rapidamente

voltaram à ativa no sistema. E não por acaso já cogitam dessa “solução à americana” (salvaguardar o sistema) no Brasil. A diferença é que aqui não é um “inside job” do capitalismo financeiro, mas do capitalismo industrial. O que deveria sinalizar para a esquerda desenvolvimentista como o capital industrial nacional não é mais moral ou puro do que o capital financeiro internacional, e que o problema do capitalismo não se resume aos *yuppies* especuladores da bolsa, rompendo com certa simpatia com “empresários comprometidos com a industrialização nacional”, uma mitologia industrialista que vai de Mauá a Antonio Ermírio.

Peemedebismo: a lógica profunda de sustentação do governo Dilma

É provável que não encontraríamos uma lógica público/privada diversa se examinássemos como funcionam outras estatais, o BNDES, os planos de desenvolvimento industrial, dentro da estratégia consciente e deliberada de Dilma de fortalecer “campeões nacionais”. Então o peemedebismo não é um problema que aparece apenas na composição dos ministérios ou do congresso, é a lógica profunda de sustentação do governo Dilma em sua aliança estrutural com agronegócio, montadoras, mineradoras, grandes “players” de setores estratégicos do empresariado.

Então, não existe essa dicotomia entre Dilma/PT e o peemedebismo. O que existe é uma lógica peemedebista com a qual funciona Dilma e PT, que agora está cobrando o seu preço. Não houve “guinada à direita”, mas sim a consequência de uma estratégia de governabilidade que Dilma e o PT integram. O que se vê é a tentativa do governo de instaurar uma nova dialética do menos pior entre Dilma e Eduardo Cunha, quando, do ponto de vista histórico-material, são o mesmo bloco de governabilidade em seu desdobramento. Pareceriam diferentes apenas se, num imediatismo

jornalístico, colocássemos o atual momento numa lupa e esqueceríamos os encadeamentos de fatos políticos e escolhas assumidas que nos conduziram até este momento.

IHU On-Line - Estamos diante de um conjunto de crises: da Petrobras (corrupção sistêmica), do transporte coletivo (aumento das passagens), da água, da energia (escassez e aumento das tarifas) da economia (ajustes que levam à perda de direitos). Essas crises podem nos levar para que situação?

Bruno Cava - Na mesma entrevista, Nobre comparou a situação de Dilma em 2015 com a de FHC em 1999. Um primeiro ano terrível, seguido de uma recuperação, possivelmente em 2016 e começo de 2017, dentro do raciocínio de soltar o “pacote de maldades” nos dois primeiros anos, e colher os frutos no último biênio visando à eleição. Essa avaliação, contudo, parte do pressuposto que a economia é como um carro.

De tempos em tempos, seria preciso levá-lo para balancear e alinhar. Aí se têm basicamente duas posições entre os economistas: os ortodoxos veem o ajuste como necessário para a recuperação, porque organiza a economia e elimina gastos insustentáveis; já os keynesianos¹⁰ dizem o contrário, que o ajuste provocará uma espiral recessiva, vai acelerar o desaquecimento da economia e com isso o governo arrecada menos.

Ambos os grupos, no entanto, pensam a economia desde cima, com variáveis macroeconômicas, e ambos concentram suas críticas no papel do Estado, embora “Estado” tenha um sentido diferente em cada caso: para os primeiros, o Estado serve para assegurar a regula-

¹⁰ **Keynesianismo:** pensamento da Escola Keynesiana. Teoria econômica consolidada por John Maynard Keynes, que consiste numa organização político-econômica oposta às concepções liberais. Sua base é a afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia. O objetivo é conduzir a um sistema de pleno emprego. (Nota da **IHU On-Line**)

mentação econômica e monetária da atividade produtiva, enquanto os últimos veem no Estado um promotor direto da atividade econômica por mecanismos de "deficit spending" e similares.

O que essa discussão macroeconômica ao redor dos ajustes não leva em conta é que as crises têm causas muito mais profundas e enraizadas pelo tecido social. A combinação delas na nossa conjuntura não é por acaso. Está em questão o padrão de desenvolvimento que determina o peemedebismo, corrupção da própria representação, como determina também a crise hídrica, visto que a maior parte do consumo de água se dá na indústria e no agronegócio, ao mesmo tempo que produzem danos ambientais em larga escala.

Por isso, não há solução mágica. Se o governo racionar, para a população pode gerar uma revolta, mas se racionar para a indústria e agronegócio, agravará a recessão econômica. Não admira o empurrar-empurra de responsabilização, apoiadores do governo federal tentando responsabilizar os governos estaduais e vice-versa, ninguém quer aparecer correndo o risco de se tornar o alvo preferencial para os protestos.

Em qualquer caso, as crises combinadas demonstram como, por opções estratégicas e razões mais profundas, os governos terão dificuldades de lidar com a situação. Isto não significa que a crise por si nos levará para mais além do peemedebismo e do desenvolvimentismo, já que ninguém morre de contradição. A mudança real depende do sentido político comum que for construído a partir da mobilização social, e daí poderão emergir as alternativas.

IHU On-Line - Dilma iniciou o segundo mandato ampliando o leque de alianças e o espaço do PMDB no governo. Por outro lado, em negociação com as centrais sindicais, o governo não voltou atrás e sequer negociou as medidas de redução do direito ao seguro-desemprego e de mudanças

nas regras de pensão por morte e o auxílio-doença. O governo corre o risco ficar sem o apoio da direita e da esquerda, que sempre o apoiou?

Bruno Cava - É como a água bicéfala, que olha para os dois lados: Dilma se alia com as forças mais oligárquicas e conservadoras, enquanto Lula assume o papel de "campeão da esquerda", articulando frentes para fazer oposição... a si mesmo, pois há alguns meses ele fora o cabo eleitoral número 1 da reeleição. Isto é resultado do vazio produzido no interior dos próprios movimentos sociais, seja pela cooptação, seja pelo cerco punitivo e midiático do pós-junho de 2013. Os movimentos sociais têm dificuldades de se libertar da dependência financeira, política e até simbólica, em relação ao governo Dilma e o PT, mesmo diante do "pacote de maldades".

O desenvolvimentismo brasileiro de esquerda dos anos 1950 e 1960, dos tempos da CEPAL e ISEB, sempre conseguiu manter aberta a tensão entre modernização e emancipação: falava-se em crescimento econômico, mas também em reformas de base e mobilização popular. Hoje esse desenvolvimentismo, na retórica do governo, é apenas uma ideologia tecnocrática, que inclusive flerta com o ideário nacionalista mais simplório. Belo Monte talvez seja o signo máximo desse progressismo sem conteúdo emancipatório, pelo contrário. Mesmo assim, apesar de tudo, o bloco do apoio crítico pode continuar ao longo do mandato, bastando as mídias do governo mobilizarem o esquema do "menos pior" e identidades simbólicas de esquerda/direita, embora no mundo real as coisas sejam mais complexas.

O determinante para sustentação do governo, contudo, não estará nesses grupos que têm um alinhamento mais ou menos automático, mas na mobilização social, numa "sociedade em movimento" que ultrapassa aqueles mobilizados diretamente pelos movimentos sociais de formato mais tradicional.

O sentido dessa mobilização está em aberto.

IHU On-Line - A crise da Petrobras arrastou o PT junto com ela? O PT entrou em sua fase terminal ou ainda terá sobrevivido?

Bruno Cava - O PT sofreu uma derrota eleitoral significativa no Sul, Sudeste e Centro-oeste, a ponto de a campanha remover a sigla do material no segundo turno, avaliando que a marca ficou tóxica. A queda da popularidade no começo do mandato também afeta o partido, bem como o Petrolão, haja vista que o partido não só está no governo, como seu quadro dirigente vem aparecendo nas delações premiadas. A vitória de Eduardo Cunha, no Congresso, igualmente impacta, porque compromete a principal bandeira com que o PT pretendia agregar forças sociais, a discussão da reforma política. Mas, no fundo, como disse, essa situação não se abateu sobre o PT sem a sua própria participação na lenta construção da governabilidade peemedebista. Um partido que se coloca como farol das esquerdas do mundo, mas que precisa apelar para marqueteiros e agências de pesquisa para entender a sociedade local só pode estar com sérios problemas. Havendo mobilização social em escala num futuro próximo, nos cenários mais ou menos agudos, é bem provável que não poupem esse partido de sua parcela de responsabilidade política.

IHU On-Line - Concorda com a avaliação de que o governo Dilma está isolado? Por quais razões?

Bruno Cava - O governo só é vítima de seus próprios erros e decisões erradas, visto que ele tinha os meios. O peemedebismo é nuclear do governo por opção estratégica, com PT e Dilma tendo participado de toda a construção dessa matriz de governabilidade. O isolamento do governo, mais grave, se dá em relação à sociedade. É preciso perguntar de onde vem a "força" capaz de mexer na "correlação de forças". Para o operário italia-

no, de Antonio Negri¹¹ ou Christian Marazzi,¹² a força vem sempre da produtividade do trabalho, que não é só econômica: exprime também uma composição política, condensação das qualidades cooperativas e organizativas do trabalho vivo, quer dizer, uma “composição de classe”.

Aqui no Brasil, o cientista político Giuseppe Cocco¹³ tem usado essa ferramenta de análise ao estudar uma nova composição de classe surgida no Brasil nos últimos 15 anos, a partir da mobilização produtiva dos pobres, chegando

11 Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt – sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da **IHU On-Line**, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento Abrindo o Livro, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais de todo o mundo. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Christian Marazzi: é professor e diretor de investigação socioeconômica na Universidade della Svizzera Italiana. Também foi professor na Universidade Estadual de Nova York, na Universidade de Pádua, em Lausanne e Genebra. Entre suas obras, citamos *Autonomia* (Cambridge: MIT Press, 2007), *Capital and language* (Cambridge: MIT Press, 2008), em parceria com Michael Hardt e Gregory Conti, e *O lugar das meias. A virada linguística da economia e seus efeitos na política* (São Paulo: Civilização Brasileira, 2009). *Bio-capitalismo. A vida no centro do crescimento econômico*. Entrevista com Christian Marazzi publicada na Edição 301 da **IHU On-Line**, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/19e-TuoC>; e *A sociedade: uma grande fábrica de produção de valor*, publicada na edição 327, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/1FuQHhG>. (Nota da **IHU On-Line**)

13 Giuseppe Cocco: cientista político pela *Université de Paris VIII* e pela *Università degli Studi di Padova*. É mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo *Conservatoire National des Arts et Métiers* e em História Social pela *Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne)*, onde concluiu seu doutorado em História Social. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. (Nota da **IHU On-Line**)

a conclusões interessantes sobre possíveis horizontes para um governo aberto aos movimentos. Isto permite sair da armadilha da análise de “correlação de forças”, que tem sido uma análise pacificada pelo peemedebismo, bem como dos vícios da esquerda no debate macroeconômico, tendente a debater incansavelmente contra o neoliberalismo enquanto mantém permanente entusiasmo pelo varejo keynesiano, sem qualquer capacidade de formular a teoria econômica noutros termos.

O problema é que o governo, preso à ideologia tecnocrática de retórica desenvolvimentista e economicista, tem caminhado cada vez mais para cortar todos os vínculos com a sociedade em movimento e as lutas existentes. As posições de desqualificação sistemática e criminalização do levante de junho-outubro de 2013 foram um sintoma claro desse funcionamento. Isto conduz a uma paranoia antigolpista que tende a codificar qualquer manifestação que não venha dos grupos cooptados como ameaçadora, bem como qualquer sujeito social indignado com o governo como classe-média reacionária (“coxinha”) ou pobres desorganizados (“manipulados”). Na base dessa paranoia está o bloco do apoio crítico que não só é adesista, como justifica a adesão com a imagem odiada do inimigo.

IHU On-Line - Há sinais da retomada do movimento que vimos em junho 2013? Hoje há mais razões para manifestações em massa? Por quê?

Bruno Cava - O espectro de junho está no ar, embora na história nada se repita igual. Se voltar, voltará diferente. Os indignados com a economia, a crise hídrica, a corrupção estão crescendo em número e intensidade. Além das crises se avolumando na conjuntura, existe um movimento mais profundo, quase telúrico, de rechaço do sistema político representativo. Esse rechaço aparece, às vezes, de maneira truncada, num sentimento contra a “classe política”, corrup-

ção, gastos excessivos com o superfluo, projetos de cidade pautados por máfias de ônibus, obras, lixo, etc. Mas é igualmente legítimo. Manifestações quando ganham escala são como laranjas, têm muitos gomos enxertados. Lamentavelmente, parte da esquerda tende a exercer o papel de *sommelier* dessas manifestações, bastando achar um gomo podre para condenar a laranja como um todo.

É como se tivessem uma concepção prévia do “cidadão médio” ou da “mulher honesta”, e apenas esperassem confirmar o preconceito apontando o dedo para massas “protofascistas” que não conhecem nem pesquisaram, ou, na infeliz expressão de André Singer, para o “conservadorismo de fundo”. Esquecem como são muitos gomos e como o sentido político comum resultará do suco resultante da mistura dos gomos, um sentido em aberto e francamente disputável. O problema é que, colocando-se fora delas, a tendência é elas se organizarem por outras vias e, aí sim, quem sabe, privilegiando os gomos podres.

IHU On-Line - As ‘jornadas de junho de 2013’ e acontecimentos da conjuntura internacional – vitória do Syriza¹⁴ e crescimento do Podemos¹⁵ na Espanha – tem contribuído para uma articulação no Brasil para a construção de um novo Partido-Movimento? Poderia descrever esse processo?

Bruno Cava - Vivemos numa era de lutas em que a dimensão global

14 Syriza: partido político grego, fundado em 2004 como uma aliança eleitoral de 13 partidos e organizações de esquerda. Surge num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Vitorioso na eleição de janeiro de 2015, o líder do Syriza, Alexis Tsipras, foi empossado como primeiro-ministro para dirigir o novo governo da Grécia, viabilizando um governo de coalizão com o partido nacionalista conservador, Gregos Independentes. (Nota da **IHU On-Line**)

15 Podemos: partido político espanhol que foi fundado em 2014, fortemente influenciado pelas ideias do movimento 15M. Um de seus principais representantes é Pablo Iglesias Turrión. Surge num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Atualmente, é o favorito para eleição presidencial na Espanha. (Nota da **IHU On-Line**)

está muito presente. No começo das jornadas de junho, lembro-me bem que os manifestantes de primeira hora entoavam o grito: "Acabou o amor; isto aqui vai virar a Turquia!", fazendo referência aos protestos na praça Taksim. Em 2011, a imagem da multidão nas revoluções no norte da África, em Túnis e Cairo, foi tão importante para as lutas globais quanto as próprias revoluções naqueles países. É o que Gilles Deleuze chamava de devir revolucionário, que não se confunde com o futuro da revolução. Mesmo que a revolução no Egito não tenha conseguido realizar uma democracia real, deflagrou afetos, desejos e imaginários pelo mundo, multiplicando lutas. A primavera árabe atravessou o Mediterrâneo e fez proliferar as acampadas do Movimento do 15-M europeu, que no verão cruzariam o Atlântico para gerar o Occupy Wall Street. Daí por diante pipocaram mobilizações multitudinárias no Oriente Médio, China, Turquia, Brasil, Ucrânia, Hong Kong.

De maneira semelhante, em 2015, partidos-movimentos surgidos da agitação política e cultural desse ciclo de lutas, como o Syriza e o Podemos, também têm a capacidade de contagiar por grandes distâncias, reinflamando o desejo por mudança. E, da mesma forma, mais vale o devir revolucionário que instauram, do que propriamente o futuro desses partidos uma vez defrontados com o desafio de enfrentar as oligarquias dominantes em seus países, dentro do sistema

político representativo. É esperado, então, que grupos mais jovens e dinâmicos busquem se inspirar nas formas adotadas por Syriza e Podemos no Brasil, bem como haverá tentativas de grupos da "velha política" de se camuflarem à imagem e semelhança daqueles, numa operação de "branding".

IHU On-Line - Qual será a alternativa brasileira? Há espaço para um novo partido de esquerda no Brasil? Em que erros ou vícios esse "partido" não pode incorrer?

Bruno Cava - Sim. Embora tenha de ser um partido absolutamente diferente dos demais, um partido de novo tipo, que aliás evite ser chamado de partido, como o Podemos, que prefere ser chamado de protagonismo cidadão, ou o Ganhe-mos (Guanyem) Barcelona, que se apresenta como plataforma municipalista. A palavra "partido" está, com muita razão, extremamente desgastada, e vai se desgastar ainda mais nesta crise. Outra inovação importante é borrar as fronteiras entre dentro e fora, simplificar as estruturas e criar o mínimo de diferenciação possível entre filiados e não filiados. Um partido de filiados já começa mal, porque gera desconfiança.

Outro ponto está em desvencilhar-se de simbologias, ideologias e bandeiras que, levadas às ruas e redes, podem até significar muito nas cabeças dos militantes, mas muito pouco para quem está mais preocupado com as lutas reais

por transporte, água, saúde, renda, dignidade, paz. Além disso, a discussão entre esquerda e direita está sendo instrumentalizada como dispositivo governista, que percebeu a permanência do potencial depois do fenômeno do voto crítico de esquerda, em 2014. E ainda outro vício consiste no programatismo: a ideia novecentista que um grupo de pessoas fecha um programa e depois vai à sociedade defendê-lo como uma tábua de princípios e propostas sobre as cabeças. É um modo não colaborativo e verticalizado, e uma péssima estratégia de comunicação.

Tenho acompanhado as produções de Javier Toret, um pesquisador e ativista que sentiu na pele o fracasso do Partido X diante do Podemos, e que agora trabalha pelo Guanyem Barcelona, quando explica que a estratégia de comunicação não serve mais apenas para mediar os conteúdos entre partido e sociedade, mas se tornou a própria franja de constituição da relação entre um e outro, uma relação aberta, maleável e que pode se preencher dos conteúdos das lutas de transformação onde elas são mais quentes e vivas. No caso do Syriza, foram as jornadas *anti-austeridade*, desde pelo menos 2009; do Podemos, foi o 15-M de 2011 até hoje; no caso brasileiro, seriam as lutas de junho, dos indignados, dos pobres, de todos que vêm sofrendo os efeitos da falta de democracia e desejam mudança, participação e poder de decidir.

LEIA MAIS...

- ***A esquerda e o desejo por trás do rugido da plebe.*** Entrevista especial com Bruno Cava, publicada em Entrevista do Dia, de 05-06-2013, no sítio do IHU, disponível <http://bit.ly/K1bX4L>.
- ***A reeleição de Dilma e a síndrome do 'menos pior'.*** Entrevista especial com Bruno Cava, publicada em Entrevista do Dia, de 29-10-2014, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1wCezcM>.
- ***O caramujo sufocado pela concha claustrofóbica e a "vaga boa consciência" das esquerdas.*** Entrevista especial com Bruno Cava, publicada em Entrevista do Dia, de 20-07-2014, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1qk4EJd>.

#MARÇO2015 - Dossiê Manifestações

Manifestações. A crise do neodesenvolvimentismo e a disputa de classes

Na análise do sociólogo Giovanni Alves, as mobilizações de 13 e 15 de março não alteraram a dinâmica social e política da sociedade no Brasil

Por Patricia Fachin

“**E**stá claro que junho de 2013 foi o ensaio geral para o 15 de março de 2015”, comenta Giovanni Alves em entrevista à **IHU On-Line**, concedida por e-mail. Na avaliação dele, nas manifestações que ocorreram há dois anos, “saíram às ruas os filhos da ‘classe média’, inquietos e rebeldes (o precariado); em 2015 saíram às ruas seus pais ou mesmo toda família verde-amarela”. Os pobres, ao contrário, não participaram dos protestos contra o governo e “assistiram bestificados às duas manifestações. Os pobres – o subproletariado – ainda não entraram em cena”, pontua.

Apesar de assumir uma postura crítica e contrária às manifestações do dia 15, Alves afirma que “há sempre razões para que ocorram movimentos sociais nas ruas. O problema é que as verdadeiras razões da indignação de ‘classe média’ podem ser manipuladas. É preciso decifrá-las”.

Giovanni Alves frisa ainda que a proposta de reforma política sugerida pelos ministros da Justiça José Eduardo Cardozo e da secretaria Geral da Presidência Miguel Rossetto, em pronunciamento nacional na noite de domingo, dia 15, após o encerramento dos protestos, é “conservadora”. Isso porque a “Reforma Política que se desenha

hoje no Congresso Nacional é a Reforma Política do PMDB (...) que preserva o financiamento privado nas eleições e cria o voto distrital. Enfim, ao invés da democratização da política e da sociedade brasileira, caminhamos para a oligarquização da via institucional, consolidando uma democracia meramente protocolar, com sérios riscos de bloquearmos a via institucional-democrática para as mudanças sociais”.

Giovanni Alves é professor da Faculdade de Filosofia e Ciências do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, no campus de Marília. Livre-docente em teoria sociológica, é mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Atualmente, desenvolve o projeto de pesquisa “*A derrelição de Ícaro - Sonhos, expectativas e aspirações de jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil (2003-2013)*”. É autor de, entre outras obras, *Dimensões da precarização do trabalho - Ensaios de sociologia do trabalho* (Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2013). A entrevista também foi publicada no sítio do IHU, em 20-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1Od2wvM>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor disse, em entrevista concedida ao IHU no ano passado, que o desafio da presidente seria fazer uma omelete sem quebrar os ovos. O que a atual situação indica?

Giovanni Alves - Temos hoje no Brasil a crise da economia vincu-

lada ao esgotamento do ciclo de crescimento ocorrido nos governos Lula da Silva e, ao mesmo tempo, o aprofundamento da desaceleração da economia brasileira por conta dos rebatimentos da crise do capitalismo global (por exemplo, não são nada desprezíveis a persistência da crise europeia e, principal-

mente, a desaceleração da economia chinesa). Mas outro elemento da crise da economia brasileira vincula-se às decisões políticas do empresariado que contingencia investimentos – parte por razões políticas. A economia sempre tem uma variável política, o que significa que, a partir de certo momento,



“A massa da “classe média”, organizada nas ruas pelo PIG no dia 15/03, tornou-se a segunda manifestação da direita depois das jornadas de 2013”

a presidente Dilma passou a não contar com a confiança dos investidores privados, isto é, uma parte da burguesia interna, que compunha a frente política do neodesenvolvimentismo, que abandonou o barco do governo Dilma.

Como disse certa vez Márcio Pochmann¹: “Eles não nos querem mais”. A fratura da frente política do neodesenvolvimentismo marcou o início efetivo da crise do governo Dilma. Essa reação política da grande burguesia ao governo Dilma ocorreu logo após seu primeiro ano de governo e antecedeu às manifestações nas ruas em junho de 2013. Fins do ano de 2012 é um ponto de inflexão importante. O empresariado brasileiro rentista, vinculado ao capital financeiro hegemônico, insurgiu-se, naquele momento, contra a política adotada pelo governo Dilma no início de mandato, que levou, por exemplo, à redução das taxas básicas de juros, à valorização dos bancos públicos no financiamento do consumo popular e, principalmente, à adoção do marco regulatório do pré-sal. Enfim, Dilma, naquele primeiro momento, cometeu o “pecado mortal” de ferir interesses do grande capital financeiro hegemônico no Brasil e os interesses do imperialismo norte-americano.

¹ **Márcio Pochmann** (1962): economista e político brasileiro. Foi pesquisador visitante em universidades da França, Itália e Inglaterra, com pós-doutorado nos temas de relações de trabalho e políticas para juventude. Também atuou como consultor no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e no Dieese. Foi também presidente Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em Brasília. (Nota da **IHU On-Line**)

Portanto, o grande empresariado rentista passou a hostilizar, com virulência política (e midiática), o governo Dilma, num momento em que a economia brasileira enfrentava as primeiras dificuldades externas.

O ciclo de valorização das *commodities* tinha-se encerrado e a indústria brasileira tinha perdido a competitividade, em parte devido à apreciação cambial. Portanto, desde 2012, pelo menos, assistimos ao declínio das taxas de crescimento da economia brasileira. Ao mesmo tempo, no decorrer do processo, começam a surgir pressões inflacionárias provocando mudanças no padrão de vida das classes sociais, principalmente das camadas médias urbanas. Sob o governo Dilma prosseguiu a ofensiva midiática contra dirigentes do PT acusados no “mensalão”. Dia e noite imputava-se ao PT a pecha de “partido corrupto”.

Classe média entra em cena

Entretanto, no começo de 2013 indicadores sociais positivos do mercado de trabalho contrastavam com a desaceleração da economia brasileira. Apesar de a economia não crescer, se mantinham — e ampliavam-se — programas sociais e benefícios trabalhistas, lastro social dos governos neodesenvolvimentistas. O desajuste fiscal era inevitável. Podemos dizer que o ano de 2013 foi o ano de escalada da ofensiva da oposição neoliberal contra o governo Dilma.

No começo deste ano se avolumam as críticas da mídia hege-

mônica à política econômica de Guido Mantega.² É nesse momento que a frente política do neodesenvolvimentismo apresenta suas primeiras rachaduras políticas (de um lado o PSB de Eduardo Campos³; do outro, setores do PMDB em disputa com o PT, de olho nas eleições parlamentares de 2014). Enquanto isso, o PIG (Partido da Imprensa Golpista), persistia na sagrada cruzada de desmoralização do “governo do PT” com o mensalão. A popularidade de Dilma, que se mantinha elevada no começo de 2013, despencou em julho daquele ano, com as jornadas de junho de 2013. Naquele momento, a “classe média” em crise entra em cena.

Na verdade, é importante que se diga, mudanças sociais estavam ocorrendo na estratificação social brasileira nos últimos dez anos. Por exemplo, na era do lulismo⁴, principalmente a partir de 2010,

² **Guido Mantega** (1949): economista brasileiro, foi ministro da Fazenda do Governo Lula e do primeiro governo de Dilma Rousseff. Mantega é doutor em Sociologia e professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Desde 1993 trabalhava como assessor pessoal de Lula, para assuntos econômicos. Foi ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Eduardo Henrique Accioly Campos** (1965-2014): foi economista e político brasileiro, governador de Pernambuco por dois mandatos, presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e candidato à Presidência da República nas eleições presidenciais de 2014. Neto de Miguel Arraes de Alencar, era graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Sua morte ocorreu em 13 de agosto de 2014, quando o jato em que viajava do Rio de Janeiro a Guarujá caiu em um bairro residencial da cidade de Santos, em plena campanha presidencial. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Lulismo**: o termo cunhado pelo cientista político André Singer, que também foi portavoza do ex-presidente Lula, de 2002 a 2007. Nascido durante a campanha de 2002, o lulismo representou o afastamento em relação a componentes importantes do programa de esquerda adotado pelo PT e o abandono das ideias de organização e mobilização. Busca um caminho de conciliação com amplos setores conservadores brasileiros. Sob o signo da contradição, o lulismo se constituiu como um grande pacto social conservador, que combina a manutenção da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com fortes políticas distributivistas sob o governo Lula (2002-2010). (Nota da **IHU On-Line**)

ocorria uma queda do padrão de vida da alta e média “classe média” e, inclusive, de parte da massa trabalhadora. O fenômeno social a ser salientado, nesse período, é o aumento da baixa classe média. Num interessante estudo do Instituto de Economia da Unicamp, o pesquisador Waldir Quadros observou, comparando dados da PNAD de 2012 e 2013: “De um lado, encolhem as participações das pessoas e famílias com ‘padrão de vida’ de Alta e Média Classe Média, sugerindo uma queda em cascata que incha a Baixa Classe Média. De outro, aumenta a participação da camada de Miseráveis e as variações das outras camadas indicam que também ocorreu uma descida de integrantes da Baixa Classe Média para a Massa Trabalhadora (pobres) e desta para a última camada”. Traduzindo: aumentou a “proletarização” da “classe média”. É isto que explica a dirrupção nas ruas da “classe média” em 2013 e 2015 — massa de manobra do PIG. Foram os filhos da baixa classe média — o precariado — que compuseram, no começo, a espinha dorsal das jornadas das manifestações de massa de 2013. Depois, irrompeu nas ruas a “classe média” por inteiro, instigada pelo PIG.

Demandas sociais

Em 2013 colocaram-se demandas sociais legítimas desprezadas pelos governos neodesenvolvimentistas nos últimos dez anos. Naquele momento de 2013, a direita se reorganizava pela primeira vez no Brasil, conduzida pelo PIG, tomando de assalto as ruas. Num primeiro momento, a organização da direita, utilizando como massa de manobra a “classe média” inquieta, ainda ocultava o caráter reacionário por trás de demandas sociais legítimas de insatisfação das camadas médias urbanas (só mais tarde, em 2015, as demandas sociais legítimas se reduziram toscamente ao combate à corrupção, impeachment e intervenção militar). Enfim, o primeiro governo Dilma foi um governo

de crise e explicitação dos limites do neodesenvolvimentismo. Como dizemos, a economia política do neodesenvolvimentismo, naquelas condições indicadas acima, se voltavam, quase como uma reação sistemática, contra o próprio governo. O feitiço do lulismo se voltou contra o feitiço.

“

“As manifestações dos dias 13 e 15 expõem o grau da luta de classes no país”

Reeleição e a paralisia política

Em 2015, Dilma ganhou a eleição para a Presidência da República com pequena vantagem. Depois da Copa do Mundo aprofundou a crise da economia brasileira. O novo governo teria pela frente um imenso desajuste fiscal. Ao mesmo tempo, as dificuldades externas e a ofensiva contínua do PIG, manipulando a Operação Lava Jato e o dito “petróleo”, paralisam investimentos. Das eleições de 2014, sai um Congresso ainda mais conservador com grandes dificuldades para compor uma base aliada. A paralisia política do governo ocorre no mesmo momento em que se coloca a necessidade de ajuste fiscal capaz de garantir a retomada do crescimento. Aprofunda-se a crise política. Dilma recua e busca recompor o apoio do empresariado rentista prometendo fazer um ajuste fiscal efetivo nos moldes ortodoxos. Para moldar a “nova roupa do Rei”, Dilma indica como Ministro da Fazenda Joaquim Levy, nome indicado pelo Bradesco. O ajuste neoliberal tornou-se a obsessão do governo. Ao invés de “Pátria Educadora”, o governo Dilma deveria ter como lema “Pátria Fiscal”.

Na verdade, na medida em que o Brasil é uma economia capitalista inserida no contexto do capitalismo predominantemente financeirizado, elo mais forte do imperialismo na América do Sul, tornou-se urgente resgatar a confiança dos mercados para garantir investimentos. Enfim, para o governo neodesenvolvimentista, que nunca colocou no horizonte romper com a hegemonia neoliberal nas finanças, não haveria saída a não ser “quebrar os ovos” (ajuste fiscal) se quisesse “fazer omeletes” (fazer o Brasil crescer). Alguns dizem que Dilma poderia ter escolhido outro tipo de ajuste fiscal onde os ricos pagariam a conta da crise. Entretanto, o DNA do neodesenvolvimentismo impediu tal façanha de esquerda e impôs-se a variável política do neodesenvolvimentismo, modo de desenvolvimento capitalista que nunca rompeu com a lógica neoliberal na gestão orçamentária.

Limites do neodesenvolvimentismo

Enquanto a economia crescia, os limites do neodesenvolvimentismo não se manifestavam. Eram os tempos gloriosos do lulismo. Mas quando a economia desacelerou e entra em crise, a miséria do neodesenvolvimentismo se explicita com sua incapacidade política de romper com o Estado neoliberal, que tornou-se seus grilhões. Os grilhões do Estado neoliberal paralisam efetivamente a ação política progressista dos governos neodesenvolvimentistas — principalmente na época de crise. Enfim, o governo Dilma encontra-se numa paralisia política imposta pelos limites do neodesenvolvimentismo. Um governo constrangido pelo Estado neoliberal não poderia adotar outro tipo de ajuste fiscal. O orçamento é uma peça política. A correlação de forças adversas à esquerda na sociedade política e na sociedade civil (Estado neoliberal), contribuiu para o modo de ajuste fiscal a ser adotado. Na sociedade civil, a hegemonia neoliberal na classe

média é flagrante há décadas. O setor dirigente do PT nunca disputou a hegemonia social. Pelo contrário, acomodou-se com o Estado neoliberal, imiscuindo-se na administração da ordem burguesa corrompida. Ao mesmo tempo, desprezou-se a formação moral-intelectual dos quadros dirigentes e das massas trabalhadoras, permitindo a imbecilização cultural das massas e a corrupção de quadros militantes na medida em que o PT tornou-se um mero partido eleitoral.

Expectativas

O que esperar do governo Dilma? Ao adotar um ajuste fiscal nos moldes da austeridade neoliberal, o governo Dilma deve aprofundar a crise social, acirrando não apenas a proletarianização da “classe média”, massa de manobra da direita, mas contribuindo para a degradação da massa trabalhadora e o aumento dos miseráveis. Enfim, tal política de ajuste fiscal ortodoxa ameaça de dissolução a base eleitoral dos governos neodesenvolvimentistas. Na verdade, a “loucura” da “classe média”, leito da reação da direita, decorre do espectro de proletarianização – em-si e para-si. Ao mesmo tempo, aproveitando-se do medo de proletarianização da “classe média”, o PIG constrói sua massa de manobra, cultivando o ódio de classe contra a esquerda e o “governo de corrupção” do PT, tornando o mote da corrupção como sendo o “Deus ex machina” da miséria nacional.

IHU On-Line - Qual é a raiz da atual crise política instalada no Brasil?

Giovanni Alves - Temos hoje no país a crise da frente política do neodesenvolvimentismo, explicitada pelas divergências da base governista (PT e PMDB) e pela perda de confiança da burguesia interna mais financeirizada nas ações de governo. O governo Dilma tem uma única preocupação hoje: “soldar” a frente política do neodesenvolvimentismo para

garantir a governabilidade contra uma oposição neoliberal sedenta em destituí-la. Para isso, o governo deve procurar reaproximar-se do PMDB e garantir o ajuste fiscal de viés neoliberal. Enfim, ele busca redimir-se dos “erros” políticos cometidos no primeiro mandato quando desgostou os interesses da burguesia interna financeirizada e procurou articular-se contra o protagonismo do PMDB. O único foco do governo é recompor sua base política, nem que para isso tenha que frustrar seu eleitorado de esquerda (o que pode ser um preço muito alto).

IHU On-Line - Como avalia as manifestações de sexta, 13-03-2015 e as de domingo, 15-03-2015? Que diferenças e semelhanças aponta entre elas?

“

“Temos hoje no país a crise da frente política do neodesenvolvimentismo, explicitada pelas divergências da base governista (PT e PMDB)”

Giovanni Alves - As manifestações dos dias 13 e 15 expõem o grau da luta de classes no país. Por um lado, setores do movimento sindical e popular de esquerda buscando garantir direitos dos trabalhadores e a defesa da Petrobras. Nas manifestações do dia 13/03 não se tratou de defender o governo Dilma, embora poderosas forças ocultas atentem contra este governo, buscando usurpar direitos dos trabalhadores e privatizar a Petrobras. Por outro lado, a massa da “classe média”, organizada nas ruas pelo PIG no dia 15/03 tornou-se a se-

gunda manifestação da direita depois das jornadas de 2013, dessa vez desnudando suas intencionalidades golpistas. A consciência contingente da classe média deformada pelo PIG encontrou no governo Dilma e na corrupção exposta pela Operação Lava Jato, o “bode expiatório” do medo de proletarianização social e das misérias do neodesenvolvimentismo.

IHU On-Line - O senhor considera junho de 2013 uma manifestação de direita?

Giovanni Alves - Está claro que junho de 2013 foi o ensaio geral para o 15 de março de 2015. O PIG encontrou sua “massa de manobra”, a “classe média” inquieta e apavorada pelo empobrecimento, material e espiritual, multidão de “coxinhas” (como dizem os governistas), que descobriu nas ruas um meio para fazer o espetáculo de suas bizarrices. Se em 2013 saíram às ruas os filhos da “classe média”, inquietos e rebeldes (o precariado), em 2015 saíram às ruas seus pais ou mesmo toda família verde-amarela.

IHU On-Line - Então, na sua avaliação não houve razões para as manifestações de domingo?

Giovanni Alves - Há sempre razões – explícitas ou imanentes – para que ocorram movimentos sociais nas ruas. O problema é que as verdadeiras razões da indignação de “classe média” podem ser manipuladas. É preciso decifrá-las. Elas indicam o que tenho salientado – o neodesenvolvimentismo com seu choque de capitalismo e modo de vida “just-in-time” explicitou carecimentos radicais nas classes sociais subalternas – incluindo a “classe média” urbana –, incapazes de serem satisfeitos pela nova ordem burguesa caduca, sendo manipulados pelas forças ocultas da reação de direita organizada, interna e externamente.

IHU On-Line - Mas só esteve nas manifestações a classe média

que menos se beneficiou com o lulismo?

Giovanni Alves - Não apenas – existe uma miséria brasileira que percorre a história deste país que se torna visível para a “classe média” mais bem informada e que se indigna contra o *estado de coisas*. Na verdade, a corrupção da coisa pública é parte orgânica da ordem burguesa no Brasil. O problema é que, ao mesmo tempo que é mais bem educada e informada, a “classe média” é a mais suscetível de manipulação pela direita ideológica e política, direita que oculta, por exemplo, que a corrupção é endêmica no capitalismo. A manipulação intensa e extensa da “classe média” é parte do projeto hegemônico da direita que quer cretinizá-la espiritualmente. A esquerda precisa saber disputar ideologicamente a “classe média”.

IHU On-Line - Os pobres também foram às ruas?

Giovanni Alves - Não. Os pobres assistiram bestificados às duas manifestações. Os pobres – o subproletariado – ainda não entraram em cena.

IHU On-Line - Concorde com a tese de que a Nova República acabou a partir das manifestações de ontem, da crise do governo e da falta de perspectiva em relação aos partidos?

Giovanni Alves - Qual “Nova República”? Não sei o que significa o termo “Nova República” nesta conjuntura. O neodesenvolvimentismo nunca significou uma “Nova República”. As manifestações dos dias 13 e 15 não romperam com a dinâ-

mica social e política da sociedade brasileira.

IHU On-Line - Essas manifestações podem ter algum desdobramento político, no sentido de uma reforma política, por exemplo, como anunciaram os ministros Cardozo e Rossetto, domingo à noite?

Giovanni Alves - A Reforma Política que se desenha hoje no Congresso Nacional é a Reforma Política do PMDB. Portanto, uma Reforma Política mais conservadora que preserva o financiamento privado nas eleições e cria o voto distrital. Enfim, ao invés da democratização da política e da sociedade brasileira, caminhamos para a oligarquização da via institucional, consolidando uma democracia meramente protocolar, com sérios riscos de bloquearmos a via institucional-democrática para as mudanças sociais (como ocorreu no México, por exemplo).

IHU On-Line - Alguns analistas apontam que as manifestações agravam ainda mais a crise no governo, especialmente porque diante da baixa popularidade Dilma perde ainda mais o apoio dos aliados. Nesse sentido, vislumbra rearticulações no Congresso e nas ações do PMDB e do PSDB?

Giovanni Alves - Acredito que o governo Dilma vai agir para recompor aliança com o PMDB e fazer o ajuste fiscal da burguesia. Não existe outra saída factível na ótica do neodesenvolvimentismo. No momento, não interessa para o PMDB – e inclusive para a burguesia – sua destituição, que

interessa apenas à oposição do PSDB-DEM-PPS.

IHU On-Line - Como deve ficar a Política de Valorização do Salário-mínimo e os direitos trabalhistas a partir dos ajustes anunciados?

Giovanni Alves - Provavelmente deve-se manter, mas com corretivos. O governo Dilma sabe que acabar com isso significa romper de vez com sindicatos e centrais sindicais. Enfim, ela deve fazer um “jogo de cintura” para manter tais políticas progressistas, com os devidos corretivos, e, nesse momento, fazer o ajuste fiscal da burguesia.

IHU On-Line - O que vislumbra após as manifestações? Vê alguma saída para essa crise?

Giovanni Alves - A saída vai depender da capacidade do governo em encontrar uma nova maioria política no Congresso Nacional, fazer a economia crescer e retomar as políticas sociais de combate à pobreza, redução das desigualdades sociais e garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Entretanto, existem condições pressupostas para que isso ocorra: resgate da representação popular por meio da verdadeira Reforma política; controle democrático dos meios de comunicação de massa por meio da Reforma da Mídia; e democratização do Poder Judiciário. Além disso, o cenário externo precisa ser favorável – a situação da Europa e inclusive da economia dos EUA está incerta; a China decidiu não mais crescer a taxas espetaculares. Portanto, sair da crise implica ter um cenário externo favorável – o que é deveras improvável.

LEIA MAIS...

- *Ser-mercadoria num momento histórico de crise radical da forma-mercadoria*. Entrevista com Giovanni Alves, publicada na edição 416 da IHU On-Line, 29-04-2013, disponível em <http://bit.ly/116lclD>.
- *A omissão silenciosa e o avanço da precarização trabalhista: as perspectivas do governo Dilma em 2015*. Entrevista especial com Giovanni Alves, publicada no sítio do IHU em 16-12-2014, disponível em <http://bit.ly/1wVoFsS>.

#BRASIL - Análise de Conjuntura

A oligarquia financeira e midiática e o furto da democracia

Luiz Gonzaga Belluzzo analisa a atual conjuntura brasileira e debate como o neoliberalismo se apropriou do Estado

Por Ricardo Machado

De poucas mas contundentes palavras, o professor Luiz Gonzaga Belluzzo é muito direto ao analisar a atual conjuntura econômica e política do Brasil. Tem um jeito calmo de falar, mas é firme nas análises. “O neoliberalismo não é a advocacia da supremacia do mercado, não é a postulação da supremacia do mercado, mas, ao contrário, é a ocupação do lugar do Estado para que se possa governar a partir das regras da concorrência. É a isso que estamos assistindo”, dispara, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**. Para ele, a “exclusão não é mais um fenômeno do capitalismo periférico, mas um fenômeno do capitalismo central, levantando problema para vícios como o desemprego dos jovens, o desemprego estrutural causado pela transformação tecnológica, a resistência daqueles que, na verdade, conseguem ter maior apropriação da riqueza e do poder”, avalia.

“O Estado nacional está sendo devastado pelo despotismo da economia, ou melhor, do despotismo daquilo que se imagina que seja a economia”, descreve Belluzzo. Na opinião do professor, a despeito da ausência de uma tradição democrática mais contundente no Brasil, há uma crise global mais ampla, “onde a democracia não é uma democracia, é uma oligarquia financeira e midiática que manda no mundo”, frisa. Frente a este cenário, o pesquisa-

dor argumenta que há, para além de todas as complexidades, uma espécie de ódio de classe, cujos odiados são os pobres. “Em geral, os mais bem postos, os ricos, não veem as pessoas. Eles começaram a ver. As pessoas começaram a aparecer nos aeroportos, nos supermercados e à medida que elas começaram a aparecer se tornaram repulsivas”, critica.

Luiz Gonzaga Belluzzo é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Economia Industrial pelo Instituto Latino-Americano de Planificação-Cepal e doutor em Economia pela Universidade de Campinas - Unicamp. Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e, atualmente, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. É autor, entre outros, de *O capital e suas metamorfoses* (São Paulo: Unesp, 2013), *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global* (Campinas: Faccamp, 2009) e de *Temporalidade da Riqueza - Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo* (Campinas: Oficinas Gráficas da UNICAMP, 2000). *Depois da Queda* (BELLUZZO, Luiz Gonzaga e ALMEIDA, Júlio Gomes de. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002).

A entrevista foi publicada no site do IHU, dia 21-03-2015, disponível em <http://migre.me/p7iSG>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Frente a atual crise econômica, há alternativas que derivam de uma perspectiva não alinhada ao modo capitalista dominante na atualidade?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Essa é uma questão que exige muita in-

vestigação porque se imaginarmos que houvesse uma alternativa ao capitalismo, devemos considerar autores como Wolfgang Streeck¹

¹ **Wolfgang Streeck** (1946): é um dos mais reputados sociólogos alemães da atualidade, diretor do Max Planck Institut de Colônia,

— ele escreveu um livro chamado *Tempo Comprado - A crise adiada do capitalismo democrático* (Coimbra: Actual, 2013) — ou como István

e autor de uma vasta obra que cruza os domínios da sociologia e da economia. (Nota da **IHU On-Line**)

“

“O neoliberalismo não é a advocacia da supremacia do mercado(...) é a ocupação do lugar do Estado para que se possa governar a partir das regras da concorrência”

Mészáros². Quando o Marx³ falou na superação do capitalismo, ele se referiu a uma transfiguração interna que propõe a superação como uma possibilidade, mas não como um desfecho inevitável. Socialismo ou barbárie, ele proclamou. O que está acontecendo hoje no mundo inteiro revela que a economia capitalista está atormentada cada vez mais por contradições internas que sugerem algumas soluções de ultrapassagem, que não encontram forças sociais e políticas capazes de levar adiante um processo de transformação.

Em sua configuração atual, o capitalismo global parece incapaz de incluir a sociedade em seu movimento. O capitalismo colocou um espartilho na sociedade e empurrou muita gente para fora do

jogo. A exclusão não é mais um fenômeno do capitalismo periférico, mas um fenômeno do capitalismo central, como o desemprego dos jovens, o desemprego estrutural causado pela transformação tecnológica que não encontram solução diante da resistência daqueles que se apropriam das engrenagens da riqueza e do poder. Isso tudo cria um clima muito grave e não pode ser tratado de maneira abstrata. É preciso que se aglutinem as forças sociais capazes de levar adiante esta transformação. Obviamente não se vai reinventar o socialismo soviético, uma experiência histórica desastrosa e cruel, não seria desejável. Então é preciso encontrar um novo caminho, chamado por Marx de democratização radical da sociedade. Não consigo vislumbrar um encadeamento de forças capazes de fazer isso.

Vamos tomar o exemplo da política econômica brasileira, a do ajuste fiscal. O que ela revela?

As forças que elegeram a Dilma são as mais vulneradas pelo ajuste fiscal. A tentativa de se fazer um ajuste fiscal de cima para baixo não vai funcionar porque a presidente não tomou em conta aqueles que a elegeram. É o vezo tecnocrático.

Voltamos ao capitalismo. “Salvar o capitalismo” é uma missão que já foi atribuída a Keynes⁴, o que é

2 **István Mészáros** (Budapeste, 1930): é um filósofo húngaro e está entre os mais importantes intelectuais marxistas da atualidade. Professor emérito da Universidade de Sussex, na Inglaterra, onde ensinou filosofia por 15 anos, anteriormente foi também professor de Filosofia e Ciências Sociais na Universidade de York, durante 4 anos. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos **Cadernos IHU Ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não comunistas. Confira o **Cadernos IHU Ideias** n. 37, *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política*

uma impropriedade, porque ele não queria salvar nada, senão conduzir a sociedade à boa vida, como mostram os biógrafos dele. Estou escrevendo um livro sobre ele chamado “Keynes além da economia”, para mostrar que ele tinha uma visão muito mais profunda e ampla da sociedade do que os economistas tentam fazer crer com o propósito de transformá-lo no idiota dos déficits orçamentários e da política fiscal.

IHU On-Line - O que se pode esperar de uma política econômica sustentada na opinião de agências internacionais de riscos que, meses antes do Lehman Brothers⁵ quebrar, avaliaram o banco com a melhor nota AAA?

Luiz Gonzaga Belluzzo - As ideias dominantes são as ideias da classe dominante. Isso se transformou em um instrumento poderoso de persuasão e não somente as agências de risco, mas também as auditorias, estão sendo avaliadas negativamente, sobretudo as que têm a obrigação de dar transparência às empresas, aos balanços, aos negócios. Ao contrário, elas contribuem para ocultar. As agências de risco são estelionatárias, não têm nenhuma legitimidade, no entanto o que se observa é que os pigmeus ou gigantes do mercado ameaçam com essa redução da nota do Brasil, com a perda do grau de investimento. Isso é uma forma de constranger os países, assim como foi feito no passado de outra maneira, como na Crise de 1930, durante o final do século XIX início do sécu-

econômica de Keynes, de Fernando Ferrari Filho, disponível em <http://bit.ly/ihuid37>. Leia, também, a edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 06-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Lehman Brothers Holdings Inc.**: banco de investimento e provedor de outros serviços financeiros, com atuação global, sediado em Nova Iorque. Era uma empresa global de serviços financeiros que, até declarar concordata em 2008, fez negócios no ramo de investimentos de capital venda em renda fixa, negociação, gestão de investimento. Seu negociante principal era o tesouro americano no mercado de valores mobiliários. (Nota da **IHU On-Line**)

lo XX, feito pelos *Money Doctors*⁶, agora é feito através das agências de risco que são essas auditorias que fazem as maiores falcatruas, mas são consideradas guardiãs da transparência e da moralidade.

O que se tem hoje é uma supremacia exercida também por intermediário dos meios de comunicação, totalmente submetidos a este tipo de perspectiva e isso acaba, por exemplo, na difusão de boatos como os de que a Dilma faria um “sequestro da poupança”. Isso é terrorismo. Não tem pé nem cabeça, é uma coisa criminosa, mas isso é feito de dentro do mercado por um sujeito que se diz funcionário de um banco e as pessoas acreditam. Então vivemos em uma sociedade de massas tecnológica que se comunica através dos *whats apps* da vida, difundindo uma interpretação das coisas do mundo que revela “o medo da verdade”, como dizia o filósofo Theodor Adorno, medo de um certo grupo que envolve os mercados financeiros, a grande imprensa internacional.

IHU On-Line - Trata-se de um complexo sistema biopolítico?

Luiz Gonzaga Belluzzo - É o que o Foucault⁷ explicou em *O nasci-*

6 **Money Doctors**: Eram uma espécie de conselheiros a serviço da dos bancos durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores, como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição

mento da biopolítica (Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008). Isso não é uma questão da supremacia do mercado, mas da forma como se governa. O neoliberalismo não é a advocacia da supremacia do mercado, não é a postulação da supremacia do mercado, mas, ao contrário, é a ocupação do lugar do Estado para que se possa governar a partir das regras da concorrência. É a isso que estamos assistindo. Um sistema, na verdade, ultradiscricionário, com o poder concentrado em poucas instâncias, com uma massa de pessoas manipulada pela opinião dominante. Em um país com as carências culturais gravíssimas como o Brasil tem, essa carência de espírito crítico afeta muito menos os desfavorecidos e muito mais os que se consideram informados e qualificados. Não vou falar cultos porque eles não sabem direito o que isso significa.

IHU On-Line - Após a reunião do Ministro Joaquim Levy com a *Standard and Poors*⁸, na primeira semana de março, ele prometeu “ajustes estruturais”. De que ordem devem ser tais ajustes? Como fica o papel do Estado neste contexto?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Esse é um exemplo claro de que ele (Joaquim Levy⁹) teve que ajo-

203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *História da loucura*⁶ e o *discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Standard & Poor's** (S&P): é uma divisão do grupo McGraw-Hill que publica análises e pesquisas sobre bolsas de valores e títulos. É uma das três maiores companhias nesse segmento, ao lado da Moody's e da Fitch Ratings. Em 2008, meses antes de eclodir a crise financeira mundial, deu nota máxima, AAA, ao Lehman Brothers. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Joaquim Vieira Ferreira Levy** (1961): é um engenheiro e economista brasileiro, atual ministro da Fazenda do Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

elhar no milho para a *Standard and Poors*. Isso é um clássico. Eu comentei dos *Money Doctors*, que eram, na verdade, emissários dos banqueiros ingleses que vinham aqui ensinar os nativos como eles deviam se comportar em relação às políticas econômicas. O Estado nacional está sendo devastado pelo despotismo da economia, ou melhor, pelo despotismo daquilo que se imagina que seja a economia. Eles operam as questões como se fosse um jogo de lego e não levam em conta a resistência das pessoas e entidades sociais, o que causa o desgaste muito grande do governo, porque o Estado se apequenou e não exerce o seu papel de mediador entre as visões e os interesses divergentes, que é sua função na democracia, e acaba servindo de instrumento para as ordens das agências de risco, que são os instrumentos que o mercado usa para “colocar ordem na casa”.

Como defende Dani Rodrik¹⁰, a experiência mostra que o movimento de entrada de capitais frequentemente prejudica os países e os coloca em dificuldades. É isso que acontece sempre no Brasil, nos períodos de bonança e crescimento há a entrada de capitais que depois se transforma em uma ameaça porque a política econômica fica à mercê dos humores deles. Criam-se problemas cambiais, problemas com as taxas de juros, e não há nenhuma liberdade para se fazer a política monetária e fiscal, sem contar as facilidades de sonegar e enviar dinheiro para a Suíça. A questão do Swissleaks¹¹ tem a ver com a globalização fi-

10 **Dani Rodrik** (1957): economista e professor universitário turco. Nascido em Istambul, formou-se no Robert College de sua cidade natal. É professor no Rafiq Hariri de Política Econômica Internacional na Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard, onde leciona no programa de Master de Administração Pública (MPA). De acordo com o IDEAS/RePEc, Rodrik é considerado um dos 100 economistas mais influentes do mundo. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Swiss Leaks ou SwissLeaks**: é uma investigação jornalística de um gigantesco esquema de elisão e evasão fiscal alegadamente operado com o conhecimento e encorajamento do banco multinacional britânico HSBC

nanceira, foi isso que abriu as comportas para que a sonegação e evasão de divisas se tornasse uma prática dos ricos.

Keynes advertiu isso em seus trabalhos preparatórios à conferência de Bretton Woods.¹² Dizia que era preciso ter um controle muito rigoroso dos movimentos de capitais para inibir as instabilidades e as falcatruas fiscais. Por exemplo, há a ameaça de aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, coisa que será feita com muito cuidado, porque se ela subir, os ativos dos países emergentes vão sofrer e isso significa a desvalorização do câmbio, a subida da taxa de juros para conter a saída. Mas, depois do chamado Quantitative Easing, a estrutura de ativos dos bancos americanos está povoada de títulos do governo muito valorizados e a subida imprudente dos juros vai jogar os preços para baixo. Pode ocorrer um crash e a economia americana também vai sofrer.

IHU On-Line - De que forma esta lógica coloca em causa qual é o verdadeiro poder soberano, a democracia ou a economia de mercado?

através de sua subsidiária suíça, o HSBC Private Bank. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Conferência de Bretton Woods: nome com que ficou conhecida a Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods, no estado de New Hampshire, nos EUA, em julho de 1944. Representantes de 44 países participaram da conferência. Nela foi planejada a recuperação do comércio internacional depois da Segunda Guerra Mundial e a expansão do comércio através da concessão de empréstimos e utilização de fundos. Os representantes dos países participantes concordaram em simplificar a transferência de dinheiro entre as nações, de forma a reparar os prejuízos da guerra e prevenir as depressões e o desemprego. Concordaram também em estabilizar as moedas nacionais, de forma que um país sempre soubesse o preço dos bens importados. A Conferência de Bretton Woods traçou os planos de dois organismos das Nações Unidas – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O fundo ajuda a manter constantes as taxas de câmbio, além de socorrer países com crises nas suas reservas cambiais, como no caso do Brasil e da Rússia, em 1998. O banco realiza empréstimos internacionais a longo prazo e dá garantia aos empréstimos feitos através de outros bancos. (Nota da **IHU On-Line**)

Luiz Gonzaga Belluzzo - Eu li o Yanis-Varoufakis¹³, o ministro grego, e quando lhe perguntam sobre o déficit democrático ele solta uma gargalhada. Ele diz: "Déficit democrático? Não se tem democracia". A democracia real supõe que os cidadãos não só elejam como também tenham participação nas decisões diretamente mediante a construção de acordos sociais. Na verdade, estamos vivendo um período, no mundo inteiro, onde a democracia não é uma democracia, é uma oligarquia financeira e midiática que manda no mundo.

IHU On-Line - Do que se trata, exatamente, o princípio da "Santíssima Trindade" da "teologia" dos economistas?

Luiz Gonzaga Belluzzo - A "Santíssima Trindade" é o tripé macroeconômico. A economia transformou-se, como disseram Adorno¹⁴ e Horkheimer¹⁵ na *Dialética do esclarecimento* (Rio de Janeiro: Zahar, 1985), no mito. A economia cria figuras como o tripé que eu comparei à Santíssima Trindade, na realidade a uma espécie de Santíssima Trindade, porque junto com o mistério

13 Yanis Varoufakis (Atenas, 1961): economista, blogger e político grego membro do partido Syriza. É o atual ministro das Finanças do Governo Tsipras desde 2015 e um acérrimo opositor da austeridade. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Theodor Adorno [Theodor Wiesengrund Adorno] (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de ideias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. Sobre Adorno, confira a entrevista concedida pelo filósofo Bruno Pucci à edição 386 da revista **IHU On-Line**, intitulada *Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon386>. A conversa foi motivada pela palestra *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais*, proferida por Pucci dentro da programação do *Ciclo Filosofias da Intersubjetividade*. (Nota da **IHU On-Line**)

15 Max Horkheimer (1895-1973): filósofo e sociólogo alemão, conhecido especialmente como fundador e principal pensador da Escola de Frankfurt e da teoria crítica. (Nota da **IHU On-Line**)

há uma riqueza maior que essa banalidade do tripé. Depois de 1971, quando Friedman¹⁶ advogou a taxa de câmbio flutuante nas economias centrais – ou seja, nas economias que têm moedas conversíveis – ele estava pensando nos interesses dos Estados Unidos. Aliás, o câmbio flutuante só é interessante para países que têm moeda conversível, para os demais as condições são muito menos favoráveis, porque a volatilidade é desastrosa.

As pessoas não sabem direito o que é o sistema monetário. A dificuldade de lidar com isso é muito grande. O problema é que fazem o Brasil lidar com isso como se fosse a Zona do Euro ou a China, que na verdade se precatou contra isso ao acumular 4 bilhões de dólares de reserva e impôs controles de capitais. Já os países ditos emergentes, toda vez que há qualquer incidente cambial, ficam mais vulneráveis e isso afeta as taxas de juros. É isso que eu falei, de que temos uma teologia do tripé, se é que se pode chamar isso de teologia. Eu como fui seminarista dos jesuítas penso que isso é um desrespeito com a teologia.

IHU On-Line - Uma argumentação recorrente, inclusive defendida pelo Ministro da Fazenda, é de que o país precisa cortar gastos e continuar elevando os juros. Mas como resolver esta contraditória equação se o principal gasto do Estado é, justamente, com os juros?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Esse é um ponto importante. Afinal, cortar gastos de quem, cara-pálida? Cortar gastos do seguro desempre-

16 Milton Friedman: nascido em Nova Iorque, em 1912, foi professor da Universidad de Chicago de 1946 a 1976, pesquisador do National Bureau of Economic Research, de 1937 a 1981, e presidente da American Economic Association, em 1967. Friedman é o mais conhecido líder da Escola de Chicago e defensor do livre mercado devido, em parte, a que seus escritos são muito fáceis de ler por qualquer pessoa. Monetarista, se opôs ao keynesianismo no momento de seu máximo apogeu, nos anos 1950 e 1960. Propõe resolver os problemas da inflação limitando o crescimento da oferta monetária a uma taxa constante. Obteve o Prêmio do Banco da Suécia, em Ciências Econômicas, em memória de Alfred Nobel. (Nota da **IHU On-Line**)

go, de alguns incentivos que foram dados às empresas via concorrência externa de desoneração, corta-se o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, etc. Então se vai em cima dos mais frágeis. Esta amarração da política econômica faz com que haja uma transferência brutal de riqueza para os rentistas, que no Brasil são os bancos e os seus clientes ricos. É para eles que transferimos os recursos em dinheiro que são capturados de quem paga impostos, ou seja, dos assalariados, aqueles que compram alguma coisa e têm que pagar os impostos. É preciso ver o que está por trás disso, então se cortam os gatos dos setores mais frágeis, que têm menor resistência. Naturaliza-se isso, porque pagar juros tornou-se algo como a lei da gravidade, ninguém discute esse aspecto da estrutura tributária e da estrutura de gastos. Eles querem cortar o Bolsa Família, é o que gritam os paneleiros aí na rua, pois acham que isso não serve, não é bom, e que eles ganham dinheiro trabalhando, o que é mentira.

IHU On-Line - De que forma a dívida externa brasileira, desde sua aquisição com os militares, impacta na fragilização do setor industrial brasileiro?

Luiz Gonzaga Belluzzo - A dívida externa do governo é baixíssima por causa da acumulação de reservas. Hoje quem está endividado é o setor privado, com R\$ 208 bilhões de dívida de empresas, onde boa parte delas não está protegida. Então se tem uma desvalorização cambial que prejudica gravemente o balanço das empresas, pela desvalorização cambial. O impacto da dívida, do câmbio e dos juros nas empresas é muito grande e isso afeta o nível de atividade, porque em um primeiro momento as empresas vão tentar se proteger, evitar novos investimentos. Isso é uma consequência, comentada há tempo por estudiosos da questão, o chamado descasamento da moeda. Fatura-se em real, mas se deve em dólares.

IHU On-Line - A balança comercial brasileira tem demonstrado,

na média, desde 2003 um pequeno superávit das exportações em relação às importações (em 2014 foi negativa), mas a principal matriz exportadora é de commodities. Como o senhor avalia esses dados?

Luiz Gonzaga Belluzzo - O superávit que se tinha recentemente é o do agronegócio, da exportação de commodities e tem a ver com a subida de preços até 2010. O ciclo de commodities começou em 2003 e foi até 2009. Agora os preços estão caindo, por isso que se começou a apresentar déficit na balança comercial. O déficit da indústria é uma coisa pavorosa, já ultrapassou os R\$ 100 bilhões.

IHU On-Line - Quais os desafios para o país retomar a industrialização e deixar de ser um exportador primário?

Luiz Gonzaga Belluzzo - O Brasil teve uma reprimarização da pauta de exportação ao longo do tempo desde os anos 1990. Essa reprimarização significa que o estímulo à exportação de manufaturas do tempo dos militares foi desmontado ao longo das décadas e, ultimamente, se agravou. Fizemos isso no momento em que a China entrou no cenário competindo, principalmente, em preços. A indústria brasileira sofreu um golpe importante nesses anos todos e recentemente ela está muito enfraquecida. Uma das questões é não permitir mais a variação cambial, que é fundamental, mas não se pode restringir a isso apenas. O Brasil tem a possibilidade de desenvolver uma política industrial embutida nos investimentos do pré-sal e de infraestrutura, assim como a tentativa de criar um elo mais forte entre o desenvolvimento do agronegócio, uma atividade muito avançada tecnicamente e os setores industriais.

IHU On-Line - Tentando compreender a questão política em seu sentido mais amplo a partir da economia, de que maneira a democracia é permanentemente tensionada pelo capitalismo?

Como isso se caracteriza no caso brasileiro?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Eu brinco que a ideia do Estado Democrático de Direito não "pegou" aqui. Há vários movimentos de esforço que acabaram malsucedidos ou não foram concluídos por conta da estrutura social que se tem aqui. Recentemente houve um processo econômico de inclusão, passando por inclusão de conhecimento — foi muita gente para dentro da escola, etc. —, mas isso ainda é uma coisa muito precária. Não temos, na verdade, uma tradição de contribuir à democracia para além de sua simples dimensão econômica. Ela não se sustenta só nisso, é preciso que se tenha a formação de uma cultura democrática. Temos ainda, dentro da sociedade, uma resistência muito grande aos valores democráticos.

A democracia europeia foi fustigada muito tempo pelo capitalismo, mas aqui no Brasil não se consegue fazer avançar, não se consegue dar passagem na sociedade democrática que inclui a transformação do cidadão, que ele seja capaz de compreender melhor sua situação. Não se trata apenas de uma ascensão do cidadão, mas de sua capacidade de compreensão, daquilo que está sendo obnubilado pela mídia, por exemplo. Esse passo é muito complicado e precisamos de uma política deliberada para se fazer isso. Precisamos de um debate amplo para que o cidadão tenha a capacidade por si mesmo de saber qual a importância de sua liberdade e de sua autonomia.

Vou contar uma história. Um amigo, dono de uma empresa, foi cumprimentar o jardineiro que estava com as mãos sujas e o jardineiro não pôde dar as mãos e ele deu um abraço no jardineiro. O empregado ficou absolutamente surpreso porque disse que nunca havia sido tratado dessa maneira. Esse episódio revela muito mais do que um abraço, isso é o Brasil.

IHU On-Line - O senhor considera que há um ódio de classe no Brasil?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Isso é uma dimensão do que acabei de relatar. Em geral, os mais bem postos, os ricos, não veem as pessoas. Eles começaram a ver. As pessoas começaram a aparecer nos aeroportos, nos supermercados e à medida que elas começaram a aparecer se tornaram repulsivas, “eles não são o que nós somos”, ou seja, não conseguem reconhecer o outro, a alteridade. Eles não são nossos semelhantes, aí está a origem dessa coisa toda, o resto é tudo conversa mole – da Dilma ao ajuste fiscal. Eles (os ricos) perderam a eleição e durante o pleito vimos como se portaram não reconhecendo o outro, que mora no mesmo espaço jurídico-político deles. No Brasil essa é que é a barreira fundamental. Eu sempre digo que não houve liberalismo político aqui. Marx reconheceu que isso era uma invenção fantástica da ascensão burguesa e por isso queria a democracia radical.

IHU On-Line - Como a crise da economia reflete a crise do humanismo evidenciada em nossas sociedades?

Luiz Gonzaga Belluzzo - A crise da economia que estamos vivendo agora e os remédios que estamos tentando administrar para debelar a crise é expressão mais escancarada desta desumanização que estamos observando. É a desumanização dos diferentes. Alguém teve a ideia de fazer um “dia do orgulho hétero”, por que isso? Será que o cara não percebe? Eu tenho algumas reservas às políticas de gênero, raça, credo. Na minha opinião elas devem ser universais, dirigida a todos, independente de raça, credo, etc., mas por que alguém vai criar um “dia do orgulho hétero”? Afinal de contas, são os gays e as mulheres que são assassinados. O momento exige um status especial às mulhe-

res para que não sejam agredidas, temos que caminhar na direção da universalidade, na tentativa de minorar as diferenças. Só que no Brasil as forças sociais que mandam no país tratam de acentuar as diferenças.

IHU On-Line - Que Brasil teremos nos próximos quatro anos?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Temos dificuldade de saber o que vai acontecer na próxima semana. A única coisa que eu posso fazer é uma aposta, uma aposta na estabilidade institucional, seria um horror se nós tivéssemos um golpe. Aposto na luta democrática pelo Estado de Direito para avançar no debate democrático como sugeriu Keynes, um economista que eu admiro. Era um aristocrata, mas queria que o homem se livrasse das garras da economia.

LEIA MAIS...

- *A pulsão de vida do capitalismo é sua pulsão de morte: a acumulação.* Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada na edição 449 da **IHU On-Line**, 04-08-2014, disponível em <http://bit.ly/1kGZp43>.
- *‘Desembrulhar o pacote de 2015 não vai ser fácil’.* Artigo de Luiz Gonzaga Belluzzo, publicado no sítio do IHU em 23-04-2014, disponível em <http://bit.ly/1qKO94B>.
- *A alegria do Evangelho.* Artigo de Luiz Gonzaga Belluzzo, publicado no sítio do IHU em 03-12-2013, disponível em <http://bit.ly/Wkc2qL>.
- *“Precisa ser muito ruim para errar no Brasil”.* Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada na edição 356 da **IHU On-Line**, 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/1liSo43>.
- *O momento neoliberal do capitalismo terminou. Qual será o novo momento?* Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada no sítio do IHU em 23-05-2010, disponível em <http://bit.ly/1wAgah6>.
- *“Será difícil que o padrão que prevaleceu até hoje possa sobreviver”.* Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada na edição 276 da **IHU On-Line**, 06-10-2008, disponível em <http://bit.ly/1ml0nWP>.
- *“Nós não temos uma definição exata nem da profundidade nem da extensão da crise”.* Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada no sítio do IHU em 02-03-2008, disponível em <http://bit.ly/1qKPjNt>.
- *“Nós fomos ultrapassados pelos outros, o que não quer dizer que isso seja um fenômeno insuperável”.* Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada na edição 218 da **IHU On-Line**, 07-05-2007, disponível em <http://bit.ly/1p0hvMW>.

#BRASIL - Análise de Conjuntura

O cinismo da argumentação econômico-financeirista

Para o professor Ladislau Dowbor vivemos um momento dramático em que as soluções às crises afetam as populações mais pobres

Por Ricardo Machado

Ao focar os desequilíbrios e contradições das soluções financeiristas para a atual crise econômica, o professor Ladislau Dowbor argumenta que atingir os grandes eixos de despesa do Estado só agrava a situação das populações mais miseráveis. “O Estado tem um papel de redistribuição dos recursos e da redução das desigualdades, então quando se reduzem os gastos apenas do lado do governo, se está, em grande parte, atingindo os recursos que dizem respeito à parte mais pobre da sociedade”, sustenta, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**. “É natural que a ideia de restringir as reformas ao reajuste fiscal seja amplamente apoiada pelas elites”, complementa.

Em seu sentido mais amplo, a crise que vivenciamos é uma crise do humanismo, como atesta Dowbor. “O momento é dramático porque está todo mundo querendo consumir mais. Toda a mídia, todo o sistema de informação que é financiado por empresas produtoras quer que a gente consuma mais. Esse negócio está, simplesmente, gerando um efeito catastrófico: temos o aquecimento global, a liquidação da cobertura florestal do planeta, a liquidação dos mares, e por aí vai”, explica. “Nós temos uma área de miséria, baseada nos 4 bilhões da base da pirâmide

social, quase dois terços da população, chamada ‘educadamente’ pelo Banco Mundial como ‘as pessoas que não têm acesso aos benefícios da globalização’, são os pobres do planeta”, sustenta.

Há contradições prementes na sociedade brasileira, como o fato de existir televisão em mais de 97% dos domicílios, mas não ter saneamento básico em 40%. Ocorre que, na opinião do pesquisador, testemunhamos, atualmente, um novo tipo de pobre. “Nós temos uma pressão imensa do que se convencionou chamar de ‘elite’, mas é uma elite extremamente retrógrada reagindo de maneira visceral, muito mais com o fígado que com a cabeça, ao fato que os pobres estão levantando a cabeça, estão frequentando aeroportos, estão começando a participar da vida social. Então a parte das elites e grande parte da classe média alta acha isso escandaloso”, provoca.

Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e da Universidade Metodista de São Paulo - UMESP. Além disso, é consultor de diversas agências das Nações Unidas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Para compreendermos melhor a questão de fundo da economia brasileira, gostaria que o senhor explicasse as diferenças entre “reajuste financeiro” e “reajuste fiscal”...

Ladislau Dowbor - O ciclo de recursos monetários e financeiros na economia é basicamente o mesmo.

Quando falamos em reajuste fiscal a tendência é focar nos desequilíbrios das contas de governo. Quando falamos em ajustes financeiros engloba o ajuste fiscal, mas é mais amplo. A parte da fiscalidade, que se cobra via imposto e que se orça para os gastos, verifica o equilíbrio do montante para as contas públicas. Já o equilíbrio financeiro

vai incluir as dinâmicas de toda a movimentação privada de recursos através dos bancos, dos crediários, por meio dos sistemas privados, ou seja, o conceito é mais amplo.

IHU On-Line - De que forma o reajuste fiscal está mais alinhado à perspectiva política do que à econômica?

“

“Quando se reduzem os gastos apenas do lado do governo, se está, em grande parte, atingindo os recursos que dizem respeito à parte mais pobre da sociedade”

Ladislau Dowbor - Quando se focam os desequilíbrios na conta pública e entra uma visão política de que o Estado é quem deve reduzir os seus gastos, isso vai atingir os grandes eixos de despesa do Estado que são, em particular, as áreas sociais como saúde e educação; vai atingir as infraestruturas; e vai atingir as áreas de transferência de recursos dos diversos setores sociais que podem ser tanto a previdência quanto o Bolsa Família, além dos diversos programas deste tipo. O Estado tem um papel de redistribuição dos recursos e da redução das desigualdades, então quando se reduzem os gastos apenas do lado do governo, se está, em grande parte, atingindo os recursos que dizem respeito à parte mais pobre da sociedade. É natural que a ideia de restringir as reformas ao reajuste fiscal seja amplamente apoiada pelas elites.

IHU On-Line - Uma das alternativas à questão econômica apresentada pelo atual governo, por meio do Ministério da Fazenda, é de que é preciso cortar gastos e continuar elevando os juros. Mas como resolver a contradição posta nesta solução? Que setores são beneficiados por essa dinâmica e quais são os mais prejudicados?

Ladislau Dowbor - Quando se fala em cortar gastos, um certo reajuste fiscal pode ser até interessante na medida em que ele conduza a um certo enxugamento da máquina (estatal) e a uma busca de maior eficiência do uso dos recursos. Fazer isso periodicamente nos governos e nos países, em si, não é mal, mas não reduzindo estruturalmente a partici-

pação do governo na sociedade. Quanto aos juros, há uma confusão que é feita por praticamente todos os meios de comunicação. Há, por um lado, uma taxa sobre a dívida pública que agora é de 12,75%. Há outra, ao tomador final (os consumidores), que pagamos no crediário, no cartão de crédito, nos bancos, para a pessoa física e jurídica e sobre estas devemos pensar separadamente. Essa parte dos juros deve ser dividida em separado.

Os juros que consistem na Taxa Selic, os juros sobre a dívida pública, são basicamente a taxa que o governo vai pegar dos nossos impostos para transferir os juros para quem aplica na dívida pública, essencialmente os bancos, o mercado financeiro, os intermediários. Isto é, quando eu tenho minha poupança, o banco pega o meu dinheiro e vai aplicar em títulos da dívida pública que vão pagar a 12,75% e somente o banco vai receber esses juros. É uma transferência de dinheiro público para os bancos. A grande justificativa é que isso é necessário para combater a inflação. É um argumento falacioso, porque esse juro não é utilizado no comércio, nas empresas e coisas do gênero. Na verdade é uma pressão dos grandes intermediários financeiros para que o governo transfira mais dinheiro de nossos impostos para os bancos. Isso não contempla só os bancos, mas também diversos grupos de seguradoras.

Quando observamos as variações dos juros sobre a dívida pública – a Taxa Selic era de 7,5% – é por pressão dos bancos que querem voltar a

ter estas transferências do governo sem precisar produzir. É uma pressão essencialmente política e a inflação é utilizada como argumento de justificação. Portanto, “não” se estariam aumentando os juros sobre a dívida pública para engordar os bancos, mas sim para proteger os bancos; no Brasil tudo se faz para as elites e não para o bem-estar da população. Por outro lado, ao observarmos a taxa de juros da Selic, percebemos que não houve mudança na taxa de juros comerciais, que são absolutamente escorchantes. Na realidade não se está modificando a dinâmica da inflação.

IHU On-Line - Como a capacidade de compra da maior parte da população foi “drenada” pelos bancos e de que forma isso impacta no processo de redistribuição de renda e crescimento do país?

Ladislau Dowbor - Na última década foi feito um imenso esforço de trazer para dentro do mercado cerca de 40 milhões de pessoas, foram gerados cerca de 20 milhões de empregos formais e tivemos um avanço imenso. Por exemplo, em 1991 a expectativa de vida do brasileiro era de 65 anos e, atualmente, é de 75 anos. Nas duas últimas décadas o brasileiro passou a viver em média dez anos a mais, isto é, ele tem dez anos a mais para reclamar. Há avanços significativos na interiorização do desenvolvimento. Em 1991, 85% dos municípios brasileiros – existem 5.575 cidades – estavam em termos de Indicador de Desenvolvimento Humano - IDH em um nível muito baixo, abaixo de 0.50. Em 2010, apenas 32 municípios, portanto, 0,6%, estavam nesse nível catastrófico. Fazendo uma relação desses avanços com a capacidade de compra da sociedade, gerou um momento de forte avanço do sistema econômico. O sistema financeiro, por sua vez, com suas diversas ferramentas, se adaptou rapidamente e começou a sugar esses recursos que aumentaram na base da sociedade.

Por exemplo, as pessoas que veem a oportunidade de comprar uma geladeira obviamente têm dificuldades de pagar à vista, então vai ter um crediário que vai apresentar ao cliente uma prestação que cabe no bolso, sabendo que de modo geral as pessoas não têm ideia do cálculo financeiro e o do imposto. A Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contábeis - Anefac apresenta uma média de juros dos artigos do comércio de 104%. A pessoa vai comprar sua geladeira ou seu fogão, que são bens de necessidade básica, mas paga o dobro do que outra pessoa que paga à vista. Então na realidade se está drenando a capacidade de compra, pois como se paga o dobro, no âmbito geral, a pessoa somente poderá gastar a metade de seu rendimento, porque se endivida muito, mas não compra muito; se diz que a prestação cabe no bolso, mas tem que caber no bolso durante 24 meses.

Agora somamos o que as pessoas compram com cartão. O que se paga no cartão a crédito, em geral, os bancos vão reter 5% do valor das compras, no débito é cerca de 2% a 3%. De qualquer forma, sempre que se comprar com o cartão os bancos vão drenar entre 2% e 5% do valor da compra. Se somarmos toda a massa de compras com cartão que a população faz dá uma conta gigantesca de recursos. Para exemplificar, sobre todas as movimentações em que incidia a antiga CPMF¹, que na época era de 0,31%, eram gerados, segundo a revista *Veja*, R\$ 40 bilhões por ano. Atualmente, somente no cartão, sem entrar no rotativo, já se está pagando um valor, pois a loja recebe dos bancos com os 5% já descontados. Então imagine a compra sobre a base daquilo que fica no rotativo, ou seja, quando as pessoas não têm dinheiro suficiente para pagar no cartão. No meu caso, a PUC me

paga pelo Santander cujo rotativo é de 633,21%. Isto é, uma coisa absolutamente abominável, um suicídio financeiro, mas isso é tratado como uma coisa normal.

É interessante fazer uma comparação. Fui ver o Media Markt², uma rede europeia parecida com as Casas Bahia, ou esses outros similares, e eles cobram 1,05% ao mês. Assim uma compra de R\$ 600 em 18 meses vai resultar, ao final, em um gasto de R\$ 699. Eu fiz um estudo em uma loja de Joinville, em Santa Catarina, de uma televisão de R\$ 690 e o custo final dela será de mais de R\$ 1,4 mil. Então se somar os crediários, o cartão de crédito simples pagando na modalidade de crédito e os rotativos, a população tem a capacidade de compra sugada pelos intermediários financeiros, que não produzem nada.

Ainda tem a modalidade de crédito para a pessoa física. O governo criou um sistema de crédito consignado com a modalidade de juros entre 25% e 30%, o que é escorchante. Esse tipo de crédito, na Europa, está na faixa de 4% a 5% ao ano. No geral a pessoa física que vai pedir um crédito no banco vai pagar cerca de 100%. Portanto, a metade da capacidade de compra vai para o banco. O crédito à pessoa jurídica, que está na base de 40% a 50%, torna inviável criar uma empresa e pagar esse tipo de juro. O resultado que se tem com esses diversos elementos é, de um lado, a redução drástica da capacidade de compra da população e, com isso, o efeito de dinamização da economia, através da compra, esfria; de outra parte, isso impacta o empresário produtor que está recebendo muito pouco por seu produto, porque o grosso do lucro está sendo sugado pelo intermediário financeiro. Se o produtor recebe pouco e a população está perdendo a possibilidade de compra pelo grau de endividamento, há um du-

plo esfriamento da economia seja pela capacidade de investimento por meio da produção, seja pela capacidade de compra do cidadão.

Como a Taxa Selic é extremamente elevada e o governo cede para o intermediário financeiro cerca de R\$ 250 bilhões a R\$ 300 bilhões dos nossos impostos, em vez de aplicar isso em infraestrutura, saúde, educação e semelhantes, há um esfriamento da economia por parte da capacidade de investimento do Estado. Chamo isso de "Triângulo das Bermudas" porque você está travando a demanda, os investimentos e as políticas sociais do governo. Na realidade o exercício que eu fiz — é o mesmo que fiz para muitos países das Nações Unidas — é o do ciclo financeiro completo. Então, para fechar esse circuito analisamos os intermediários financeiros, que se enchem de dinheiro tanto pela taxa Selic quanto pelas diversas modalidades de crédito, e percebemos que eles não só não reaplicam esse dinheiro na economia como jogam o dinheiro para fora em paraísos fiscais e, portanto, deixam de pagar impostos.

Se o banco pegasse nossas finanças e aplicasse em uma empresa que fabrica sapatos seria ótimo. Vai gerar lucro para o empresário, parte desse lucro ele vai devolver com o pagamento dos juros e o sistema circula de maneira adequada. O problema é que aqui se formou um cartel de bancos que trava o efeito dinamizador dos nossos recursos que coloca a economia em funcionamento e não há economia que sobreviva a um sistema como este.

IHU On-Line - Por que, apesar de institucionalmente o Estado afirmar que tem uma política tributária progressiva, na prática ela se torna regressiva? De que forma essa dinâmica corrobora a tese de Piketty³ sobre a desi-

¹ **CPMF:** Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) foi um tributo brasileiro. Sua esfera de aplicação foi federal e vigorou de 1997 a 2007. Sua última alíquota foi de 0,38%. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Media Markt:** é uma cadeia alemã de lojas que vendem produtos eletrônicos de consumo com inúmeras filiais em toda a Europa e Ásia. É a maior varejista de eletrônicos de consumo da Europa e a segunda maior do mundo depois da varejista americana Best Buy. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Thomas Piketty** (1971): economista francês, concentra seus estudos no acúmulo e desigualdade de renda. É diretor de pesquisas da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e professor da Escola de Economia de Paris. Seu livro best-seller, *O*

gualdade, desta vez com dados do Brasil?

Ladislau Dowbor - O paralelo com o Piketty é interessante porque ele mostra, nos estados em que ele analisa, particularmente os Estados Unidos e os países desenvolvidos, que as grandes fortunas estão se formando por aplicações financeiras e funcionam sem estímulo ao desenvolvimento. Piketty mostra a desigualdade, sobretudo no 0,1% das gigantescas fortunas que se formam.

Nós tivemos agora, em Davos, no Fórum Econômico Mundial, o estudo da Universidade de Oxford mostrando que no planeta 85 famílias têm mais patrimônio acumulado que a metade mais pobre da população mundial, ou seja, 3,5 bilhões de pessoas. Essa concentração de renda e patrimônio em nível planetário tem sua representação no Brasil. Essa diferença vem de onde? Esse dinheiro tem que ser tirado do bolso de milhões de pessoas que estão pagando no cartão de crédito, no crediário, nas diversas formas de dívida.

O que Piketty estava mostrando nos seus estudos é como isso tem impacto nos países em desenvolvimento. Um banco como o Santander, um gigante mundial, 25% a 30% dos seus lucros ele tira do Brasil. Na realidade, nós pagamos o desenvolvimento do sistema financeiro internacional. Há um conjunto de estudos que se desenvolveram em nível mundial, por exemplo, Tax Justice Network⁴, nos Estados Unidos; os estudos sobre as transferências ilegais, chamado Global Financial Integrity⁵.

Capital no Século XXI, enfatiza as questões do acúmulo de renda nos últimos 250 anos, e argumenta que o acúmulo de capital cresce mais rápido que a economia, o que gera desigualdade. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Tax Justice Network**: é uma rede internacional independente lançada em 2003. Dedicada à investigação de alto nível, análise e defesa de direitos no domínio dos aspectos internacionais de regulação financeira e fiscal internacional. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Global Financial Integrity - GFI**: é uma organização sem fins lucrativos, de investigação e de assessoria, sediada em Washington, EUA, que produz análises de fluxos financeiros ilícitos e presta serviços a países

No caso brasileiro cerca de R\$ 7 bilhões são transferidos ilegalmente através de um mecanismo chamado de *missing voicing*, que é fraude sobre fatura, onde se sobrefatura ou subfatura as ações internacionais para fazer transferência para fora do país. Se alguém

“O momento é dramático porque está todo mundo querendo consumir mais”

transfere para fora do país R\$ 100 milhões e o Produto Interno Bruto - PIB do Brasil é de R\$ 5 bilhões, cerca de 2% da riqueza que deveria somar à economia interna são transferidos para o exterior. Nosso crescimento já estaria, por exemplo, em torno dos 3%.

Há outros mecanismos que, com a crise financeira mundial, também estão sendo estudados para outros continentes. O Kofi Annan⁶, que foi secretário geral da Organização das Nações Unidas - ONU considera que esse sistema de *missing voicing* puxa da renda da África do Sul cerca de 40 milhões de dólares por ano. De certa maneira, o exercício que eu fiz é a dimensão brasileira de um serviço de financeirização nacional que drena os recursos da parte mais pobre da população e fica difícil para os empresários investirem naquilo que chamamos de economia real, o que significa dificuldade de aumentar os salários

em desenvolvimento sobre soluções políticas eficazes, buscando a transparência do sistema financeiro internacional. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Kofi Annan (1938): diplomata de Gana. Começou a trabalhar nas Nações Unidas ao ingressar em 1962 na **Organização Mundial da Saúde**. Ao longo dos anos exerceu diferentes funções na ONU até chegar ao posto de secretário-geral em 1º de janeiro de 1997. Em 2001, foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz. (Nota da IHU On-Line)

e que gera a redução da pulsão da economia produtiva por meio da drenagem do capital financeiro.

IHU On-Line - O capitalismo financeirista ficou velho demais para nossas sociedades tecnocientíficas? Que alternativas poderíamos vislumbrar em um novo horizonte?

Ladislau Dowbor - Quando observamos o que acontece em diversos lugares, há coisas interessantes. Por exemplo, a Alemanha se protegeu razoavelmente, apesar das dificuldades, e o crescimento deles foi praticamente zero ano passado, pelo fato de que as poupanças não estão alocadas em bancos, mas em caixas municipais de poupança e isso vai financiar pequenos investimentos locais, que geram emprego e rendimento à população da região. Na Polônia, que segundo o *The Economist* foi o país que melhor escapou da crise financeira mundial, existem cerca de 472 bancos cooperativos. Então não se drena a capacidade econômica, senão, usa-se o dinheiro das pessoas para desenvolver projetos produtivos para as diversas regiões. O desafio principal é que os nossos recursos que estão sendo drenados para a financeirização voltem para o sistema produtivo, voltem a pagar os impostos para pagar as políticas sociais de modo que as gerações futuras possam se desenvolver.

IHU On-Line - Estamos sempre à beira de uma “crise financeira mundial”, em que os Estados devem sempre manter a austeridade para “salvar” a economia. Que lições a Islândia tem a oferecer para o mundo? Como o senhor avalia a realização de um plebiscito no Brasil sobre a dívida pública?

Ladislau Dowbor - Há uma série de alternativas. Nos Estados Unidos há o trabalho da senadora Hazel Henderson⁷ nas propostas de

⁷ **Hazel Henderson** (1933): economista britânica. Seu trabalho pode ser conferido na página www.hazelhenderson.com. Dos

expansão dos bancos públicos. Há a opção da Islândia que foi nacionalizar os bancos para gerar controle sobre os sistemas especulativos. Há iniciativas de se criar um sistema entre as nações de comunicação de evasão para enfrentar os paraísos fiscais e enfrentar o tipo de organização surrealista que se vê através do HSBC. Este banco, em suas contas suíças, ajuda a fazer evasão fiscal e só de brasileiros são aproximadamente 8.600 contas de fortunas catalogadas nesses dados que saíram agora. Há uma dimensão de alternativas em determinadas nações de travar o sistema especulativo e há as iniciativas internacionais de obrigar os grandes grupos financeiros a informar sobre os fluxos; além disso, nesses principais centros de regulação, promover um avanço de se criar um arcabouço jurídico, que nos Estados Unidos se chama Lei Dodd-Frank⁸, mas que está sofrendo imensa resistência por parte dos grupos financeiros. Está se tentando uma regulação semelhante na Europa, pelo Banco Central Europeu.

Eu acrescentaria um quarto eixo que é interessante. Em inúmeros lugares as pessoas estão saindo dos bancos. Por exemplo, nos Estados Unidos há um sistema *peer-to-peer* em que as pessoas repassam recursos diretamente a quem preci-

seus vários livros, foram publicados no Brasil *Transcendendo a Economia* (São Paulo: Cultrix, 1991), *Construindo um mundo onde todos ganhem* (São Paulo: Cultrix, 1996) e *Além da globalização: modelando uma economia global sustentável* (São Paulo: Cultrix, 1999). Confira as entrevistas que concedeu à **IHU On-Line**: “O capitalismo está evoluindo rumo a níveis mais elevados de consciência em decorrência do colapso de seu maluco cassino global”, disponível em <http://bit.ly/KXLdxB>; “Não podemos ignorar nossas realizações cooperativas e seus heróis e heroínas”, na **IHU On-Line** nº 141, de 16-05-2005, e Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades, artigo publicado nos **Cadernos IHU Ideias** nº 56, disponível em <http://bit.ly/NzuiTb>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Lei Dodd-Frank**: legislação dos Estados Unidos que implementa algumas reformas e regulações à indústria financeira, principalmente no que tange à transparência e proteção ao consumidor. Foi sancionada em 21 de julho de 2010, depois de quase um ano de audiências no Congresso. (Nota da **IHU On-Line**)

sa um empréstimo sem passar por nenhum banco, trata-se de uma desintermediação do sistema financeiro. Se pegarmos o Banco Palmas⁹, em Fortaleza, eles criaram a própria moeda e pegaram o Banco Comunitário de Desenvolvimento que ajuda a financiar os pequenos projetos sem pagar os juros escorchantes do cartão de crédito e coisas do gênero.

Atualmente uma pesquisa da Universidade de São Paulo - USP mostrou a existência de 103 bancos comunitários no Brasil e temos algumas dezenas de municípios que já imprimem moeda própria e facilitam o desenvolvimento local. Em Imperatriz, no Maranhão, 90% do que se encontra nas prateleiras do mercado vêm do Sudeste. Isso é um absurdo, pois faz os produtos viajarem por quase dois mil quilômetros gastando estradas, gastando diesel, gastando caminhão, em vez de estimular a produção local e o autoconsumo, que gera emprego, gera produção mais barata, gera produtos sem tantos conservantes, etc. Então, na realidade, todo o sistema de especulação financeira tem de voltar a ser um sistema que ajude a desenvolver a economia real e não a aumentar fortunas privadas de grandes magnatas das finanças.

No Brasil, os bancos chamam de “investimento” o que é aplicação financeira. Nos Estados Unidos não existe a palavra de aplicação financeira, eles chamam tudo de *investment*. Essa distinção é muito importante para termos mais pessoas entendendo o processo. Outra dinâmica que dificulta o entendimento é que no Brasil, para confundir, os grandes grupos apresentam o juro mensal. Isso é treta, porque o juro tem que ser calculado ao ano, porque as pessoas pensam que um juro mensal de 2% é menos se comparado ao

⁹ **Banco Palmas**: trata-se de um banco comunitário brasileiro, conhecido formalmente como um “banco comunitário de desenvolvimento” ou BCD, fundado em 1998 no Conjunto Palmeira, um bairro de 32 mil habitantes localizado na periferia de Fortaleza, Ceará. Opera sob o princípio da economia solidária. (Nota da **IHU On-Line**)

juro anual de 6%, que é três vezes maior, mas não é. Eu tive um aluno que trabalhava nessas redes e ele dizia “professor, aqui (no Brasil), vender a prazo é muito fácil, pois ninguém entende de matemática financeira”. Quando se apresenta um juro de 2% a uma pessoa, ela pensa “isso é uma merreca, uma bobagem”, mas não é. O fato de apresentar juros ao mês é uma coisa escandalosa, porque tira a capacidade das pessoas de entenderem que tipo de negócio está sendo feito. Se colocam na negociação “você vai pagar 100% de juros” a pessoa entende que a metade do investimento que é feito vai para o intermediário financeiro e a outra metade é para comprar o produto.

A Akatu¹⁰ teve uma iniciativa interessante criando e publicando uma cartilha em defesa dos consumidores que querem comprar legitimamente sua geladeira ou equipamentos eletrodomésticos básicos. Isso ocorreu, sobretudo, porque os intermediários financeiros descobriram esse dinheiro picado e distribuído entre milhões de pessoas e o sistema financeiro de juros permite a eles sugarem e com isso esterilizarem o imenso esforço de distribuição de renda feito no país.

IHU On-Line - Em que medida a crise civilizacional que vivenciamos não pode ser reduzida às questões política e econômica? Estamos diante de uma crise do humanismo?

Ladislau Dowbor - Esse é uma dimensão mais ampla. Ela se conecta com a primeira, mas na verdade é mais complexa. Nós temos 7,2 bilhões de habitantes. Só para as pessoas entenderem o que isso significa, pensemos quando nasceu o meu pai, em 1900, éramos 1,5 bilhão, atualmente somos 7,2 bilhões, repito. O aumento é dramático, está todo mundo querendo consumir mais. Toda a mídia,

¹⁰ **Akatu**: o Instituto Akatu é uma organização não governamental sem fins lucrativos que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o consumo consciente. (Nota da **IHU On-Line**)

todo o sistema de informação que é financiado por empresas produtoras quer que a gente consuma mais. Esse negócio está, simplesmente, gerando um efeito catastrófico: temos o aquecimento global, a liquidação da cobertura florestal do planeta, a liquidação dos mares, e por aí vai. O WWF¹¹ publicou há dois meses um relatório sobre a destruição da vida dos vertebrados no planeta. Nós perdemos, entre 1970 e 2010, 52% da vida de vertebrados do planeta. Ou seja, nós estamos destruindo a vida em um ritmo absolutamente avassalador. Isso é irrefutável, os dados estão aí.

De um lado estamos destruindo o planeta em função da ganância de grupos que querem ganhar cada vez mais e mais; os americanos dizem “*greed is good*”, “a ganância é boa”. O segundo elemento dessa crise civilizacional é que estão deixando o planeta para aproximadamente um terço da população mundial, que são os grandes privilegiados, sobretudo o 1% que está no topo da pirâmide, ilustrada nas 85 famílias que têm um patrimônio acumulado maior que o da metade da população. Isso tem efeitos práticos, como o 1,3 bilhão de pessoas sem acesso à luz elétrica; pense que todas as crianças nessas casas não podem estudar decentemente, não têm acesso à informática e aos sistemas modernos. Está se preparando uma nova geração de desigualdade. Há 2 bilhões de pessoas que não têm acesso à água limpa e sabemos que a água contaminada é o principal vetor de doenças, o que gera mais gastos. Temos, segundo o Banco Mundial, 1,3 bilhão de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólar por dia. Nós temos uma área

de miséria, baseada nos 4 bilhões da base da pirâmide social, quase dois terços da população, chamada “educadamente” pelo Banco Mundial como “as pessoas que não têm acesso aos benefícios da globalização”, são os pobres do planeta.

“*Nós temos uma pressão imensa do que se convencionou chamar de ‘elite’ (...) ao fato que os pobres estão levantando a cabeça*”

Esse lado social está implodindo o planeta de outra forma. As explosões não são só nos países árabes, há movimentos de marginalizados por toda a parte, porque vivenciamos uma situação muito espantosa. Encontraremos, por exemplo, dados de que há televisão em 97% dos domicílios brasileiros, mas, no caso do saneamento básico, temos cerca de 40% das residências sem esse serviço. O problema é que as pessoas sabem, por meio da televisão, que podem ter direito à educação decente para os filhos, a uma saúde decente, isto é, não são mais pobres como antigamente de cabeça baixa e analfabetos completos. As pessoas agora querem exigir seus direitos. Então se esse planeta, pela parte das elites, não acordar e começar a realmente utilizar o volume gigantesco de recursos parados em paraísos fiscais ou nos sistemas especulativos e reinventar isso para financiar o desenvolvimento efetivo dos países para reforçar a inclusão produtiva, o desenvolvimento vai para o brejo.

IHU On-Line - Que Brasil teremos nos próximos quatro anos?

Ladislau Dowbor - Nós temos uma pressão imensa do que se convencionou chamar de “elite”, mas é uma elite extremamente retrógrada reagindo de maneira visceral, muito mais com o fígado que com a cabeça ao fato que os pobres estão levantando a cabeça, frequentando aeroportos, estão começando a participar da vida social. Então a parte das elites e grande parte da classe média alta acha isso escandaloso. Esse tipo de reação emocional não é só aqui, em 1964 vimos as madames que saíram na “Marcha da família com Deus” e coisas do gênero. Vimos as tentativas que foram feitas na véspera do suicídio de Vargas¹² tentando uma dinâmica de que tudo é corrupto e que temos que derrubar o Vargas. Nós temos hoje uma elite política golpista, na minha compreensão, que quer um certo retrocesso. Quando olhamos

12 Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio Vargas, o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão – 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Em paralelo ao evento, foi organizada a exposição *Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios* no Espaço Cultural do IHU. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão – 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o **IHU Ideias Getúlio, 50 anos depois**. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU Ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuid30>. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. Recentemente a **IHU On-Line** publicou o *Dossiê Vargas*, por ocasião dos 60 anos da morte do ex-presidente, disponível em <http://bit.ly/1naoZMX>. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **WWF**: inicialmente World Wildlife Fund, e depois World Wide Fund for Nature, é uma das mais conhecidas ONGs ambientalistas do planeta, tendo iniciado suas atividades em 1961, por iniciativa de um grupo de cientistas da Suíça preocupados com a devastação da natureza. A partir da sede na Suíça a entidade se tornou uma rede mundial de defesa do meio-ambiente, com representações nos principais países do mundo. A rede é apoiada por pessoas de origens diferentes, preocupadas com o mesmo objetivo: garantir a preservação do planeta. (Nota da **IHU On-Line**)

as manifestações de Junho de 2013 percebemos ali, misturado, gente que quer fazer pressão política por mudança só que com sinais contraditórios, onde tem uma parte, a da direita, querendo garantir seus privilégios, mas também há pessoas que, legitimamente, estão dizendo que devemos ir muito mais além, mais Prouni¹³, mais extensão dos sistemas de formação profissional, mais investimento social, mais tecnologia para a agricultura familiar e por aí vai. Na verdade eu me colocaria na posição de quem quer que o Brasil volte a avançar.

O problema é que a pressão por parte do sistema financeiro trava o desenvolvimento. Então vejamos, a Europa baixou a cabeça, transferiu trilhões de dólares para os bancos, assim como os Estados Unidos fizeram para salvar seus bancos. O desafio é muito grande, mas essencialmente político, de uma classe conservadora de privilegiados que

13 **ProUni**: o Programa Universidade para Todos (ProUni) foi instituído em 2004 pelo governo federal, por meio da Medida Provisória (MP) nº 213, de 10-09-2004, posteriormente convertida na Lei nº 11.096, de 13-01-2005, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493, de 18-07-2005. O programa concede bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação ou de cursos sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (Nota da **IHU On-Line**)

vêm mantendo um elitismo de Estado. Superamos a escravidão, e isso nem faz tanto tempo assim, conseguimos que a mulher tivesse direito ao voto – e estamos começando a ampliar os direitos das mulheres –, conseguimos eliminar do mundo o coronelismo. Quando olhamos em termos históricos tivemos avanços significativos, estamos em um mundo com muitas democracias. Entretanto, vamos sentir por toda parte a reação contra as democracias. Os ataques dos Estados Unidos à Venezuela por conta do petróleo; os ataques da direita na Bolívia, no Equador, na Argentina e outros.

De certa maneira o Brasil não é uma ilha. Em um clima de insegurança geral e especulação financeira a nossa grande vantagem é de ser um país que tem 200 milhões de consumidores. Nós temos uma base interna econômica muito forte e podemos depender menos de todo o sistema internacional e precisamos incluir de maneira decente muitíssima gente que somente começou a consumir um pouquinho. Então, o horizonte interno de preencher um espaço econômico gera uma capacidade fundamental, mas isso não ocorre diminuindo o investimento público, reduzindo os salários, pelo contrário, isso se faz gerando a capacidade de compra que

permita dinamizar o conjunto. Junto com a África Subsaariana, temos a maior reserva de terras agrícolas do planeta e temos água. Com a expansão da população mundial há uma demanda muito forte por produtos agrícolas, que não é só alimento, mas também ração animal, biocombustível e fibras.

Sobre a crítica de o Brasil estar se reprimizando, isso é uma grande bobagem. Se observarmos o setor da agricultura moderna, ele não tem nada a ver com o setor primário. O sistema de gestão do solo é extremamente sofisticado, inclusive demais, pois considero que há um processo químico exagerado. O Brasil não necessariamente vai encontrar o seu caminho somente por meio da indústria. Na realidade, com a necessidade de inclusão de uma imensa faixa da população que cria um horizonte de expansão interno, que não nos torna reféns da economia internacional, nos deixa em situação de um imenso potencial de fornecimento das necessidades básicas que o planeta demanda. Para o mercado interno se desenvolve um conjunto de áreas de bens e serviços diversificados e para fora se aproveitam as nossas vantagens em comparação com outros países. A América Latina é oca economicamente.

LEIA MAIS...

- *A revolução do conhecimento*. Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada no sítio do IHU em 20-08-2013, disponível em <http://bit.ly/1nGFEYK>.
- *“Distribuir renda é uma política inteligente”*. Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada no sítio do IHU em 02-10-2010, disponível em <http://bit.ly/1bfth3M>.
- *Um dia sem carro e seus impactos ambientais e socioeconômicos*. Entrevista especial com Ladislau Dowbor e Cláudia Costa, publicada no sítio do IHU em 22-10-2010, disponível em <http://bit.ly/1xy5roy>.
- *“A construção do conhecimento é um processo colaborativo”*. Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada no sítio do IHU em 27-11-2009, disponível em <http://bit.ly/1AFvmM9>.
- *A crise financeira e o impacto ambiental*. Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada no sítio do IHU em 06-11-2008, disponível em <http://bit.ly/1BPUmDg>.
- *Catástrofe em câmara lenta. Voltar ao bom senso. Eis o desafio!* Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada no sítio do IHU em 18-05-2008, disponível em <http://bit.ly/191Y1DB>.
- *A inclusão produtiva como alternativa para o Brasil*. Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada no sítio do IHU em 08-07-2006, disponível em <http://bit.ly/1DAK1hP>.

#BRASIL - Análise de Conjuntura

O endireitamento da esquerda pelos vícios estruturais

Ivo Lesbaupin debate a retomada das perspectivas de esquerda frente ao avanço financeirista na condução das políticas públicas

Por João Vitor Santos e Ricardo Machado

Ao entrar, pela segunda vez, à porta do Palácio do Planalto, Dilma Rousseff usou as chaves da porta da esquerda, que lhe foi entregue pelas urnas no pleito de 2014. No entanto, as políticas públicas e as medidas econômicas adotadas após as eleições têm saído, ao que parece, pela porta da direita. “A presidente Dilma venceu as eleições de 2014, reeleita pela maioria, embora por pequena margem. Durante sua campanha, defendeu ardorosamente políticas de esquerda, afirmou que não recuará quanto aos direitos sociais e denunciou os adversários como defensores dos banqueiros”, avalia Ivo Lesbaupin, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. No entanto, ele ressalta que desde a vitória nas eleições o governo “se comporta como se o programa de governo vitorioso fosse o do adversário”.

A carência de um projeto de reforma estrutural trava o avanço da pauta da esquerda, esta mais caracterizada pela busca da justiça social, igualdade e garantia dos direitos sociais, conforme aponta Lesbaupin. “Em 12 anos de governos do PT, não houve nenhuma reforma estrutural para reduzir a desigualdade social. Nosso sistema tributário é um dos mais regressivos do mundo: nele, os pobres pagam proporcionalmente mais que os ricos. Por quê? Porque o imposto sobre o consumo tem peso maior que o imposto sobre a renda. Assim, um trabalhador que ganha dois salários-mínimos paga praticamente metade do que ganha (48,8%) em imposto sobre o consumo”, explica.

Paradoxalmente, a democracia brasileira, cujo histórico é um tanto quanto

incipiente se comparado às democracias mais sólidas do mundo, parece sofrer certas desproporções entre os poderes. “O problema é que o governo decidiu governar só com o Congresso, fazendo alianças as mais amplas para garantir a maioria, aceitando o jogo da barganha. Então, os ‘300 picaretas’ deixaram de ser ‘picaretas’ para se tornarem pessoas respeitáveis, com quem há que negociar e, eventualmente, se aliar”, critica. “O sistema político atual é fonte de corrupção, ele é que deve ser mudado. Não basta mudar o partido no poder, não basta mudar o governante. Ou instituímos uma democracia onde os cidadãos/ãs tenham possibilidade de

interferir no processo, tenham poder decisório nas questões fundamentais que lhe dizem respeito – sobretudo na política econômica – ou não haverá solução”, complementa.

Ivo Lesbaupin é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. É mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ e doutor em Sociologia pela Université de Toulouse-Le-Mirail, França. É coordenador da ONG Iser Assessoria, do Rio de Janeiro, e membro da direção da Abong. É autor e organizador de diversos livros, entre os quais *O Desmonte da nação: balanço do governo FHC* (1999); *O Desmonte da nação em dados* (com Adhemar Mineiro, 2002); *Uma análise do Governo Lula (2003-2010): de como servir aos ricos sem deixar de atender aos pobres* (2010).

Confira a entrevista.

“

“O problema é que o governo decidiu governar só com o Congresso, fazendo alianças as mais amplas para garantir a maioria, aceitando o jogo da barganha”

IHU On-Line - O que explica a situação complicada em que se encontra o governo Dilma no início de seu segundo mandato?

Ivo Lesbaupin - É preciso reconhecer, primeiro, que há uma campanha da grande mídia contra o governo. Esta campanha começou durante o processo eleitoral, mas se tornou mais forte no segundo turno. O surpreendente é que, terminadas as eleições, continuou. Motivou mobilizações de rua contra a presidente, até pedidos de volta dos militares. Assim foi até a posse. E continuou depois da posse. Vem insistentemente colocando em debate a possibilidade de impeachment. E praticamente foi a grande “articuladora” das manifestações de 15 de março, onde se misturaram protestos contra a corrupção, por melhores serviços públicos, contra a presidente Dilma, pelo “impeachment” e até faixas pela “volta dos militares” (felizmente minoritários).

Poder-se-ia dizer que há motivos para o noticiário antigoverno: o escândalo da corrupção na Petrobras, o envolvimento do PT e de partidos da base aliada, etc. No entanto, outros escândalos de corrupção — que não envolvem o PT ou o governo — não são noticiados. Poderíamos citar o caso do cartel do metrô de São Paulo (governos do PSDB), os escândalos do governo do Paraná (também PSDB), a lista dos envolvidos na sonegação do HSBC, fartamente divulgados no exterior e que, aqui, levaram meses para chegar ao noticiário. Mas não: não se quer falar do outro lado, pois o objetivo é “colar” a corrupção ao PT. Por isso, podemos dizer que se trata de uma “campanha”.

Este é um lado da história. O outro lado é produto do próprio governo. A presidente Dilma venceu as eleições de 2014, reeleita pela maioria, embora por pequena margem. Durante sua campanha, defendeu ardorosamente políticas de esquerda, afirmou que não recuaría quanto aos direitos sociais e denunciou os adversários como defensores dos banqueiros. Na reta final, foi o massivo esforço dos movimentos sociais que possibilitou sua vitória.

Desde então, no entanto, se comporta como se o programa de governo vitorioso fosse o do adversário. Mal fecharam as urnas, o governo aumentou os juros. Poucos dias depois, anunciou o novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy¹, conhecido por suas convicções neoliberais, o qual comunicou que promoveria um “ajuste fiscal”. Ao final do ano, o governo editou medidas para contenção dos gastos sociais: alterações nas regras do seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão — todas elas afetando direitos dos trabalhadores/as.

Estamos acompanhando as políticas de austeridade que foram adotadas, por imposição da União Europeia, em diversos países da região. Os resultados, contrariamente ao que seus proponentes diziam, foram desastrosos: a dívida pública

¹ **Joaquim Levy** (1961): engenheiro e economista brasileiro, é o atual ministro da Fazenda do Brasil. É PhD em economia pela Universidade de Chicago (1992), mestre em economia pela Fundação Getúlio Vargas (1987) e graduado em engenharia naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Nota da **IHU On-Line**)

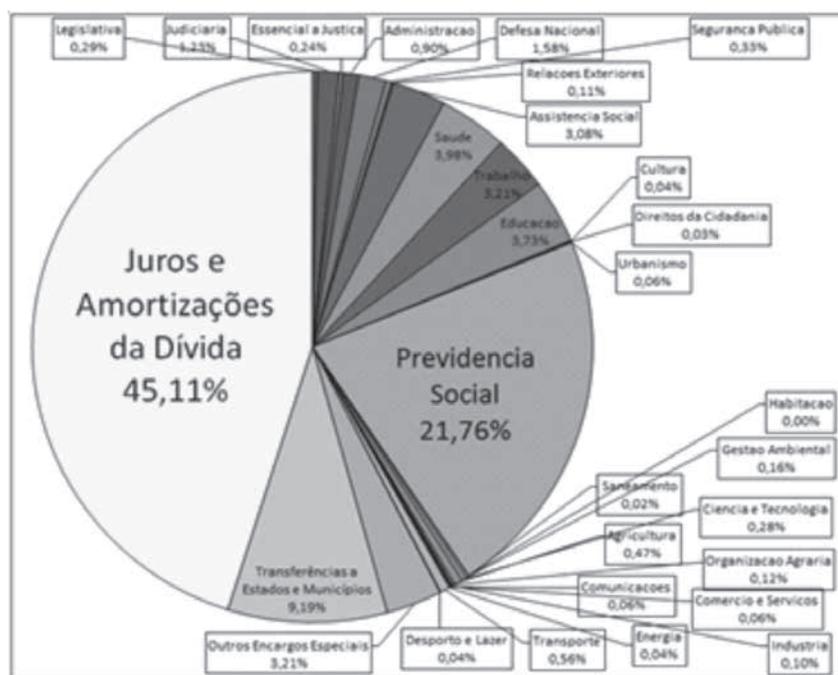
aumentou, o desemprego cresceu, os direitos sociais foram restringidos, os salários diminuíram, a seguridade social foi afetada, a pobreza recrudesciu. Estes resultados foram previstos por economistas como Paul Krugman² e Joseph Stiglitz³ — ambos detentores de prêmio Nobel. Foram (e continuam) ignorados pela grande mídia e pelos governantes.

É esta política que está sendo adotada agora pelo governo brasileiro. Aqui, ao contrário de lá, ninguém previu boas consequências: haverá aumento de desemprego e redução do crescimento econômico. Estamos avisados. Supostamente, estas medidas são necessárias para o enfrentamento do “caos” em que o Brasil supostamente se encontrava. Para controlar a economia, aumentaram os juros. Embora saibamos, desde o ano passado, que o aumento dos juros não afeta a inflação: os juros estão aumentando há mais de um ano e a inflação continua a subir. O objetivo da subida dos juros, na verdade, é outro: atender aos interesses de banqueiros e rentistas. Cada 1% a mais de juros significa R\$ 18 bilhões de acréscimo para a fortuna dos mais ricos.

Para economizar gastos, cortaram gastos que beneficiam a população mais pobre. Poderiam cortar o excesso dos ganhos dos milionários, poderiam regulamentar o im-

² **Paul Robin Krugman** (1953): economista estadunidense, ganhador do prêmio Nobel de Economia de 2008, professor de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade Princeton. É autor de *Economia internacional*, em conjunto com Maurice Obstfeld (São Paulo: Pearson, 2010); *Economia espacial*, em conjunto com Masahisa Fujita e Antony J. Venables (São Paulo: Futura, 2002); *A Desintegração Americana* (Rio de Janeiro: Record, 2006); *A Crise de 2008 e a Economia da Depressão* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2009); *Um Basta à Depressão Econômica!* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2012). (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Joseph Stiglitz**: ex-vice-presidente do Banco Mundial — Bird, foi chefe dos economistas no governo Clinton, Estados Unidos, e prêmio Nobel de Economia 2001. É autor, entre outros, dos seguintes livros, traduzidos para o português: *A globalização e seus malefícios* (São Paulo: Futura, 2003) e *Os Exuberantes anos 90* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003). (Nota da **IHU On-Line**)



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida (www.auditoriacidadad.org.br) – acesso em 10/03/2015.

posto sobre as grandes fortunas — o que renderia no mínimo 20 bilhões de reais. Poderiam reduzir o maior gasto público do governo, o pagamento sobre a dívida: em 2014, quase metade do orçamento (45%) — R\$ 978 bilhões — foi gasto com os juros da dívida, amortização e rolagem da dívida. Que se destinam apenas à camada mais alta da sociedade.

Como é possível reduzir este gasto? Com uma auditoria da dívida. Parte significativa da dívida deixaria de ser paga, por ser irregular — o que nos permitiria aumentar os recursos para as políticas sociais: saúde, educação, saneamento básico, transporte, entre outras. Mas estas medidas não foram adotadas: ao contrário, as medidas prejudiciais aos mais pobres seguiram em frente.

Nós temos um governo eleito com um discurso à esquerda, de defesa dos direitos sociais, mas que está governando com o programa do adversário.

IHU On-Line - E a Operação Lava Jato?

Ivo Lesbaupin - Temos, além disso, a investigação em andamento sobre corrupção ligada a

Petrobras. Esta operação detectou o pagamento de propinas por empreiteiras, destinadas a políticos e partidos políticos. Diretores de empreiteiras estão presos. Este sistema de corrupção — que não começou nos governos do PT, é bom lembrar — desenvolveu-se também durante os últimos 12 anos. Por razões óbvias, atinge o governo atual — se não a presidente, membros do partido no governo.

Como era de se esperar, a oposição passou a denunciar o PT e o governo por improbidade administrativa, desfalque de recursos públicos, enriquecimento ilícito. Junto com a grande mídia, trataram de dizer que se trata do “maior caso de corrupção da história do Brasil”. Felizmente, alguns analistas de bom senso (eleitores do PSDB) observaram que a corrupção atravessa a história do país, que não é o primeiro nem o maior caso de corrupção. O que se sabe é que os maiores casos de corrupção nunca vieram a público, foram abafados, não divulgados, engavetados e nunca julgados. E perpassaram todos os governos, inclusive os da ditadura civil-militar de 1964-1985, é só lembrar o caso da construção da ponte Rio-Niterói — para citar apenas um — ou o dinheiro das privatizações — sobre o qual pouco sa-

bemos simplesmente porque nunca houve uma auditoria. No entanto, alguns dos envolvidos no processo de privatização de empresas estatais ascenderam da classe média a milionários em menos de quatro anos. O pouco que sabemos, o devemos a Aloysio Biondi⁴, jornalista já falecido, que publicou um estudo, “O Brasil privatizado”, onde desvenda alguns dos mecanismos utilizados para transferir o patrimônio público para mãos privadas.

O fato de sabermos que o PT não foi o primeiro não inocenta, porém, o partido.

IHU On-Line - A política de neodesenvolvimento da presidente Dilma Rousseff tem como bandeira a realização de grandes obras e megaprojetos. Essa política traz o empoderamento excessivo de construtoras e empreiteiras do setor privado? Quais as consequências?

Ivo Lesbaupin - O professor Carlos Lessa, em entrevista recente, lembrou o que vem dizendo há anos: não temos um projeto de Brasil. O governo Fernando Henrique Cardoso⁵ resolveu, seguindo a onda neoliberal, aposentar o Estado, deixando o mercado se ocupar do desenvolvimento. Vimos o que aconteceu. A dívida pública saltou: a dívida externa aumentou e a dívida interna decuplicou, ao mesmo tempo que o desemprego disparou. O governo Lula retomou algumas funções do Estado, investiu na melhoria das condições de vida das classes desfavorecidas e conseguiu reduzir significativamente a pobreza, tornando o consumo acessível aos mais pobres e aos trabalhadores.

4 **Aloysio Biondi** (1936-2000): foi um jornalista econômico brasileiro. Começou sua carreira na Folha da Manhã, atual Folha de São Paulo, e destacou-se pelo trabalho na imprensa alternativa, com a qual contribuiu durante toda a vida. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Fernando Henrique Cardoso** (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combate à inflação. (Nota da **IHU On-Line**)

Não mudou, porém, na sua essência, a política econômica anterior: a dívida continuou a ser o maior gasto público, variando de 40 a 45% ao ano, enquanto as políticas sociais melhoraram muito lentamente, a saúde nunca ultrapassando 5% e a educação, 4%. Não sem razão, transporte, saúde e educação foram temas constantes das manifestações de junho de 2013.

A pobreza diminuiu, a remuneração do trabalhador melhorou, sem dúvida. O que explica a melhoria do Índice de Gini⁶, que mede a diferença entre a remuneração dos mais pobres e dos mais ricos. Ele não capta, porém, toda a riqueza e a renda do país: a desigualdade entre o topo (o 1% mais rico) e os mais pobres não diminuiu, porque a camada superior ganhou muito mais (entre outras coisas, por causa dos juros altos). Foi preciso a obra de Piketty⁷ e recentes pesquisas no Brasil (Medeiros et alii, 2014) para desvelar este fato: não houve redução da desigualdade.

E continuamos não tendo um projeto de país: temos um programa de obras, o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que atende em primeiro lugar aos interesses do setor privado. É só com-

pararmos os principais financiadores das campanhas eleitorais nos últimos anos, para vermos que os maiores doadores são os que mais se beneficiam com as políticas do governo: bancos e empreiteiras. Os primeiros, com o "sistema da dívida" e a política de juros altos, os segundos com os megaprojetos. Foi preciso eclodir o escândalo da Lava Jato para confirmar o que já sabíamos: as empreiteiras doavam para conseguir obras, inclusive a hidrelétrica de Belo Monte⁸. O que desmente a tão difundida propaganda governamental de que ela está sendo construída para atender às necessidades de energia da população pobre (ou do país).

Para levar à frente este projeto de construção de dezenas de hidrelétricas na Amazônia, o governo abandonou os povos indígenas, passando por cima de seus direitos (direitos que o PT lutou para incluir em nossa Constituição) e descuidou inteiramente das preocupações ambientais – tão alardeadas pelas últimas conferências internacionais, uma das quais no Brasil (a Rio+20), e pelos últimos relatórios científicos. Nem a recente crise da água levou o governo a rever seu projeto, mesmo sabendo que a ori-

gem desta crise está no desmatamento da Amazônia e do Cerrado. O seu compromisso maior é com o agronegócio, não com a ecologia.

IHU On-Line - O governo petista não realizou a venda de nenhuma estatal. No entanto, em especial o governo Dilma, tem entregado à iniciativa privada concessões nas áreas de infraestrutura – aeroportos e rodovias, por exemplo. Isso também pode ser considerado privatização? Quais são os efeitos dessas políticas?

Ivo Lesbaupin - Dilma foi eleita pela primeira vez com um discurso antiprivatização, denunciando seu adversário (do PSDB) como privatista. Ganhou as eleições e, pouco tempo depois, lançou-se num amplo programa de privatizações: portos, aeroportos, rodovias, ferrovias (agora retomado...). Os analistas políticos costumam chamar isso de "estelionato eleitoral". Não parou por aí: realizou o primeiro leilão de área de exploração do petróleo no pré-sal (o campo de Libra⁹). FHC não teria do que reclamar: foi ele quem iniciou os leilões de áreas de exploração do petróleo. Pois bem, Lula continuou os leilões (embora não do pré-sal) e Dilma fez o primeiro leilão do pré-sal.

IHU On-Line - O que caracteriza um governo de esquerda? Nesse sentido, como podemos caracterizar o atual governo brasileiro?

Ivo Lesbaupin - Um governo de esquerda privilegia a busca de justiça social, de igualdade: centra sua preocupação na realização dos direitos sociais. Um governo de direita privilegia os interesses dos grandes grupos econômicos (bancueiros, empreiteiras, agronegócio). Os movimentos sociais precisaram sair às ruas para defender os direitos dos trabalhadores e tentar impedir a aprovação das medidas provisórias de ajuste fiscal que

6 Coeficiente de Gini: é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "Variabilità e mutabilità" ("Variabilidade e mutabilidade" em italiano), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (português brasileiro) ou rendimento (português europeu) (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda (português brasileiro) ou rendimento (português europeu), e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100). (Nota da **IHU On-Line**)

7 Thomas Piketty (1971): economista francês, concentra seus estudos no acúmulo e desigualdade de renda. É diretor de pesquisas da École des hautes études en sciences sociales (EHESS) e professor da Escola de Economia de Paris. Seu livro best-seller, *O Capital no Século XXI*, enfatiza as questões do acúmulo de renda nos últimos 250 anos, e argumenta que o acúmulo de capital cresce mais rápido que a economia, o que gera desigualdade. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Belo Monte: projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 km no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais que serão causados pela sua construção. A mais recente controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento do projeto e, consequentemente, o seu custo de geração. Saiba mais na edição 39 dos **Cadernos IHU em Formação**, *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, em <http://bit.ly/ihuem39>; e nas entrevistas publicadas no site do IHU: *Belo Monte: a barreira jurídica*, com Felício Pontes Júnior, dia 26-04-2012, em <http://bit.ly/ihu260412>; *Belo Monte. "O capital fala alto, é o maior Deus do mundo"*, com Ignez Wenzel, dia 28-01-2012, em <http://bit.ly/ihu280112>; *Belo Monte e as muitas questões em debate*, com Ubiratan Cazetta, dia 23-01-2012, em <http://bit.ly/ihu230112>; *"Belo Monte é o símbolo do fim das instituições ambientais no Brasil"*, com Biviany Rojas Garzon, dia 13-12-2011; em <http://bit.ly/ihu131211>; *Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras na luta contra Belo Monte*, com Dom Erwin Krautler, dia 03-08-2011, disponível em <http://bit.ly/ihu030811>. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Campo de Libra: integrando as bacias de petróleo da chamada Camada do Pré-Sal, o Campo de Libra é uma área onde devem ser produzidos entre 8 e 12 bilhões de barris de petróleo nos próximos 35 anos. (Nota da **IHU On-Line**)

estão sendo promovidas por este governo. Você poderia retrucar dizendo que é “um governo de coalizão”, mas eu lhe perguntaria quem detém a prioridade nesta coalizão (ou quem se beneficia mais). E a resposta vem ao se analisar onde o governo gasta: quase metade do orçamento vai para a dívida. Portanto, o primeiro beneficiário desta “coalizão” é o capital financeiro – bancos e rentistas. O segundo são as empreiteiras. O terceiro é o agronegócio.

Você me dirá: mas o governo investe em programas sociais. É verdade, mas, no orçamento (rever o gráfico anterior), isso ocupa a menor parte. O governo dá um pouco para os mais pobres, um pouco para a agricultura familiar – e isso já faz uma diferença porque, antes, não davam quase nada. Porém, ele dá muito para os grandes, muito para o agronegócio. É para eles que ele governa, prioritariamente.

IHU On-Line - Em 2013, avaliando o governo petista, o senhor dizia que “o sistema tributário é reprodutor de desigualdade”. A correção das distorções desse sistema viria de uma reforma tributária?

Ivo Lesbaupin - Veja bem: em 12 anos de governos do PT, não houve nenhuma reforma estrutural para reduzir a desigualdade social. Nosso sistema tributário é um dos mais regressivos do mundo: nele, os pobres pagam proporcionalmente mais que os ricos. Por quê? Porque o imposto sobre o consumo tem peso maior que o imposto sobre a renda. Assim, um trabalhador que ganha dois salários-mínimos paga praticamente metade do que ganha (48,8%) em imposto sobre o consumo. Quem ganha trinta salários-mínimos paga 16%. Os tributos que incidem sobre o patrimônio correspondem a apenas 3,7% da arrecadação; o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) – num país que tem uma das maiores concentrações de propriedade da terra – responde por ridículos 0,04% da arrecadação.

O PT tinha uma proposta de Reforma Tributária em 1995 que transformaria este sistema de regressivo para progressivo (os ricos pagariam mais que os pobres): foi, porém, abandonada quando chegou ao poder. Nem o imposto sobre as grandes fortunas foi regulamentado.

“

“O governo se comporta como se o programa de governo vitorioso fosse o do adversário”

IHU On-Line - Há quem diga que a ideia de “governo de coalizão” afastou o PT de seus princípios de fundação, levando o partido a uma crise. O senhor concorda? Há saída para esta crise? É possível pensar em uma refundação do PT?

Ivo Lesbaupin - Ao chegar ao poder em 2003, Lula trabalhou para submeter o partido às suas decisões. Os que se mantiveram fiéis aos princípios originais tiveram que partir, os que ficaram tiveram de obedecer. O partido mudou de rumo: trocou “um projeto de nação por um projeto de poder”, nas palavras de Frei Betto¹⁰. Quando

¹⁰ **Frei Betto:** jornalista, antropólogo, filósofo e teólogo, além de frade dominicano e escritor. Integrou, por cinco anos (1991-96), o conselho da Fundação Sueca de Direitos Humanos. Na Itália, foi a primeira personalidade brasileira a receber o prêmio Paolo E. Borsellino por seu trabalho em prol dos direitos humanos. No mesmo ano, foi agraciado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, concedida pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. É membro do Institute for Critical Research (Amsterdã) e diretor da revista latino-americana *America Libre*. Colabora com vários jornais e revistas do Brasil e do exterior. Escreveu mais de 40 livros, dentre os quais o mais conhecido é *Batismo de sangue*. A **IHU On-Line** publicou na edição 165, de 21-11-2005, trechos de uma biografia de Charles de Foucauld, escrita por Frei Be-

tos lembramos da atuação memorável dos parlamentares do PT na luta contra a corrupção, na CPI do PC (1992) e na CPI do Orçamento (1993), e comparamos com os parlamentares atuais, o partido está irreconhecível: as lideranças foram apagadas, para deixar brilhar apenas uma.

O PT tem militantes de esquerda, tem inclusive políticos de esquerda, mas a sua direção, os seus objetivos são outros. Trata-se de manter o poder a qualquer custo. Praticar políticas opostas às defendidas em seu programa tornou-se habitual. E tudo é justificado: para manter a “governabilidade”, para ter maioria no Congresso, por causa da correlação de forças, porque o Congresso não deixa, etc.

Como diz Chico de Oliveira¹¹, ao explicar sua saída do PT ao final do primeiro ano de governo (2003): não conhecemos na história casos de partidos de esquerda que tenham chegado ao poder, mudado de direção e, depois, em virtude de uma luta interna, voltado ao caminho original. Militantes, políticos, grupos internos do PT poderão se manter fiéis à concepção que fez o partido nascer, mas não acredito em “refundação” do PT: o PT é hoje um

tto, disponível para download em <http://bit.ly/P7ljyi>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ **Francisco de Oliveira:** sociólogo brasileiro, também conhecido como Chico de Oliveira, é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco. Professor aposentado de Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), foi um dos fundadores do Cebrap. Coordenador-executivo do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – Cenedic – da USP, deixou o Partido dos Trabalhadores e recentemente filiou-se ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Em 2003, ano em que deixou o PT, Francisco de Oliveira disse que Lula nunca foi de esquerda. Em 25 de agosto de 2006, foi-lhe concedido o título de doutor honoris causa na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por iniciativa do Instituto de Economia da UFRJ. Em 28 de agosto de 2008, o de professor emérito pela FFLCH-USP. Em 22 de novembro de 2010, o de doutor honoris causa na Universidade Federal da Paraíba. Sua contribuição mais recente à **IHU On-Line** pode ser conferida nesta edição, com a entrevista *Lula pensa que é o rei do Brasil*. (Nota da **IHU On-Line**)

partido do poder, da ordem, do “establishment”. Não se diferencia dos demais. Aliás, foi esta a defesa feita por Lula na época do escândalo do “mensalão” (2005), em famosa entrevista dada em Paris: o que vocês estão descobrindo agora é que o PT é um partido igual aos outros (isto é, que também pratica o “caixa dois”). A maioria dos militantes pensava que ele diria: “cometemos um erro, vamos corrigir e vamos implementar aquilo que sempre defendemos, a ética na política”. Mas não. Ora, o PT nasceu dizendo que era um partido diferente. Se é igual, para que PT?

Dizem que o governo quer fazer, mas o Congresso é que não deixa, o Congresso é majoritariamente conservador, etc. Quanto à maioria do Congresso, não há dúvida. O problema é que o governo decidiu governar só com o Congresso, fazendo alianças as mais amplas para garantir a maioria, aceitando o jogo da barganha. Então, os “300 picaretas” deixaram de ser “picaretas” para se tornarem pessoas respeitáveis, com quem há que negociar e, eventualmente, se aliar. É o jogo da barganha se tornou respeitável. Foi assim que Sarney¹², Renan Calheiros¹³, Romero Jucá¹⁴, Collor¹⁵,

12 José Sarney [José Sarney de Araújo Costa] (1930): político brasileiro, 31º presidente do Brasil (1985-1990). Foi governador do Maranhão e presidente do Senado Federal por quatro vezes. Em seu último mandato foi sucedido em 2012 pelo senador Renan Calheiros. (Nota da **IHU On-Line**)

13 José Renan Vasconcelos Calheiros (1955): é um advogado e político brasileiro, atual presidente do Senado Federal do Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Romero Jucá Filho (1954): político re-cifense e senador de Roraima desde 1995 pelo PSDB. (Nota da **IHU On-Line**)

15 Fernando Collor de Mello (1949): político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, prefeito de Maceió de 1979 a 1982, governador de Alagoas de 1987 a 1989, deputado federal de 1982 a 1986, 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil e o presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar (1964/1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação

Maluf¹⁶ e tantos outros entraram na ampla coalizão. E, obviamente, as concessões foram aumentando e os compromissos originais foram desaparecendo. Havia outro caminho possível: governar com a maioria que lhe deu apoio, com os movimentos sociais, com os trabalhadores – opção feita por Evo Morales¹⁷ (Bolívia), por Rafael Correa¹⁸ (Equador), por exemplo. Não se apoiando nas maiorias, o governo preferiu as barganhas, o “toma lá-dá cá”, o “é dando que se recebe” e o resultado está aí, à vista de todos. O Congresso de hoje é também resultado do tipo de relação que o Executivo decidiu ter com o Legislativo.

O sistema partidário hoje em dia está em crise: os “indignados” da Espanha questionavam não ape-

“

“O sistema político atual é fonte de corrupção, ele é que deve ser mudado”

nas o partido que estava no poder, questionavam o sistema político.

na casa dos 1200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (Impeachment). (Nota da **IHU On-Line**)

16 Paulo Maluf (1931): empresário, engenheiro e político brasileiro de origem libanesa. Por duas vezes foi prefeito de São Paulo e já foi candidato à presidência da República. Ligado constantemente a denúncias de corrupção, é conhecido pela frase “rouba, mas faz” e por ter originado o verbo “malufar”. Atualmente é Deputado Federal brasileiro. (Nota da **IHU On-Line**)

17 Juan Evo Morales Ayma (1959): é o atual presidente da Bolívia e líder do movimento esquerdista boliviano *cocalero*. Morales é também líder do partido Movimento para o Socialismo. (Nota da **IHU On-Line**)

18 Rafael Vicente Correa Delgado (1963): é um economista e político equatoriano, atual presidente de seu país. (Nota da **IHU On-Line**)

Porque este sistema fazia com que qualquer partido, seja qual fosse, de direita ou de esquerda, liberal ou socialista, ao chegar ao poder, praticasse a mesma política econômica neoliberal, a mesma subserviência aos interesses dos banqueiros.

Até surgirem partidos de novo tipo, como o Podemos¹⁹ na Espanha ou o Syriza²⁰ na Grécia. Este está tendo seu batismo de fogo, tendo de provar que é diferente dos outros, com muito apoio popular e muita esperança. A ver. De qualquer modo, a tese que seus militantes defendem, lá e também na Itália, na França e aqui, é que o sistema político é que está errado: ou se muda o sistema político ou a situação não vai mudar jamais. Do jeito que está, é o poder econômico que comanda o poder político, seja quem for que ganhe as eleições. Isto é o que se chama de transmutar a democracia no seu contrário, a dominação do capital financeiro, mantendo todas as aparências formais, voto individual, imprensa livre, liberdade de opinião e de expressão...

IHU On-Line - Acredita no surgimento de uma nova esquerda no país?

Ivo Lesbaupin - A esquerda nunca desapareceu: aqueles que lutam pela justiça, pelos direitos humanos, que denunciam a desigualdade, que lutam por uma transformação social mais profunda, quebrando as estruturas de dominação da oligarquia, sempre estiveram aí. Só que

19 Podemos: partido político espanhol que foi fundado em 2014, fortemente influenciado pelas ideias do movimento 15M. Um de seus principais representantes é Pablo Iglesias Turrión. Surge num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Atualmente, é o favorito para eleição presidencial na Espanha. (Nota da **IHU On-Line**)

20 Syriza: partido político grego, fundado em 2004 como uma aliança eleitoral de 13 partidos e organizações de esquerda. Surge num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Vitorioso na eleição de janeiro de 2015, o líder do Syriza, Alexis Tsipras, foi empossado como primeiro-ministro para dirigir o novo governo da Grécia, viabilizando um governo de coalizão com o partido nacionalista conservador, Gregos Independentes. (Nota da **IHU On-Line**)

ficaram em minoria. O que aparecia em primeiro plano era o PT e sua tese de ir mudando aos poucos, sem romper com o neoliberalismo, sem romper com os grupos econômicos dominantes, com sua tese de que não era possível fazer diferente. Agora, aqueles que ficaram marginalizados, desprezados, invisibilizados, estão sendo reconhecidos. Suas críticas estão começando a ser ouvidas. Há partidos de esquerda, há grupos de esquerda, há um campo de esquerda. Como ele vai se manifestar, como vai se organizar, é uma questão de busca e de oportunidade, não é possível prever. Mas virá. E um dos elementos fundamentais da mudança é uma profunda reforma do sistema político. O sistema político atual é fonte de corrupção, ele é que deve ser mudado. Não basta mudar o partido no poder, não basta mudar o governante. Ou instituímos uma democracia onde os cidadãos/ãs tenham possibilidade de interferir no processo, tenham poder decisório nas questões fundamentais que lhe dizem respeito – sobretudo na política econômica – ou não haverá solução.

O momento é propício: há uma insatisfação enorme contra o que o governo está fazendo em termos de ataque aos direitos sociais. Movimentos sociais antes submissos estão reagindo. Além disso, a nível internacional, cresce a insatisfação com as políticas neoliberais e de austeridade. Insatisfação que está gerando partidos de novo tipo

e outros tipos de articulações fora da estrutura partidária.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Ivo Lesbaupin - Quanto aos pequenos grupos que defendem a volta dos militares, “intervenção militar já”, “SOS Forças Armadas” e, portanto, a volta do poder dis-

“

“Ou instituímos uma democracia onde os cidadãos/ãs tenham possibilidade de interferir no processo, ou não haverá solução”

crionário, a repressão às manifestações, aos protestos, a volta das prisões e das torturas dos que pensam diferente, a eles deve se aplicar a lei. Quem conclama o fim da democracia, o restabelecimento de um regime ditatorial, a dominação de um grupelho que se autoatribuiria o poder de decisão sobre o conjunto da cidadania – transformada em população silen-

ciada –, a estes se deve aplicar a mesma lei que se aplica na Europa aos que pregam a volta de Hitler²¹, aos grupos neonazistas.

Quanto aos meios de comunicação, é urgente um projeto de lei que estabeleça uma regulação democrática, para acabarmos com o monopólio da Globo e o oligopólio de seis famílias que controlam estes meios – que são as únicas que têm liberdade de imprensa no Brasil. Para que nós todos tenhamos finalmente liberdade de informação, de comunicação, de opinião e de expressão – que é o que caracteriza a democracia. Queremos o fim da “ditadura” deste oligopólio da mídia.

²¹ **Adolf Hitler** (1889-1945): ditador austríaco. O termo Führer foi o título adotado por Hitler para designar o chefe máximo do Reich e do Partido Nazista. O nome significa o chefe máximo de todas as organizações militares e políticas alemãs, e quer dizer “conductor”, “guia” ou “líder”. Suas teses racistas e antisemitas, bem como seus objetivos para a Alemanha, ficaram patentes no seu livro de 1924, *Mein Kampf* (Minha Luta). No período da ditadura de Hitler, os judeus e outros grupos minoritários considerados “indesejados”, como ciganos e negros, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de Holocausto. Cometeu o suicídio no seu Quartel-General (o Führerbunker) em Berlim, com o Exército Soviético a poucos quarteirões de distância. A edição 145 da **IHU On-Line**, de 13-06-2005, comentou na editoria Filme da Semana, o filme dirigido por Oliver Hirschbiegel, *A Queda – as últimas horas de Hitler*, disponível em <http://bit.ly/ihuon145>. A edição 265, intitulada *Nazisimo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, de 21-07-2008, trata dos 75 anos de ascensão de Hitler ao poder, disponível em <http://bit.ly/ihuon265>. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *Uma análise crítica do governo Dilma: a quem este governo atende em primeiro lugar?* Entrevista com Ivo Lesbaupin, publicada no sítio do IHU em 29-09-2014, disponível em <http://bit.ly/1plF80f>.
- *“Não há mudanças nas estruturas geradoras da desigualdade”*. Entrevista com Ivo Lesbaupin, publicada na edição 386 da **IHU On-Line**, 16-12-2014, disponível em <http://bit.ly/1jNgB42>.
- *“Derrotar o Serra nas urnas e depois a Dilma nas ruas”*. Entrevista com Ivo Lesbaupin, publicada no sítio do IHU em 30-10-2010, disponível em <http://bit.ly/yob7qj>.
- *Movimentos sociais e o pós-Lula*. Entrevista com Ivo Lesbaupin publicada no sítio do IHU em 19-04-2010, disponível em <http://bit.ly/x89kIP>.
- *A Vale do Rio Doce e o neoliberalismo no Brasil*. Entrevista com Ivo Lesbaupin, publicada no sítio do IHU em 13-08-2007, disponível em <http://bit.ly/xNmUny>.

#BRASIL - Análise de Conjuntura

A autocracia palaciana do século XXI e a crise do Estado Democrático

De acordo com Roberto Romano, os políticos tornaram-se marionetes a serviço do poder econômico

Por Andriolli Costa e Ricardo Machado

As semelhanças entre o Palácio do Planalto e os palácios da modernidade não se restringem à nomenclatura. As práticas políticas, em ambos os casos, ainda que separados por séculos, são ainda evidentes na atual política nacional, como sugere Roberto Romano. “O núcleo duro (do governo) é a miragem criada pela mídia para explicar o inexplicável. Em vez de falar de cortesãos e palacianos, surge uma figura retórica que não descreve de fato o exercício governamental”, critica Roberto Romano, em entrevista por e-mail à IHU On-Line. “Quanto ao povo, embora nominalmente soberano, nada pode dizer na condução das políticas públicas. Os proprietários do Estado no Executivo, Legislativo, Judiciário exercem um regime que não é o democrático, pois todos agem como autocratas”, sustenta.

Ao analisar a crise vivida pelo Partido dos Trabalhadores, Romano mostra que há razões internas e externas que explicam a atual conjuntura. “As segundas têm origem na crise mundial do Estado, que leva à quase falência da política como atividade legítima de representação popular. As primeiras residem no crescimento abrupto da agremiação em poucos anos. Como ela não tinha unidade sólida em termos programáticos e doutrinários, a sua chegada ao governo federal a levou, também por carência de quadros, à perene coalizão na qual o Executivo é refém de oligarquias que controlam o Congresso”, esclarece.

Além desses desafios, no sentido mais amplo, vivemos um momento de fragiliza-

ção e extinção das lideranças, resultado de um processo histórico mais longo. “Na crise de governabilidade enfrentada pelo nosso país, faltam lideranças. Durante bom tempo, após os regimes totalitários que dominaram a Europa no século XX, houve uma grande resistência às lideranças, sobretudo as carismáticas. Era o temor de ver repetido o espetáculo genocida de massas lideradas por Egocratas”, destaca o entrevistado. Em meio a este cenário, complexo e difícil, Romano considera que até mesmo a esquerda parece ter perdido o rumo. “A opção preferencial da esquerda, hoje, é o Estado, não a sociedade. Se pelo menos houvesse da sua parte um equilíbrio entre compromissos de poder oficial e formas de lutas sociais, ela teria mais gente ao seu lado. Resulta que a direita assume lugares de mando, no Congresso e nos executivos (no Judiciário ela é importante). E a esquerda pouco tem a dizer para as grandes massas”, pondera.

Roberto Romano cursou doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, França, e é professor de Filosofia na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Escreveu, entre outros, os livros *Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico* (São Paulo: Kairós, 1979), *Os nomes do ódio* (São Paulo: Perspectiva, 2009) e *Razão de Estado e outros Estados da razão - Coleção Debates - Filosofia* (São Paulo: São Paulo: Perspectiva,)

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais as razões e raízes centrais da crise vivida pelo PT atualmente?

Roberto Romano - Antes de mencionar a crise do Partido dos Trabalhadores, importa aclarar o

próprio conceito de partido político. Este último é a reunião de um número ponderável de pessoas que propõem à sociedade mais ampla certo projeto de Estado e de organização coletiva. Assim, um agru-

pamento conservador que considere as instituições sociais, políticas e jurídicas desprovidas de controle e disciplina, avança ideias moldadas em projetos de ordem e atenuação das liberdades. Uma reunião

“

“O núcleo duro (do governo) é a miragem criada pela mídia para explicar o inexplicável. Em vez de falar de cortesãos e palacianos, surge uma figura retórica”

progressista que julgue certa sociedade excessivamente centrada nos privilégios de setores econômicos, propõe que o Estado acentue os direitos coletivos, atenuando ao máximo as vantagens de alguns cartéis, classes, dirigentes do Estado. Tais exemplos, muito abstratos, evidenciam, no entanto, a profundidade exigida para chegar à fundação de um partido. Os integrantes do novo organismo fazem um diagnóstico da vida societária, pesam as vantagens e as desvantagens do sistema atual e propõem novas estruturas de produção, economia, cultura, até mesmo de religião. O programa partidário é o projeto, uma espécie de maquete do novo Estado e da nova sociedade. Se o partido se limita a agir dentro do Estado e da ordem existente, ele pode ser dito defensor de reformas. Caso ele julgue que todas as estruturas sociais e de Estado devem ser substituídas, ele será dito revolucionário. Pode ocorrer que um partido reformista faça eclodir revoluções. Mas também pode ocorrer que partidos revolucionários no início passem ao reformismo, ou mesmo reacionarismo. Não é preciso rígida coerência lógica no programa, mas é tarefa inútil dele apresentar um amálgama desconexo em termos políticos, jurídicos, econômicos, sociais, etc.

Há um limite para a bricolagem de conceitos, ideologias, formulações sociais, etc. Quanto mais setores de pensamento e de origem diversa possui um partido, mais difícil é seu trato interno, mais árduo o seu convívio no plano externo. Explicar para a sociedade um programa socialista, liberal, conservador, reacionário é mais claro do

que expor um programa sincrético, onde elementos diversos são unidos mais pela tática conjuntural do que pela estratégia de longo prazo.

A crise vivida pelo Partido dos Trabalhadores tem raízes endógenas e externas. As segundas têm origem na crise mundial do Estado, que leva à quase falência da política como atividade legítima de representação popular. As primeiras residem no crescimento abrupto da agremiação em poucos anos. Como ela não tinha unidade sólida em termos programáticos e doutrinários, a sua chegada ao governo federal a levou, também por carência de quadros, à perene coalizão na qual o Executivo é refém de oligarquias que controlam o Congresso.

Na origem do partido encontram-se três formações diversas e, não raro, conflitantes. A católica imaginava conseguir com o PT o seu partido nacional. Nunca houve, na plenitude, um partido católico no Brasil, apenas ensaios naquele sentido. O Partido Democrata Cristão, por exemplo, integrado por pessoas retas como Plínio de Arruda Sampaio¹, foi pouco relevante. A Ação Popular (AP) foi outra esperança dos católicos de esquerda. O movimento tinha fundamentos socialistas e se nutria de noções hauridas em Teilhard de

Chardin² e nos conceitos hegelianos³ que marcaram o labor intelectual do Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, SJ⁴. Com a repressão que

2 Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955): paleontólogo, teólogo, filósofo e jesuíta que rompeu fronteiras entre a ciência e a fé com sua teoria evolucionista. O cinquentenário de sua morte foi lembrado no *Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio para a humanidade*, promovido pelo IHU em 2005. Sobre ele, leia a edição 140 da **IHU On-Line**, de 09-05-2005, *Teilhard de Chardin: cientista e místico*, disponível em <http://bit.ly/ihuon140>. Veja também a edição 304, de 17-08-2009, *O futuro que advém. A evolução e a fé cristã segundo Teilhard de Chardin*, em <http://bit.ly/ihuon304>. Confira, ainda, as entrevistas *Chardin revela a cumplicidade entre o espírito e a matéria*, na edição 135, de 05-05-2005, em <http://bit.ly/ihuon135> e *Teilhard de Chardin, Saint-Exupéry*, publicada na edição 142, de 23-05-2005, em <http://bit.ly/ihuon142>, ambas com Waldecy Tenório. Na edição 143, de 30-05-2005, George Coyne concedeu a entrevista *Teilhard e a teoria da evolução*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon143>. Leia também a edição 45 edição do **Caderno IHU Ideias A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica**, disponível em <http://bit.ly/1l6IWAC>; a edição 78 do **Cadernos de Teologia Pública, As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã**, disponível em <http://bit.ly/1pvlEG2>; e a edição 22 do **Cadernos de Teologia Pública, Terra Habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs**, disponível em <http://bit.ly/1pvlJL>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Friedrich Hegel (Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sobre Hegel, confira no link <http://bit.ly/ihuon217> a edição 217 da **IHU On-Line**, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007)*, em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. Veja ainda a edição 261, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://bit.ly/ihuon261>, e *Hegel. A tradução da história pela razão*, edição 430, disponível em <http://bit.ly/ihuon430>. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921-2002): filósofo e padre jesuíta, autor de importante obra filosófica. A revista *Síntese*, nº 102, jan.-ab. 2005, p. 5-24, publica o artigo *Um Depoimento sobre o Padre Vaz*, de Paulo Eduardo Arantes, professor do Departamento de Filosofia da USP, que merece ser lido e consultado com atenção. A **IHU On-Line** número 19, de 27-05-2002, disponível em <http://bit.ly/ihuon19>, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra de Lima Vaz, com o título *Sábio, humanista e cristão*. Sobre ele também pode ser consultado na **IHU On-Line** nº 140, de 09-05-2005, um artigo em que comenta a obra de Teilhard de Chardin, dispo-

sucedeu o golpe de 1964 e a virada de parte da Ação Popular⁵ para o marxismo ateu, os católicos perderam de novo a oportunidade de contar com um partido. O PT, fundado no Colégio Sion de São Paulo, representou uma esperança para os religiosos de esquerda.

No setor irreligioso, lideranças trotskistas sem massas entraram para o PT e serviram como contraponto aos setores católicos e aos oriundos da esquerda tradicional, como os egressos do Partido Comunista, acostumados ao realismo político. Algumas alas trotskistas foram alijadas do trato interno partidário, dele saíram ou foram levadas a sair. Outras alas da mesma linha conviveram bem com a corrente hegemônica do partido, comandado por Luiz Inácio da Silva. Vários de seus integrantes ocuparam cargos

nível em <http://bit.ly/ihuon140>. A edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria Memória em homenagem a Lima Vaz, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon142>. Confira ainda a entrevista *Vaz: intérprete de uma civilização arreligiosa*, com Marcelo Fernandes de Aquino, na edição 186, de 26-06-06, disponível em <http://bit.ly/ihuon186>; *Vaz e a filosofia da natureza*, com Armando Lopes de Oliveira, na edição 187, de 03-07-06, disponível em <http://bit.ly/ihuon187>. Veja também os artigos intitulados *O comunitarismo cristão e a refundação de uma ética transcendental*, na edição 185, de 19-06-06, disponível em <http://bit.ly/ihuon185>, e *Um diálogo cristão com o marxismo crítico. A contribuição de Henrique de Lima Vaz*, na edição 189, de 31-07-06, disponível em <http://bit.ly/ihuon189>, ambos de autoria do Prof. Dr. Juarez Guimarães. Inspirada no pensamento de Lima Vaz, a **IHU On-Line** 197, de 25-09-2006, trouxe como tema de capa *A política em tempos de nihilismo ético*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon197a>. Padre Vaz e o diálogo com a modernidade foi o tema abordado por Marcelo Perine em uma conferência em 22-05-2007, no Simpósio Internacional *O futuro da Autonomia. Uma sociedade de indivíduos?* Leia, também, a edição 374 da **IHU On-Line** sobre o legado filosófico vaziano, de 26-09-2011, em <http://bit.ly/ihuon374>. O **Cader-nos IHU** em sua 42ª edição também teve um tema dedicado ao pensador, intitulado *Ética e Intersubjetividade: a filosofia do agir humano segundo Lima Vaz*, de autoria de Antonio Marcos Alves da Silva. Acesse pelo link <http://bit.ly/cadihu42>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Ação Popular (AP): movimento político, criado antes de 1964, cujo inspirador foi o Pe. Lima Vaz. A AP foi extinta pela ditadura militar e se transformou, na clandestinidade, em Ação Popular Marxista-Leninista. Para entender melhor a AP, depois APML, vale a pena ler o longo depoimento de Herbert de Souza, o Betinho, publicado na sua volta do exílio, em 1979. (Nota da **IHU On-Line**)

importantes nos governos do PT. Finalmente, eram importantes os grupos sindicais que tinham grandes massas atrás de si, organizados em termos hierárquicos e burocráticos, o que garantia os seus núcleos dirigentes. Boa parte destes últimos ocupou ministérios no primeiro governo federal petista.

Querela das duas camisas

Um episódio hoje pouco recordado, mas significativo, é a querela das “duas camisas” logo nos primeiros tempos do PT. Setores sindicais católicos acusavam os movimentos da esquerda irreligiosa de possuírem duas camisas, a de sua organização real e a do PT. A réplica que receberam foi que também os religiosos tinham duas camisas, a do PT e a da Igreja. Tal fato, embora superado e pequeno, mostra que a acomodação interna sempre foi tensa. Em momentos graves, quando o PT foi acusado de corrupção, como nos inícios da Ação 470⁶ chamada de processo do mensalão, o mal-estar das hostes religiosas era grande.

Intelectuais

Um setor relevante que integrou o partido é o formado por intelectuais. De modo geral, eles representam várias posições filosóficas, ideológicas, religiosas ou laicas. O nascimento do PT coincide quase integralmente com a dissolução da URSS e de seus Estados. Assim, o ideal programático do socialismo não podia seguir formas ortodoxas, enleadas nos erros daquelas instituições. O conceito de socialismo, no programa original do partido é bastante fluido e sua diferença face ao marxismo criticado geralmente, residiu no adjetivo “democrático” que lhe foi apostado. Os intelectuais foram de pouca valia no esclarecimento e solidificação lógica do programa. Eles ajudaram mais a racionalizar atos dos dirigentes

6 Ação Penal 470 ou Mensalão: nome dado ao escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006. (Nota da **IHU On-Line**)

ou tendências, do que apresentar novos rumos teóricos ao debate. Claro, em todo agrupamento social existem exceções. Mas elas não foram suficientes para abrir novas sendas no terreno do pensamento inovador. Muito foi dito sobre o PT ser “o novo na política”. Pouco foi proposto para chegar a tal realidade. O fascínio da agremiação entre universitários foi grande, sobretudo entre os jovens estudantes. Não havia, nem há, pensamento hegemônico neste campo. Acadêmicos católicos, protestantes, ateus, unem-se na defesa de uma visão pouco homogênea de esquerda, com bases em teorias marxistas ou heterodoxas em relação ao marxismo (como é o caso de Antonio Gramsci⁷, G. Lukács⁸, Michel Foucault⁹,

7 Antonio Gramsci (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-08-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon231>. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Georg Lukács (György Lukács, 1885-1971): filósofo húngaro, de grande importância no cenário intelectual do século XX. Em sua trajetória procurou refazer o percurso da filosofia clássica alemã, inicialmente como crítico influenciado por Kant, depois Hegel e, finalmente, aderindo ao marxismo. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores, como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>.

teologia da libertação¹⁰, em várias versões, todas ameaçadas pela Cúria de João Paulo II¹¹ e José Ratzinger¹², Claude Lefort¹³ e outros).

Líder

O líder incontestado de todas essas correntes é Luiz Inácio da Silva. Formado na escola sindical, com prática de negociação entre patrões e peões, aquele político

bit.ly/ihuon203; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *'História da loucura' e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

10 Teologia da Libertação: escola importante na teologia da Igreja Católica, desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da **IHU On-Line**, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. Leia, também, a edição 404 da revista **IHU On-Line**, de 05-10-2012, intitulada *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação em debate*, disponível em <http://bit.ly/SSVYTO>. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Papa João Paulo II (1920-2005): Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana de 16 de Outubro de 1978 até a data da sua morte, e sucedeu ao Papa João Paulo I, tornando-se o primeiro Papa não italiano em 450 anos. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Bento XVI (em latim: Benedictus XVI) nascido **Joseph Aloisius Ratzinger** (1927): foi papa da Igreja Católica e bispo de Roma de 19 de abril de 2005 a 28 de fevereiro de 2013, quando oficializou sua abdicação. Desde sua renúncia é Bispo emérito da Diocese de Roma, foi eleito, no conclave de 2005, o 265º Papa, com a idade de 78 anos e três dias, sendo o sucessor de João Paulo II e sendo sucedido por Francisco. (Nota da **IHU On-Line**)

13 Jean-Claude Lefort (1924-2010): filósofo francês, autor de, entre outros *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária* (São Paulo: Brasiliense, 1983) e *Desafios da escrita política* (São Paulo: Discurso Editorial, 1999). Por ocasião de seu falecimento, a **IHU On-Line** entrevistou a filósofa Olgária Matos, na edição 348 da revista **IHU On-Line**, de 25-10-2010, disponível em <http://migre.me/34019> e intitulada *Claude Lefort e a invenção democrática*. (Nota da **IHU On-Line**)

conhece os segredos da diplomacia no trato interno e com outros partidos. Sabe quando ceder e quando impor linhas de ação. A elasticidade de sua prática *extra corporis* que incluiu alianças com tradicionais inimigos da esquerda e do PT, como é o caso de Antonio Carlos Magalhães¹⁴, José Sarney¹⁵ e Paulo Maluf¹⁶, para falar apenas dos mais proeminentes, é reforçada por sua maestria interna, sempre à busca da coesão das alas, até que a ruptura seja inevitável. A sua liderança é uma espécie de cimento que permite a instável unidade do partido. Ele é a única liderança nacional, não apenas do PT mas de todo o país. Dentro da agremiação se destacam líderes regionais: Jacques Wagner¹⁷ na Bahia, Tarso Genro¹⁸ no Rio Grande do Sul, Tião¹⁹ e Jorge Viana²⁰ no Acre, Fernando Pi-

14 Antonio Carlos Magalhães: (1927-2007): médico, empresário e político baiano. Governador da Bahia por três vezes (duas nomeado pelo regime militar) e senador entre 1994 e 2002. Egresso de partidos como UDN, ARENA, PDS, PFL e DEM, ACM, como era conhecido, era tido como um dos grandes "coronéis" da política brasileira, iniciando sua derrocada a partir de 2004. (Nota da **IHU On-Line**)

15 José Sarney [José Sarney de Araújo Costa] (1930): político brasileiro, 31º presidente do Brasil (1985-1990). Atuou como governador do Maranhão e foi presidente do Senado Federal por quatro vezes. Em seu último mandato foi sucedido em 2012 pelo senador Renan Calheiros. (Nota da **IHU On-Line**)

16 Paulo Maluf (1931): empresário, engenheiro e político brasileiro de origem libanesa. Por duas vezes foi prefeito de São Paulo e já foi candidato à presidência da república. Ligado constantemente a denúncias de corrupção, é conhecido pela frase "rouba, mas faz" e por ter originado o verbo "malufar". Atualmente é Deputado Federal brasileiro. (Nota da **IHU On-Line**)

17 Jaques Wagner (1951): é um político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores. Foi governador da Bahia de 2007 a 2014 e atualmente é Ministro da Defesa. (Nota da **IHU On-Line**)

18 Tarso Genro: advogado, jornalista e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi duas vezes prefeito de Porto Alegre e ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 3 de outubro de 2010, foi eleito governador do Rio Grande do Sul no primeiro turno, com mais de 54% dos votos válidos. (Nota da **IHU On-Line**)

19 Sebastião Afonso Viana Macedo Neves ou Tião Viana (1961): é um médico e político brasileiro. (Nota da **IHU On-Line**)

20 Jorge Viana (1959): engenheiro e político brasileiro, senador pelo Acre desde 2011

mental²¹ em Minas e uma poeira de pequenas lideranças em São Paulo. Não existe possibilidade de reverter tal status e deixar o ex-presidente fora do comando nacional.

A carência de lideranças políticas nacionais não é um problema apenas do PT, mas de todos os partidos que merecem o nome. Há uma grande quantidade de siglas naniças sem lideranças, submetidas a proprietários que vendem acordos e apoios nos Paramentos. Tais lojinhas de compra e venda de votos não são partidos, pois lhes falta visão e programa de sociedade e de Estado.

Oligarquização

A oligarquização dos partidos nacionais e do petismo segue a lógica já enunciada por Max Weber²² e Robert Michels²³: o controle do partido pelas cúpulas burocratizadas, sem real participação dos

pelo PT. (Nota da **IHU On-Line**).

21 Fernando Damata Pimentel (1951): é um economista e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores. Foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil do Governo Dilma Rousseff entre 1º de janeiro de 2011 e 12 de fevereiro de 2014. Ainda em 2014, com 52,98% dos votos válidos, foi eleito governador de Minas Gerais no primeiro turno. (Nota da **IHU On-Line**)

22 Max Weber (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon101>. De Max Weber o **IHU** publicou o **Cadernos IHU em Formação** nº 3, 2005, chamado *Max Weber – o espírito do capitalismo* disponível em <http://bit.ly/ihuem03>. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do *I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*, promovido pelo **IHU**, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*. (Nota da **IHU On-Line**)

23 Robert Michels (1876-1936): sociólogo alemão, autor de *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna* (Lisboa: Antígona, 2001). Formulou a teoria da destinação oligárquica dos partidos, conhecida como "lei de bronze". Juntamente com Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, é um dos formuladores da teoria das elites. (Nota da **IHU On-Line**)

militantes nas decisões vitais. O fenômeno também ocorre no PSDB e no PMDB. A cada dia a juventude se afasta dos partidos, o que concorre para o estancamento das lideranças nacionais. O movimento estudantil, que servia como celeiro de lideranças, hoje é refém de algumas organizações partidárias de esquerda ou extrema esquerda que disputam as máquinas sem vida dos centros acadêmicos, diretórios, União Nacional dos Estudantes - UNE. Ele não forma novos líderes, mas cumpridores de ordens partidárias. Antes da ditadura existiam movimentos nacionais e internacionais que preparavam lideranças, como é o caso da Jec²⁴, da Juc²⁵ e da Joc²⁶ entre católicos e Juventude Comunista, além dos jovens quadros trotskistas. Um erro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB foi coonestar a repressão contra a Ação Católica juvenil, o que levou a Juc e a Jec a se autodissolverem. Vozes heroicas como a de Dom Cândido Padim²⁷,

que de interventor se fez defensor daquela juventude, foram poucas na Hierarquia. Com o fim daqueles movimentos, católicos ou laicistas, não temos entre nós formadores coletivos de lideranças, o que se reflete nos partidos. Quando vejo retratos da juventude deste ou daquele partido nos jornais e revistas, vem-me aos lábios um sorriso melancólico. Muitos “jovens” mostrados nas fotos têm os cabelos mais brancos do que os meus.

Crise de governabilidade

Na crise de governabilidade enfrentada pelo nosso país, faltam lideranças. Durante bom tempo, após os regimes totalitários que dominaram a Europa no século XX, houve uma grande resistência às lideranças, sobretudo as carismáticas. Era o temor de ver repetido o espetáculo genocida de massas lideradas por Egocratas. Este termo foi usado por Claude Lefort em seu livro *Un homme en trop* (Paris: Seuil, 1986) sobre *Soljenitsine* e o *Gulag*. Ele define bem o culto da personalidade com Hitler²⁸, Stalin²⁹,

Mussolini³⁰ e depois com os arremedos de tirania como na Coreia do Norte. O desastre motivou a preferência pela direção política colegiada. No entanto, semelhante técnica sofre críticas, dado que as lideranças colegiadas são frágeis e facilitam o surgimento de lideranças contrárias à democracia, com o reforço de movimentos ligados à extrema direita xenófoba. Seria importante refletir sobre o papel dos líderes democráticos nos partidos políticos ou na sociedade. O caso Luiz Inácio da Silva evidencia a carência de lideranças nacionais, o que precisa suscitar pesquisas, análises, sugestões para além da crise atual. Embora não concorde com tudo o que ele diz, recomendo o livro bem urdido de Jean-Claude Monod³¹: *Qu'est-ce qu'un chef en*

em um colégio religioso de Tbilisi, capital georgiana, para satisfazer os anseios de sua mãe, que queria vê-lo seminarista. Mas logo acabou enveredando pelas atividades revolucionárias contra o regime czarista. Passou anos na prisão e, quando libertado, aliou-se a Vladimir Lenin e outros camaradas, que planejavam a Revolução Russa. Stalin ocupou o posto de Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1922 e 1953 e, por conseguinte, o de chefe de Estado da URSS durante cerca de um quarto de século. Sobre Stalin, confira a entrevista concedida pelo historiador brasileiro Ângelo Segrillo à edição 265 da *IHU On-Line*, *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, analisando a obra *Prezado Sr. Stalin* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008), de autoria de Susan Butler, disponível em <http://bit.ly/1j3t54H>. (Nota da *IHU On-Line*)

30 Benito Mussolini [Benito Amilcare Andrea Mussolini] (1883-1945): jornalista e político italiano, governou a Itália com poderes ditatoriais entre 1922 e 1943, autodenominando-se Il Duce, que significa em italiano “o condutor”. Baseando-se numa filosofia política teoricamente socialista, conseguiu a adesão dos militares descontentes e de grande parte da população, alargou os quadros e a dimensão do partido. Após um período de grandes perturbações políticas e sociais, quando alcançou grande popularidade, guindou-se a chefe do partido, e em 1922 organizou a famosa marcha sobre Roma, um golpe de propaganda. Usando as suas milícias para instigar o terror e combater abertamente os socialistas, conseguiu que os poderes investidos o nomeassem para formar governo. Foi nomeado Primeiro Ministro pelo rei Vítor Manuel III, alcançando a maioria parlamentar e, consequentemente, poderes absolutos. (Nota da *IHU On-Line*)

31 Jean-Claude Monod: filósofo francês atuante nos Arquivos Husserl, de Paris, no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), École Normale Supérieure. De sua vasta lista de publicações, citamos *La querelle*

24 Juventude Estudantil Católica (JEC): organizou-se, inicialmente, como um grupo basicamente feminino, existindo a partir de 1935. Num primeiro momento, sua atuação se restringiu às Associações Religiosas, tendo por finalidade a descoberta da Igreja pelos estudantes e a difusão do cristianismo dentro das escolas. Em 1966, com a descentralização dos Movimentos em relação à hierarquia da Igreja, proposto pela CNBB, a JEC organiza um Conselho Nacional para refletir sobre a situação em que se encontrava. Concluindo que estava com sua base desestruturada e que a situação histórica em que o País se encontrava desarticulava qualquer tentativa de mobilização social, a Equipe Nacional se desliga do Movimento, formando um grupo autônomo com objetivos políticos e sociais. Os que permaneceram na JEC tentaram rearticular o Movimento em algumas regiões no período de 1967 a 1970; não obtendo grandes resultados, decidiram finalizar suas atividades. (Nota da *IHU On-Line*)

25 Juventude Universitária Católica (JUC): foi uma associação civil católica reconhecida pela hierarquia eclesialística em 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira - ACB. Tinha como objetivo difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. (Nota da *IHU On-Line*)

26 Juventude Operária Católica (JOC): movimento jovem da Igreja Católica, parte da Ação Católica, que visava ampliar sua influência na sociedade, através da inclusão de setores específicos do laicato e do fortalecimento da fé religiosa, com base na Doutrina Social da Igreja. (Nota da *IHU On-Line*)

27 D. Cândido Padim: bispo de Bauru, SP, beneditino, profundo conhecedor do direito constitucional foi um dos bispos que sempre

contestou o regime militar. (Nota da *IHU On-Line*)

28 Adolf Hitler (1889-1945): ditador austríaco. O termo Führer foi o título adotado por Hitler para designar o chefe máximo do Reich e do Partido Nazista. O nome significa o chefe máximo de todas as organizações militares e políticas alemãs, e quer dizer “condutor”, “guia” ou “líder”. Suas teses racistas e antissemitas, bem como seus objetivos para a Alemanha, ficaram patentes no seu livro de 1924, *Mein Kampf* (Minha Luta). No período da ditadura de Hitler, os judeus e outros grupos minoritários considerados “indesejados”, como ciganos e negros, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de Holocausto. Cometeu o suicídio no seu Quartel-General (o Führerbunker) em Berlim, com o Exército Soviético a poucos quarteirões de distância. A edição 145 da *IHU On-Line*, de 13-06-2005, comentou na editoria Filme da Semana, o filme dirigido por Oliver Hirschbiegel, *A Queda – as últimas horas de Hitler*, disponível em <http://bit.ly/ihuon145>. A edição 265, intitulada *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, de 21-07-2008, trata dos 75 anos de ascensão de Hitler ao poder, disponível em <http://bit.ly/ihuon265>. (Nota da *IHU On-Line*)

29 Josef Stalin (1878-1953): ditador soviético, líder máximo da URSS de 1924 a 1953 e responsável pela condução de uma política nomeada como stalinismo. Chegou a estudar

démocratie? (Paris, Seuil Ed.). Ali, o autor analisa as noções de liderança, carisma, fenômenos totalitários e crises dos partidos políticos. Ele põe os leitores diante de escolhas: democracias falidas que não garantem conquistas populares, ou democracias nas quais lideranças respondem de fato e de direito aos seus eleitores? O caso de governos de esquerda que, ao chegar aos palácios aderem às teses neoliberais e contrárias aos direitos dos trabalhadores é conhecido devido à sua frequência e constância. Se a liderança de Luiz Inácio da Silva não for considerada como a mais a correta, a verdade é que não temos no Brasil muitas outras opções à esquerda ou à direita.

IHU On-Line - A figura de Lula ainda exerce centralidade na ideia de refundação do partido? O que significa falar em "crise do lulismo"? A "crise do lulismo" reflete no governo Dilma? De que modo?

Roberto Romano - Luiz Inácio da Silva tem papel único no Partido dos Trabalhadores e na política nacional, sobretudo no Palácio do Planalto. Pode haver uma refundação do partido. Desde a Carta aos Brasileiros³², sugiro aos poucos amigos que me restaram no PT um congresso nacional para rever o

de la sécularisation. De Hegel à Blumenberg (Paris: Vrin, 2002). Na edição 175 da **IHU On-Line**, de 10-04-2006, intitulada *Paulo de Tarso e a contemporaneidade*, concedeu a entrevista *Paulo e a fé como loucura, ruptura e escândalo*. Na edição 220, de 21-05-2007, falou sobre *A secularização da secularização e o futuro da autonomia*, adiantando aspectos que abordou em sua conferência no Simpósio Internacional O Futuro da Autonomia. Uma sociedade de indivíduos? em 22-05-2007. (Nota da **IHU On-Line**)

32 Carta aos Brasileiros: foi o título dado a um texto redigido essencialmente pelo jurista Goffredo da Silva Telles Jr. e lançado em 8 de agosto de 1977, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, repudiando a ditadura militar. Teve importância no enfrentamento do regime de exceção, embora este só fosse terminar em 1985. Era uma reação forte ao Pacote de Abril, que o ditador Ernesto Geisel baixara poucos meses antes, alterando a Constituição - já ela ilegítima, porque outorgada pela Junta Militar em 1969 - para criar os senadores biônicos e adotar várias outras medidas de restrição às liberdades. (Nota da **IHU On-Line**)

programa do partido, pesar o que pode e deve ser mantido e o que precisa ser atualizado, com presença hegemônica da militância de base como instância decisória suprema. Não existiu tal ação, as alianças, as candidaturas, enfim, as ações do PT passaram gradativamente a ser ditadas pelas cúpulas e assumidas por Luiz Inácio da Silva, que arcou sempre com o bônus e o ônus das candidaturas, sobretudo as majoritárias. Ele garantiu a aprovação dessa política junto às diversas bases militantes. O ritmo eleitoral sobrepujou ações para encaminhar problemas sociais. Prejuízos grandes foram causados em campos explosivos, como o dos direitos humanos. A situação indígena, insisto, é um exemplo gritante de semelhante perda. Sou bastante cético diante da possível refundação do PT, também porque os portadores de mando, na agremiação petista, estão presos a compromissos vários de ordem econômica, política, governamental, as famosas alianças, e não podem aventurar uma empreitada que romperia tais laços. Políticos que ocupam postos no Legislativo e Executivo dificilmente aceitarão o desafio. Se as bases do petismo ainda tiverem força para obter tal façanha, o setor liderado por Luiz Inácio da Silva será estratégico. Não creio que exista uma "crise do lulismo". Como enunciei acima, a crise é do Estado democrático e dos partidos. O que se convencionou chamar de lulismo é apenas um dos problemas que integra a incógnita mais complexa e de árdua resolução.

Os procedimentos e formas de falar e agir do chamado lulismo podem capitanear um novo governo? A questão, hoje, me parece imprudente. A pergunta a ser feita é a seguinte: caso a economia desande, a inflação volte aos números do período Sarney/Collor, os movimentos sociais não se conformem com as receitas neoliberais em favor do capital financeiro, a repressão policial siga o modus operandi aplicado nas manifestações de 2013 e da Copa, problemas gravíssimos como a questão indígena chegarem ao genocídio (sinais precursores se

apresentam, na pouco santa aliança de ruralismo e Palácio do Planalto), haverá governo petista ou de esquerda estável?

IHU On-Line - Em nome de uma Realpolitik, o governo abre mão de princípios para buscar a governabilidade por meio de coalizões e parcerias. Como você encara estas relações do ponto de vista da ética na política?

Roberto Romano - O realismo é uma forma oportunista de política abjeta. No caso dos realistas, temos o belo e pungente artigo de Jean-Paul Sartre³³, "O que é um colaborador?". Os que ajudaram os nazistas na Europa e na França eram bons calculadores. Eles fizeram suas contas e ajuizaram que servir aos fortes do momento seria mais lucrativo porque salvaria suas vidas, as de suas famílias, manteria empregos, cargos, etc. Mas o seu cálculo era imperfeito. Não entrou nele o poderio militar norte-americano, a força bélica e ideológica dos soviéticos, a resistência de setores importantes da população à tirania. Eles ganharam migalhas do poder e perderam no todo da guerra. O mesmo ocorre com os realistas. Eles calculam ganhar dinheiro de empresas, bancos, ruralistas e usam como moeda de troca os direitos da população. Eles ganham, mas seu cálculo é imperfeito. A indignação que atravessa o Brasil, hoje, prenuncia o fim dos calculadores canhestros. José Genoíno³⁴,

33 Jean-Paul Sartre (1905-1980): filósofo existencialista francês. Escreveu obras teóricas, romances, peças teatrais e contos. Seu primeiro romance foi *A náusea* (1938), e seu principal trabalho filosófico é *O ser e o nada* (1943). Sartre define o existencialismo em seu ensaio *O existencialismo é um humanismo* como a doutrina na qual, para o homem, "a existência precede a essência". Na *Crítica da razão dialética* (1964), Sartre apresenta suas teorias políticas e sociológicas. Aplicou suas teorias psicanalíticas nas biografias *Baudelaire* (1947) e *Saint Genet* (1953). *As palavras* (1963) é a primeira parte de sua autobiografia. Em 1964, foi escolhido para o prêmio Nobel de literatura, que recusou. (Nota da **IHU On-Line**)

34 José Genoíno Guimarães Neto (1946): é um político brasileiro, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores e ex-deputado federal pelo estado de São Paulo, foi titular da Comissão de Constituição e Justiça e de

no início do primeiro governo Luiz Inácio da Silva disse algo verdadeiro: “chegamos ao governo, mas não ao poder”. O poder, hoje, é representado pelo Ministro da Fazenda que promete cortes orçamentários nas políticas públicas, incluindo aí o âmbito social e, mesmo, o Ministério de Ciência e Tecnologia. Devido às contradições entre partidos e interesses oligárquicos, o governo não consegue executar as ordens do poder verdadeiro, emanadas do Financial Times e outros porta-vozes da violência contra os trabalhadores.

IHU On-Line - Qual é o núcleo duro do governo hoje? O que ele representa?

Roberto Romano - O governo está sem planos e ação tática ou estratégica seguras. O núcleo duro é a miragem criada pela mídia para explicar o inexplicável. Em vez de falar de cortesões e palacianos, surge uma figura retórica que não descreve de fato o exercício governamental. Os políticos (poucos) que cercam a Presidência da República não têm nada de duro e pouco significam na política de massas. São arrogantes marionetes nas mãos de interesses econômicos, políticos ou supostamente religiosos. Todos os realistas compareceram ao ato que inaugurou o “templo de Salomão”, máquina de arrecadar dinheiro para os donos da Igreja que é, ao mesmo tempo, raiz de um partido político. Eles se acostumaram a dizer “sim” ao ocupante da cadeira presidencial e a ele apresentar um relato róseo da realidade. Nada que não seja conhecido na imensa literatura sobre a bajulação que instrui o mundo ocidental, de Plutarco³⁵ a Erasmo de Rotterdam³⁶. O livro mais necessário, para quem assume governos

Cidadania da Câmara dos Deputados entre 7 de março de 2013 e 3 de dezembro de 2013, quando renuncia ao mandato parlamentar. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁵ **Plutarco de Queroneia** (45-120 ?): filósofo e prosador grego do período greco-romano, estudou na Academia de Atenas (fundada por Platão). (Nota da **IHU On-Line**)

³⁶ **Erasmo de Rotterdam** (1466-1536): teólogo e humanista neerlandês, conhecido como Erasmo de Roterdã. Seu principal

no Brasil é o clássico de Plutarco: *Quomodo adulator ab amico inter-noscatur* (Como distinguir o amigo do bajulador). Infelizmente o volume não está posto na cabeceira dos nossos mandatários.

IHU On-Line - Como se estabelecem as relações de poder entre um Estado desenvolvimentista, a burguesia progressista e o povo no novo governo?

Roberto Romano - Os elos entre Estado desenvolvimentista e burguesia nacional foram expostos num programa veiculado pela CEPAL³⁷ nos anos 60 do século passado. O governo Dilma apostou em parte naquele programa. Mas esqueceu que o patrimonialismo rege a prática de número significativo de nossos empresários. Aqui, empresas abrem falência, mas seus proprietários perdem muito pouco. Se tivéssemos de fato uma política desenvolvimentista – com todos os prejuízos que ela traz para a vida social, ecológica, etc. –, haveria uma aplicação estratégica em Ciência e Tecnologia. Os dados sobre o ministério encarregado do assunto são eloquentes. Como primeiro passo dos cortes orçamentários em operação, as universidades federais têm recursos retidos. É uma resposta aos reitores realistas que, contra a lei, assinaram manifestos em prol da candidatura Dilma. A resposta é dura, merecida pelos gabinetes de suas Magnificências, mas lesiva aos interesses nacionais. Luiz Inácio da Silva prometeu, no início de seu primeiro mandato, que ao final de quatro anos cerca de 4% do PIB seria aplicado em Ciência e Tecnologia. A consulta aos dados mostra uma promessa não cumprida.

Fala-se muito em inovação tecnológica, mas o único programa coerente, no campo, é o dirigido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp. A FINEP, que possui quadros de com-

livro foi *Elogio da loucura*. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁷ **Cepal**: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, órgão das Nações Unidas. (Nota da **IHU On-Line**)

provada excelência na sua direção atual, anuncia grandes inversões no programa de inovação. Com os cortes, cuja radicalidade ainda é desconhecida, tais anúncios podem girar no vazio.

Não temos uma política desenvolvimentista plena, nem uma política neoliberal plena, nem uma política econômica plena: temos retalhos de política sem coerência, com empresários e administradores a quem falta visão do país e do mundo. Na costumeira postura de nossos proprietários, eles querem lucros imediatos sem inversão de capital próprio, mas do governo.

Este último, por sua vez, não proporciona estabilidade jurídica, muda regras de instante a instante, ajudado pelas autoridades judiciais. Quais são os frutos jurídicos dos assaltos aos bolsos dos cidadãos, gerados pelos planos Cruzado, Collor, etc.? Procrastinação dos tribunais, para não prejudicar bancos, eis o que é efetivo. Quanto ao povo, embora nominalmente soberano, nada pode dizer na condução das políticas públicas. Os proprietários do Estado no Executivo, Legislativo, Judiciário exercem um regime que não é o democrático, pois todos agem como autocratas.

IHU On-Line - Frente a este cenário, qual o lugar dos ideais de esquerda hoje no Brasil?

Roberto Romano - A esquerda sofre uma série de mazelas, umas curáveis, outras não. A primeira já mencionei acima. Trata-se da confusão entre planos pessoais ou grupais de poder e de escalada social, que atinge parte considerável dos partidos e rompe programas alardeados. Na praça, como diz Norberto Bobbio³⁸, a esquerda pro-

³⁸ **Norberto Bobbio** (1910-2004): filósofo e senador vitalício italiano. Considerado um dos grandes intelectuais italianos, Bobbio era doutor em Filosofia e Direito pela Universidade de Turim, fez parte do grupo antifascista *Giustizia e Libertà* (Justiça e Liberdade). Adepto do socialismo liberal, Bobbio foi preso durante uma semana, em 1935, pelo regime fascista de Benito Mussolini. Em 1994, Bobbio assumiu publicamente uma posição contra as políticas defendidas por Silvio Berlusconi, que representava o centro-direita nas

mete liberdade, igualdade, fraternidade. No palácio, a liberdade é concedida ao capital financeiro e suas “lições de casa”, a igualdade se limita aos poderosos do mercado e da política, a fraternidade é com os milhões de moedas que garantem vitória em processos eleitorais. A crônica não é apenas brasileira, ela se repete na França dos “socialistas”, na Itália, em Portugal, na Alemanha, etc.

Uma lição pode ser haurida na imprensa de esquerda. Anos atrás o jornal *Libération* fez uma pesquisa no chamado “cinturão vermelho” de Paris, onde moram líderes operários de esquerda. Chamou minha atenção a entrevista de antiga líder socialista que lutou na Resistência e sempre se manteve firme no apoio à esquerda. O espantoso é que ela iria votar... em Jean-Marie Le Pen³⁹. O jornalista, assustado, perguntou as razões da anomalia. A resposta deve servir como advertência para todos os que se dizem de esquerda: “nós lutamos por eles (os socialistas no poder). Eles, no governo, se uniram aos empresários e banqueiros. Tiraram nossos salários e nossos empregos. Pedimos para falar com eles. Nunca fo-

eleições gerais. Nesta altura, escreveu um dos seus ensaios mais conhecidos *Direita e Esquerda*, no qual se pronunciou contra a “nova direita”. Além desta obra, Bobbio assinou e realizou mais de 1300 livros, ensaios, artigos, conferências e entrevistas. Norberto Bobbio recebeu o doutoramento Honoris Causa pelas Universidades de Paris, Buenos Aires, Madrid, Bolonha e Chambéry (France). Autor de livros de impacto, como *Direita e Esquerda* (São Paulo: Unesp, 2001), tinha como principais matrizes de sua obra a discussão da guerra e da paz, os direitos humanos e a democracia. Escreveu ainda *Teoria Geral da Política* (Rio de Janeiro: Campus, 1999); *Diálogo em Torno da República* (Rio de Janeiro: Campus, 2001); *Entre Duas Repúblicas* (Brasília: Ed. UnB, 2001); *Elogio da Serenidade* (São Paulo: Ed. Unesp, 2002); *O Filósofo e a Política* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2003). Em virtude de seu falecimento, aos 94 anos, a edição 89 da **IHU On-Line**, de 12-01-2004, apresenta a biografia de Norberto Bobbio, disponível em <http://bit.ly/ihuon89>. (Nota da **IHU On-Line**)

39 **Jean-Marie Le Pen** (1928): é um político francês. Presidiu, até janeiro de 2011, a Frente Nacional, partido nacionalista francês e o mais à direita no espectro político da França. Foi substituído na liderança do partido por sua filha, Marine Le Pen, candidata do partido à Presidência do país em 2012. (Nota da **IHU On-Line**)

mos recebidos. Fizemos greve. Eles mandaram a polícia nos reprimir. Eles aplicam uma política de direita, se dizendo de esquerda. Mentem e batem. Como, diga, podemos dar-lhes novamente confiança? Le Pen promete salvar empregos franceses. É ruim, mas é bem mais

“Quanto ao povo, nada pode dizer na condução das políticas públicas”

do que os ditos socialistas fazem”. Raciocínio similar foi feito por muitos operários alemães diante do enrijecimento burocrático e autocrático da Social Democracia. À repressão patrocinada por ela, a única resposta dos desempregados e antigos aderentes da esquerda foi votar nas extremas direitas, a nazista entre outras. A confiança e o apoio da população é a única arma da esquerda. Quando, por “realismo”, ela abraça líderes de direita, adota planos de “estabilidade” que prejudicam a população, tal arma se torna inexistente. Em entrevista ao excelente programa *Faixa Livre*, ao ser perguntado por Paulo Passarinho⁴⁰ sobre o novo perfil conservador do Congresso, respondi: “Quem semeia ACM, Sarney, Barbalho, Maluf, colhe Bolsonaro”. Na crise, os donos do mercado não apoiam seus parceiros de esquer-

40 **Paulo Passarinho**: formado em Economia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com especialização em Políticas Públicas. Foi coordenador geral do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro - Sindecon. É âncora do programa radiofônico *Faixa Livre*. Leia as entrevistas “A crise da esquerda tem raízes na própria esquerda”. Entrevista especial com Paulo Passarinho publicada nas *Notícias do Dia*, de 13-01-2009, disponível em <http://bit.ly/1CKjdKw>; e *A Vale é nossa*. O plebiscito popular e a pouca participação da CUT e da UNE, publicada na edição 234, de 03-09-2007, disponível em <http://bit.ly/1xrHVPs>. (Nota da **IHU On-Line**)

da, preferem condutores de direita para o governo e a economia.

Além do realismo, outra mazelada da esquerda encontra-se nos ideários obsoletos. Num país onde índios são mortos como mosquitos por capangas de fazendeiros, onde mulheres são mortas e batidas, onde crianças são violentadas, onde os direitos dos trabalhadores sofrem graves cortes, onde a violência policial destrói vidas e esperanças, os programas de esquerda são focados na obtenção de lugares nos parlamentos, nos executivos, etc. A opção preferencial da esquerda, hoje, é o Estado, não a sociedade. Se pelo menos houvesse da sua parte um equilíbrio entre compromissos de poder oficial e formas de lutas sociais, ela teria mais gente ao seu lado. Resulta que a direita assume lugares de mando, no Congresso e nos executivos (no Judiciário ela é importante). E a esquerda pouco tem a dizer para as grandes massas.

Os movimentos de 2013, no Brasil, não tiveram continuidade justamente porque os setores de esquerda, adoecidos de estatismo, foram percebidos como integrantes dos palácios e recusados pelos manifestantes. Mas sem organização partidária as massas seguem para a violência e se perdem no cotidiano. Um alvo estratégico seria unir os manifestantes brasileiros aos que, no mundo (o Podemos⁴¹ é um deles apenas) se levantam contra a política tradicional. Na falta do elo entre esquerdas e movimentos, a propaganda oficial, a repressão bruta, o doutrinação pelas novelas e programas como o *Big Brother*, anestesiam a opinião pública. A grande esquerda e a centro-esquerda (situadas no PT, no PSDB, no PDT) têm massas eleitorais, mas não massas de luta diária pelos direitos. A esquerda mais radical (o PSOL, o PCB e outros) não tem

41 **Podemos**: partido político espanhol que foi fundado em 2014, fortemente influenciado pelas ideias do movimento 15M. Um de seus principais representantes é Pablo Iglesias Turrión. Surge num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Atualmente, é o favorito para eleição presidencial na Espanha. (Nota da **IHU On-Line**)

massas, simplesmente. Discorri sobre o problema em longa entrevista à Rádio e Televisão da Unicamp, vídeo que pode ser acessado no seguinte endereço: rtv.unicamp.br, programa Palavras Cruzadas, "O Brasil em perspectiva, depois dos indignados de junho de 2013".

IHU On-Line - Estamos vivendo uma crise ética generalizada nas instituições de Estado? De que forma isso incide na vida da população?

Roberto Romano - Os nossos parlamentares, executivos, magistrados, representam um Estado anacrônico que ainda hoje é símbolo da Contrarrevolução do século XIX. Nela, a soberania popular foi afastada ao máximo. E foram estabelecidos prerrogativas e privilégios dos agentes estatais contrários à república e à democracia. Estamos em regime pior do que o Absolutismo. Nele, o rei comprava o apoio dos nobres e do clero com privilégios. Mas nunca existiu o seguinte fato: o Estado manter as carruagens dos duques e cardeais. Estes últimos deveriam arcar com aquelas despesas. Aqui,

do vereador ao senador, passando por ministros, secretários, juízes, todos têm sua carruagem paga pelo "povo soberano". Além disso, enquanto não for normatizado o *lobby*, nossos políticos nada mais são do que lobistas na pele de representantes populares. Quando se ouve dizer em "bancada X ou Y", sabe-se de antemão que se trata de lobbies destinados a defender acima de tudo interesses econômicos, políticos, religiosos. O costume de legislar em causa própria já se transformou em hábito (ética...) dos que ocupam cargos no Estado. Temos muito a mudar para chegarmos ao direito de nos definir como república federativa democrática. Se quisermos democracia no Poder Judiciário, devemos lutar para que os juízes e promotores sejam eleitos pelo povo soberano.

Os erros e as qualidades das eleições para os cargos de juiz podem ser analisados com a experiência de outros países, como os EUA. Insuportável é a existência de uma corporação que despreza "os leigos" e se julga acima dos "cidadãos comuns". Insuportável é o modo pelo qual hoje são escolhidos

os integrantes do STF. A sabatina no Senado é menos do que *pro forma*. É um insulto dirigido aos cidadãos. Todos se recordam do exame senatorial em que uma juíza foi elogiada... por sua elegância no vestir e não pelo que tinha no cérebro. Há um site norte-americano⁴² que examina com profundidade as eleições para juízes. Antes de avançar juízes temerários de valor do seguinte calado: "se os juízes forem eleitos, haverá interferência política na escolha", é preciso bem analisar os fatos que definem os elos entre nossos poderes. As atuais maneiras de indicar magistrados têm muito a ver com a política, a mais eivada de autocratismo e antidemocrática.

IHU On-Line - Tendo em vista nossa conjuntura, que Brasil teremos nos próximos quatro anos?

Roberto Romano - Haverá alguma estabilidade nos próximos quatro anos? No futuro, dizia um teórico importante, todos estaremos mortos. Que Deus nos proteja.

⁴² O endereço é <http://www.judicialselection.us/>. (Nota do Entrevistado)

LEIA MAIS...

- *O direito à igualdade como o direito à felicidade*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na edição 449 da IHU On-Line, 04-08-2014, disponível em <http://bit.ly/1vkDHap>.
- *Roberto Romano, uma vida atravessada pela história*. Perfil de Roberto Romano, publicado na edição 435 da IHU On-Line, 16-12-2013, disponível em <http://bit.ly/1jje8fo>.
- *A gênese golpista da Constituição*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na edição 428 da IHU On-Line, 30-09-2013, disponível em <http://bit.ly/1qw6LpZ>.
- *"Somos absolutistas anacrônicos. Vivemos sempre sob o regime do favor, dos privilégios, da não república"*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na edição 398 da IHU On-Line, de 13-08-2012, disponível em <http://bit.ly/1dDYNEv>.
- *Filosofia não é, necessariamente, sistema*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na edição 379 da IHU On-Line, 07-11-2011, disponível em <http://bit.ly/v0ujxe>.
- *Nihilismo e mercadejo ético brasileiro*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na edição 354 da IHU On-Line, 20-12-2010, disponível em <http://bit.ly/e6WHhp>.
- *De ditadores a imperadores com pés de barro*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na edição 269 da IHU On-Line, 18-08-2008, disponível em <http://bit.ly/19tKNtU>.
- *O governo do Brasil retoma a ética conservadora e contrária à democracia, o que exige da Igreja o papel vicário*. Entrevista especial com Roberto Romano, publicada no sítio do IHU em 14-01-2008, disponível em <http://bit.ly/1furl4Y>.

#BRASIL - Análise de Conjuntura

Os poderes instituinte e constituinte da sociedade como armas contra crise

Para Cândido Grzybowski, ou os cidadãos se organizam e reagem ou o mundo poderá ainda ser pior, ameaçando definitivamente as condições de vida no planeta

Por João Vitor Santos e Patricia Fachin

Para o diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, Cândido Grzybowski, a crise brasileira se materializa no “diálogo de surdos” que se estabeleceu entre Legislativo e Executivo. “O esgarçamento institucional se acentua com a autonomia e o protagonismo da Procuradoria Geral, Ministério Público Federal, Justiça e Polícia Federal”, destaca, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Diante desse cenário, o resultado não poderia ser outro: reflexos diretos na vida da população. Mas o que teria levado o Brasil até esse cenário de crise? Grzybowski apresenta uma reflexão para a provocação em dois níveis: político e social, da sociedade.

O primeiro nível é o esgotamento de um modelo político que chega ao limite. Assim, é possível compreender por que se fala que a crise não é só do governo e sim do PT, da esquerda. A solução não é apenas girar 180 graus e mudar o lado. Grzybowski entende que nem o PSDB seria capaz de reverter a situação. Afinal, é a mesma matriz que capitaneou para esse momento de saturação. “Dilma ganhou, mas parece que não levou. Isto não quer dizer que Aécio Neves saiu vitorioso. Pelo contrário, pensou que as eleições foram uma espécie de panela de pressão que explodiu. A nossa crise é a dificuldade de definir o futuro a partir daí”, completa.

Além do cenário nacional, é preciso ainda levar em conta o mundo. “Após a crise de 2007-2009, o neoliberalismo voltou com toda força. Os grandes grupos econômico-financeiros conseguiram socializar as suas perdas na crise e acabaram impondo uma agenda política aos Estados de ajuste que ignora as vontades populares manifestadas em eleições.” Na política, governos buscam soluções de arrocho. Grzybowski acredita que é da dimensão social que se podem levantar sujeitos da transformação, mas para isso é preciso que cada um se mobilize. “Faltam os sujeitos coletivos de transformação, os movimentos cidadãos de dimensões planetárias, que de suas trincheiras levantem bandeiras de transformação de nosso modo de vida social e ambientalmente insustentável”, pontua, ao desejar que o levante popular faça emergir esses agentes de transformação.

Cândido Grzybowski é graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, Rio Grande do Sul, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio e doutor em Sociologia pela Sorbone, Paris. É diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase. A entrevista também foi publicada no sítio do **IHU**, em 16-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1CmJT5A>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são as conclusões no atual momento político brasileiro?

Cândido Grzybowski - O momento é de perplexidade e muita tensão no ar. A coalizão governamental montada pela presidenta

Dilma Rousseff está tensionada, sem unidade interna e com falta de capacidade de diálogo e negociação. As tomadas de posição um



“A verdade é que o mundo está em crise larval, mais forte aqui e acolá, menos em outros lugares, mas em crise profunda”

tanto autônomas e corporativas dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, aguçadas com as denúncias de seu envolvimento no esquema de corrupção descoberto na operação Lava Jato¹, tornam o quadro mais cheio de incertezas.

Está ocorrendo uma espécie de fragmentação e diálogo de surdos entre Executivo e Legislativo. O esgarçamento institucional se acentua com a autonomia e o protagonismo da Procuradoria Geral, Ministério Público Federal, Justiça e Polícia Federal. Tudo isto se reflete no terreno da sociedade civil brasileira, com desencontros mais do que agendas coordenadas. Estamos entrando num momento de clara crise de hegemonia, onde não aparecem intelectuais orgânicos do lado do governo e suas forças, nem na oposição. É um vazio perigoso, quando oportunistas e forças derrotadas, como os donos da nossa mídia dominante, apostam no pior para ocupar espaços políticos a seu favor.

É totalmente incerto que campanhas pelo impeachment possam prosperar ou aquelas de sustentação nas ruas e praças do governo vitoriosas em outubro de 2014. A questão da corrupção na Petrobras, envolvendo alguns dos diretores num conluio com executivos de grandes construtoras, só agrava o quadro. A própria campanha de defesa da Petrobras como bem comum empresarial da sociedade brasileira, hoje novamente ameaçada pela privatização, tem difi-

culdades de criar um forte movimento de resistência.

IHU On-Line - Que crise é esta?

Cândido Grzybowski - O pano de fundo é a crise de um modelo de desenvolvimentismo com condicionalidades sociais, baseado numa reprimarização da economia, que não é sustentável economicamente, nem socialmente, muito menos em termos ambientais. A opção feita pelo PT para chegar ao poder se aliando a setores empresariais para viabilizar um projeto desenvolvimentista com condicionalidades sociais promoveu mudanças, sem dúvida, mas nada sustentáveis. Foram criados empregos com carteira assinada, subiu significativamente o salário mínimo, fez-se a proteção mínima com o Bolsa Família, avançou-se na educação, entre outros. Mas não mudou a estrutura produtiva voltada à acumulação capitalista, geradora de desigualdades sociais.

Distribuímos benefícios do crescimento à metade mais pobre do Brasil, aumentamos o consumo popular e estimulamos a produção de bens e serviços puxada por este consumo. Nada de reforma agrária, reforma tributária, taxação de grandes fortunas, enfim, nada de uma distribuição mais equânime da riqueza. Aí, bastou a China reduzir o seu ritmo de expansão – de um capitalismo autoritário, diga-se de passagem – que nosso papel de fornecedor de matérias-primas, da mineração e do agronegócio veio abaixo. Com eles, estão caindo os empregos, aumentando a inflação, as rendas das famílias vão sofrer contração e, sobretudo, estamos

ameaçados por nova crise no balanço de pagamentos.

IHU On-Line - Há relação entre o momento político brasileiro e o momento político em outros países?

Cândido Grzybowski - Certamente, em termos de crise econômica. Após a crise de 2007-2009, o neoliberalismo voltou com toda força. Os grandes grupos econômico-financeiros conseguiram socializar as suas perdas na crise e acabaram impondo uma agenda política aos Estados de ajuste que ignora as vontades populares manifestadas em eleições. Isto vale na Europa como na América Latina. Agora, o momento político de cada país depende da forma de resistência e insurgência de sua própria cidadania. O “estouro da cidadania brasileira” – como defino as grandes manifestações de junho de 2013 – não foi capaz de mudar o cenário político. As eleições de 2014 foram realizadas num ambiente difícil de esgarçamento da hegemonia desenvolvimentista montada pelo PT. Dilma ganhou, sem dúvida, mas parece que não levou. Isto não quer dizer que Aécio Neves saiu vitorioso. Pelo contrário, pensou que as eleições foram uma espécie de panela de pressão que explodiu. A nossa crise é a dificuldade de definir o futuro a partir daí.

O PT saberá se renovar, rejuvenescer? A velha e patrimonialista direita brasileira poderá definir um projeto hegemônico para o país? Duvido das duas opções. Como não vejo alternativas políticas emergentes, sou levado a afirmar que estamos apenas no começo de uma grande crise. O fundamental é abrir trincheiras cidadãs para não perder conquistas democráticas duramente conquistadas entre nós nos últimos 30 anos. Insuficientes? Sem dúvida! Mas melhor do que voltar a qualquer forma autoritária. Os princípios e valores da democracia precisam ser reafirmados pela cidadania neste contexto, para que possamos inventar uma nova e poderosa onda de democra-

¹ Operação realizada pela Polícia Federal em 2014 e 2015 que investiga desvio de recursos da Petrobras. (Nota da **IHU On-Line**)

tização, mais radical do que esta que está rebentando na praia sem perspectivas.

IHU On-Line - Como chegamos até aqui após 12 anos de governos petistas?

Cândido Grzybowski - Não só no Brasil, mas na América Latina em seu conjunto, com algumas exceções e evidentes diferenças, os projetos de centro-esquerda estão em crise. A verdade é que o mundo está em crise larval, mais forte aqui e acolá, menos em outros lugares, mas em crise profunda. Não há saída à vista para nenhum país. A civilização capitalista está se esgotando. A possibilidade de um capitalismo verde, real, é como postergar uma crise terminal. É insustentável o modo como produzimos as condições de vida num planeta ameaçado em sua integralidade e organizamos nosso modo de viver em uma sociedade profundamente desigual, negador de igualdade na diferença.

Hoje, vivemos uma realidade em que 1% concentra mais da metade da riqueza no mundo. Um mundo assim não tem futuro. O PT tentou avançar socialmente sem mudar os tais fundamentos. O problema da exclusão e da desigualdade social, assim como da destruição ambiental, está nos tais fundamentos. Os governos petistas optaram pelo mais fácil: cobrar uma taxa aos ganhadores, mas sem mudar as bases

de seu ganho. Criaram, com isto, uma crise maior do que eles, vitoriosos em quatro eleições seguidas. Para uma democracia substantiva isto é necessário, mas totalmente insuficiente.

Projetos de transformação, des-

“

“Nada de reforma agrária, reforma tributária, taxaço de grandes fortunas, enfim, nada de uma distribuição mais equânime da riqueza”

de aqui e agora, são indispensáveis para a democracia, a justiça social e a sustentabilidade. Dispensar isto é apostar numa “crise favorável”, por assim dizer. O problema é que o resultado da falta de vontade de mudar, a submissão a projetos de acumulação capitalista, podem gerar um mundo de ainda maior exclusão social e destruição ambiental.

IHU On-Line - Que Brasil teremos nos próximos quatro anos?

Cândido Grzybowski - Certamente não um país mudado, em transição para uma sociedade mais democrática, participativa, justa e sustentável. O mais provável é que tenhamos anos de crise de hegemonia, com emergência lenta de novos sujeitos coletivos, tanto movimentos sociais e organizações como sujeitos políticos com capacidade de disputa de hegemonia.

Serão anos duros, de confusão, de incertezas. Grandes retrocessos estão no horizonte se a vigilância cidadã e democrática relaxar. Além disso, precisamos ter presente que o mundo hoje é claramente interdependente, que não existem soluções totalmente autônomas. O que vejo, num cenário de crise, é que faltam os sujeitos coletivos de transformação, os movimentos cidadãos de dimensões planetárias, que de suas trincheiras levantem bandeiras de transformação de nosso modo de vida social e ambientalmente insustentável.

Apostar nas resistências e emergências, do local ao mundial, e potencializar a sua incidência no sentido de disputa de hegemonia é a opção estratégica mais ao alcance da mão que vejo neste momento. Nada a esperar de governos, do nosso ou do multilateralismo em crise. Ou nós, cidadãos e cidadãs, reagimos e nos organizamos, exercendo nosso poder instituinte e constituinte, ou o mundo será muito pior, e as condições de vida no planeta, ameaçadas definitivamente.

LEIA MAIS...

- *Eleições 2014: “uma escolha maluca a fazer”*. Entrevista especial com Cândido Grzybowski, publicada no sítio do IHU em 13-10-2014, disponível em <http://bit.ly/1B08c2b>.
- *“O Estado tem que ser eficiente, só que isso é insuficiente num regime democrático”*. Entrevista especial com Cândido Grzybowski, publicada no sítio do IHU em 14-02-2012, disponível em <http://bit.ly/1H28kpS>.

LEIA MAIS ESPECIAL...

- *Discurso contra corrupção e o déficit democrático na sociedade brasileira.* Entrevista especial com Márlon Reis publicada nas Notícias do Dia, de 19-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1MMI7w9>;
- *Um novo humanismo como saída para as crises brasileira e internacional.* Entrevista especial com Cristovam Buarque publicada nas Notícias do Dia, de 12-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1CB7teV>;
- *Crise política e econômica: o resultado da falta de um projeto nacional.* Entrevista especial com Carlos Lessa publicada nas Notícias do Dia, de 11-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1xC6007>;
- *A espúria aliança da governabilidade e o fracasso do projeto nacional.* Entrevista especial com Fernando Ferrari Filho publicada nas Entrevistas do Dia, de 10-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1Lxzh8e>;
- *Segundo governo Dilma: A consolidação de uma derrota.* Entrevista especial com Pablo Ortellado publicada nas Notícias do Dia, de 25-02-2015, disponível em <http://bit.ly/1wcnzU6>;
- *Segundo governo Dilma. Guinada à direita? Não! Um 'cavalo de pau'.* Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna publicada nas Notícias do Dia, de 15-02-2015, disponível em <http://bit.ly/1CnMhmM>.



Siga-nos no
instagram

@_ihu

https://instagram.com/_ihu/



www.ihu.unisinos.br

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Confira os eventos que ocorrem no Instituto Humanitas Unisinos entre os dias 24-03-2015 e 30-03-2015



Oficina – Realidades e Base de Dados do IBGE

Conferencista: Prof. MS Ademir Barbosa Koucher - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Horário: a partir das 14h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1FGVUIQ>

Messianismo e Cultura Pop

Conferencista: Prof. Dr. Iuri Andreas Reblin - Faculdades EST

Horário: a partir das 19h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1DDjroj>



Audição comentada da Misa Criolla de Ariel Ramírez e Félix Luna (Argentina, 1964)

Horário: a partir das 17h30min

Conferencista: Bel. Demétrio de Freitas Xavier - FM Cultura - Fundação Piratini

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1AVbR1q>

Lançamento do Livro O direito humano a (homo) afetividade e os movimentos sociais LGBT

Conferencista: MS Fernanda Ferreira Canfield da Luz

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1ALM3pb>



SALA DE CINEMA

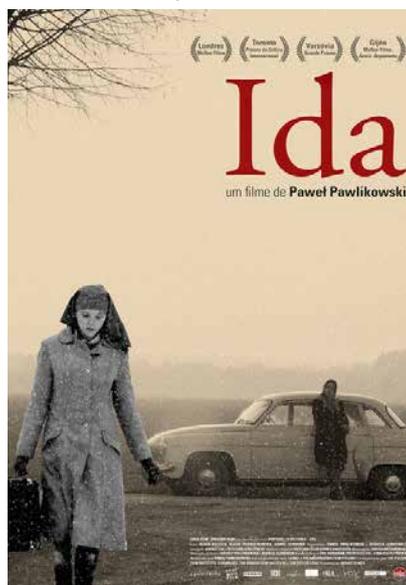
Ida, a contemplação reflexiva das marcas do passado

Eis um filme complexo, nada é óbvio em sua montagem. As memórias e as identidades da jovem noviça e sua experiente tia Wanda parecem ser ao mesmo tempo opostas e complementares

Por Ricardo Machado

O filme *Ida* (*Idem*, Polônia/2013, no original), além de um exercício cinematográfico muito rico esteticamente, é um exercício espiritual de contemplação e reflexão. A película dirigida por Pawel Pawlikowski recupera os impactos do horror da experiência nazista na Europa, mais precisamente na Polônia do pós-guerra, nos anos 1960. Profundo e sensível, a história do filme é vivida por uma jovem noviça conhecida em seu convento como Anna, cujo mundo exterior é revelado somente depois que a madre superiora exige que ela visite sua única conexão com o passado, uma tia chamada Wanda. Durante a visita, a noviça Anna, que está prestes a fazer seus votos para se tornar freira, descobre muito mais que seu verdadeiro nome, *Ida*, descobre a si própria.

Como em uma orquestra, em que o maestro organiza os silêncios e sons e nos faz perceber sua arte, o



O filme de Pawel Pawlikowski retrata a Polônia do pós-guerra

diretor Pawel Pawlikowski distribui suas cenas em um preto e branco repleto de vazios, silêncios e longos olhares, tudo isso sob a moldura de um *démodé* formato 4:3 (mais quadrado, distinto do modo retangular característico do cinema). Nada disso é em vão nem por acaso e isso tudo nos convida a viver o pesado período do pós-guerra no velho continente. A distância temporal e cultural de *Ida* e sua tia Wanda instigam uma a outra a se conhecerem em uma jornada em busca do passado.

Ida é um filme complexo, nada é óbvio em sua montagem. As memórias e as identidades da jovem noviça e sua experiente tia Wanda parecem ser ao mesmo tempo opostas e complementares. Se tivéssemos que explicar o filme a um adolescente seria fácil descrevê-lo como uma espécie de “road movie cabeça”, mas a obra é muito mais do que isso. Ao embarcarmos no carro em busca de onde os pais de *Ida* foram enterrados, os diálogos entre as duas personagens são poucos, mas contundentes — há um momento em que a tia pergunta: “Você não tem pensamentos pecaminosos?”; e depois complementa “Como seus votos vão valer se nunca experimentou?”. O cuidado nas escolhas, das palavras e das imagens, revela um diretor que busca na humanidade exacerbada dos personagens, não nos clichês cinematográficos, uma atmosfera pós-nazista e as marcas de um antissemitismo ainda recorrente à época, que ficam evidentes mesmo sem mostrarem os antigos campos de concentração ao longo de toda a viagem atrás dos vestígios dos corpos dos pais de *Ida*.

Título: Idem (Original)



Ano: 2013

Direção: Pawel Pawlikowski

Duração: 82 minutos

Gênero: Drama

Países de Origem: Dinamarca e Polônia

O clima contemplativo e sisudo do filme ganha momentos de respiro e alívio quando o jazz de John Coltrane, interpretado por uma banda cover no salão de festas do hotel onde *Ida* e Wanda estão hospedadas, preenche a paisagem sonora do filme com uma música leve e precisamente bem executada. A propósito, as atuações da estreante Agata Trzebuchowska, no papel de *Ida*, e de Agata Kulesza, no papel de Wanda, são dignas do capricho estético que perpassa todas as dimensões do filme.

Premiado no Oscar de 2015 como o melhor filme estrangeiro, a obra cinematográfica de Pawel Pawlikowski tem a virtude de ser um exercício de forma muito bem executado (ainda que o roteiro seja incrível), onde não há sobras nem ausências, mesmo quando os diálogos parecem ter acabado no meio do caminho, os silêncios complementam o que falta. O filme *Ida* tem a capacidade de demonstrar que a experiência do holocausto ainda permanece muito viva no imaginário polonês e essa vivacidade se reflete na contemplação reflexiva das marcas do passado.



ME TRÓ POLES

POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO.

TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTO DA VIDA
E O COMUM.

6 DE ABRIL A 9 DE JUNHO DE 2015

92

Um evento para debater transdisciplinarmente as METRÓPOLES a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas, analisando seus principais PROBLEMAS e POSSIBILIDADES.

Conferências das 19h45min às 22h
Unisinos - São Leopoldo | RS

FAÇA SUA INSCRIÇÃO EM IHU.UNISINOS.BR



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Sala de Leitura

RUSCHEINSKY, Aloísio; MELLO, José Luis Bica de; LOPEZ, Laura (Orgs). *Atores sociais, conflitos ambientais e políticas públicas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, 253p.

Os textos apresentados neste livro objetivam a divulgação e a ampliação do diálogo sobre a temática “Atores Sociais, Políticas Públicas e Cidadania”, tratando das novas formas de expressão da política e dos movimentos sociais, do tema das relações étnico-raciais e dos desafios em torno da construção da cidadania e da ampliação de direitos, dos dilemas no tocante à economia criativa e mercados interculturais. A naturalização dos conflitos socioambientais significa a exata tradução do quanto o imaginário está dominado pela lógica do crescimento material como incremento da qualidade de vida. O encaminhamento de alternativas possui obstáculos muito profundos e concretos, uma vez que se compara ao vigor ou aos inconvenientes do abandono de uma fé entranhada: a primazia da economia, o crescimento como lógica inerente a qualquer sistema, a felicidade associada ao progresso e ao consumo.



Atores sociais, conflitos ambientais e políticas públicas

Aloísio Ruscheinsky é professor da Pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos.



As novas regras do jogo: o sistema de arte no Brasil

BULHÕES, Maria Amélia (org). *As novas regras do jogo: o sistema de arte no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2014, 144 p.

A publicação conjunta de Maria Amélia Bulhões com integrantes do grupo de pesquisa que a professora coordena no Instituto de Artes da UFRGS é imprescindível para quem deseja entender um pouco mais sobre as dinâmicas das artes visuais. Lançado no segundo semestre de 2014 pela editora Zouk, o livro começa com um relato da organizadora em que apresenta as conclusões de sua tese de doutoramento: partindo da ideia de campo social proposta por Pierre Bourdieu, ela analisa a configuração de um sistema de indivíduos e instituições que se ocupam da produção, difusão e consumo de objetos e eventos designados por eles mesmos como artísticos no Brasil a partir dos anos 1960. Pautados pela mesma discussão, os demais autores avançam por análises mais específicas: Nei Vargas da Rosa trata do empresariamento da arte no Brasil; Bettina Rupp avalia o papel desempenhado por curadores; e Bruna Fetter discute a internacionalização da arte contemporânea nacional.

Everton Cardoso é professor do curso de Comunicação Social da Unisinos.

Siga nossas Redes Sociais

Facebook

Pesquise pessoas, locais e coisas

Página inicial 20+ Publicar

Instituto Humanitas Unisinos
14.517 curtiram · 3.350 falando sobre isso

Mídia/Notícias/Publicação
Instituto Humanitas Unisinos - IHU, São Leopoldo/RS
Visite nosso site: <http://www.ihu.unisinos.br/>
Para entrar em contato, envie e-mail para:
Sobre - Sugerir uma edição

Fotos Opções "Curtir" 14.517 Eventos Promoções

Twitter

IHU @ihu 3 h
'Advogado é custo, engenheiro é produtividade', diz Dilma Rousseff em Nova York bit.ly/19GKVX9
Expandir

IHU @ihu 3 h
Sementes Nativas, Garantia de Futuro: Carta de Mandirituba bit.ly/16EwS1h
Expandir

IHU @ihu 3 h
O fascínio discreto de Pôncio Pilatos. Artigo de Giorgio Agamben bit.ly/1h7ZFkF
Com a imagem correta. pic.twitter.com/G0cZJc2y8B
Ver foto

IHU @ihu 3 h
Qual código de ética é lecionado na faculdade de administração de Harvard? bit.ly/16EwNdK
Expandir

Blog

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

Ativistas do Greenpeace estão presos na Rússia

Dois ativistas do Greenpeace estão presos em um barco no Ártico, na Rússia, por terem feito uma protesto pacífico contra a exploração de petróleo no Ártico. O Greenpeace denunciou que eles foram violados por dois meses, até que a investigação sobre o caso seja concluída. Enquanto isso, eles foram presos em 28 de março - incluindo a brasileira Ana Paula Bicalho - que participaram de uma ação de protesto em um barco no Ártico, a bordo do navio-escola.

Ajudamos a fazer pressão para libertar os ativistas presos por que libertem os ativistas presos.

Enviar e-mail para o produtor (444)

Instagram

_ihu
Instituto Humanitas Unisinos

29 seguidores 70 fotos 32 publicações

bit.ly/ihuon

instagram.com/_ihu

twitter.com/_ihu

unisinos.br/blogs/ihu

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

Partido dos Trabalhadores, 10 anos no poder. Um governo de esquerda?

Edição 413 - Ano XIII - 01-04-2013

Disponível em <http://bit.ly/1FGDu4J>

Quando o Partido dos Trabalhadores completou 10 anos no poder, a IHU On-Line reuniu uma série de pensadores da conjuntura nacional para, justamente, discutir a trajetória governista ao longo da primeira década do século XXI. Nesse contexto, a chegada ao poder de um partido de esquerda suscitou muitas esperanças e expectativas. Participam do debate Valter Pomar, Tales Ab'Sáber, Renato Janine Ribeiro, Rudá Ricci e Claudio Salvadori Dedecca. Outros entrevistados são Francisco de Oliveira, Vladimir Safatle, Werneck Vianna, Luiz Gonzaga de Souza Lima e Roberto Antonio Liebgott.



A economia internacional e o Brasil. A crise financeira e seus (possíveis) impactos

Edição 372 - Ano XI - 05-09-2011

Disponível em <http://bit.ly/1h7LG2b>

Tentando fazer frente a uma iminente crise financeira, em 2008, o Banco Central do Brasil ousou reduzir a Taxa Selic em 0.5 pontos. À época, ocorreram as mais diversas e contrastantes reações, noticiadas nas Notícias do Dia, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Para debater os rumos da economia naquele contexto, a IHU On-Line fez entrevistas com Fernando José Cardim de Carvalho, Fernando Ferrari Filho, José Luis Oreiro, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Amir Khair, Maria Lucia Fattorelli e Gigi Roggero.



95

O Brasil está se desindustrializando? Um debate

Edição 218 - Ano VII - 07-05-2007

Disponível em <http://bit.ly/1EyWy2W>

Um levantamento do IBGE divulgado em 2007 mostrou um crescimento de mais de 3% na indústria brasileira. Mesmo assim, fala-se, cada vez mais, que nos aproximamos de uma crise no setor industrial. Outros estudiosos, ao contrário, apostam em uma reestruturação da indústria no Brasil. No intuito de refletir sobre a tendência que prepondera no setor industrial, e sobre os rumos da economia brasileira, que a IHU On-Line entrevistou diversos especialistas no tema, entre eles Rubens Ricupero, Luiz Gonzaga Belluzzo, Liana Carleial e José Eduardo Cassiolato, David Kupfer, Marcio Pochmann, Pedro Cavalcante e Octavio Conceição.



ME TRÓ POLES

POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO.

TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTO DA VIDA
E O COMUM.

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU realiza no período de 06 de abril a 19 de junho diversas conferências debatendo as Metrôpoles sob as lentes da Multidão . Mais informações em <http://bit.ly/1AL3beN>.

O Concílio Vaticano II: 50 anos depois

O Colóquio Internacional IHU "O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade" é promovido pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, numa iniciativa do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. O evento ocorre entre os dias 19 e 21 de maio de 2015.

O Colóquio tem por objetivo analisar prospectivamente esse evento eclesial e os documentos conciliares, debatendo seu significado e suas contribuições para a presença e atuação da Igreja em meio às transformações tecnocientíficas e socioculturais de nosso tempo. A programação do evento contará com a presença dos seguintes convidados internacionais: Prof. Dr. John O'Malley - Georgetown University - EUA; do Prof. Dr. Massimo Faggioli - University of St. Thomas - EUA; Prof. Dr. Christoph Theobald - Centre Sèvres - Facultés Jésumes de Paris - França e Prof. Dr. Gilles Routhier - Université Laval - Canadá. Saiba mais em <http://bit.ly/1BnsSRU>.

O Ser Humano na Idade da Técnica - Caderno IHU Ideias

Cadernos IHU ideias, em sua 218ª edição, traz o artigo **O Ser Humano na Idade da Técnica** sob autoria do filósofo italiano Umberto Galimberti, palestrante do XIV Simpósio Internacional IHU. Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades.

Umberto Galimberti é italiano e professor titular de História da Filosofia e Psicologia Geral da Universidade de Veneza - Itália.

Leia mais sobre este artigo no link <http://bit.ly/1C1VKEc>.



twitter.com/_ihu



medium.com/@_ihu



youtube.com/ihucomunica



bit.ly/ihuon